



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO  
GROSSO DO SUL/CAMPUS DO PANTANAL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS**



**JESSICA CAMPOS DE FREITAS**

**A SUBJETIVAÇÃO FEMINISTA NO TESTEMUNHO INDIVIDUAL  
DE DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA A PERMEAR  
FRONTEIRAS.**

**CORUMBÁ - MS**

**2025**

**JESSICA CAMPOS DE FREITAS**

**A SUBJETIVAÇÃO FEMINISTA NO TESTEMUNHO INDIVIDUAL  
DE DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA A PERMEAR  
FRONTEIRAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos Fronteiriços – Mestrado, do Câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Fronteiriços.

**Linha de Pesquisa:** Saúde, Educação e Trabalho.

**Orientador(a):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucilene Machado Garcia Arf

**Corumbá – MS**

**2025**

JESSICA CAMPOS DE FREITAS

**A SUBJETIVAÇÃO FEMINISTA NO TESTEMUNHO INDIVIDUAL  
DE DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA A PERMEAR  
FRONTEIRAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 26/05/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucilene Machado  
Garcia Arf (Universidade Federal do Mato  
Grosso do Sul)**

---

**1º avaliador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joanna Durand  
Zwarg (Universidade Federal do Mato Grosso  
do Sul)**

---

**2º avaliador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mara Aline dos  
Santos Ribeiro (Universidade Federal do Mato  
Grosso do Sul)**

A Deus toda honra, toda glória e todo o louvor,  
A meu esposo e a minha amada filha, toda gratidão e amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pela força, saúde e coragem para enfrentar cada etapa desse processo.

Agradeço profundamente a minha orientadora, Lucilene Machado Garcia Arf, por sua orientação atenta, paciência, incentivo constante e por compartilhar seu conhecimento com generosidade. Sua dedicação foi essencial para que este trabalho se concretizasse.

Ao meu esposo, Joelson Freitas, meu agradecimento por todo amor, paciência e apoio incondicional. Obrigada por estar ao meu lado nos momentos mais desafiadores, por acreditar nos meus sonhos e, especialmente, por cuidar com tanto carinho da nossa filha Isabela enquanto eu me dedicava a este trabalho. Seu apoio foi fundamental para que eu pudesse seguir em frente e concluir essa etapa.

À minha mãe, Maria José, meu exemplo de força e amor incondicional, agradeço por ter oferecido seu tempo, cuidado e apoio com nossa pequena Isabela enquanto ia para às aulas à noite. Sua presença foi essencial para que eu pudesse me dedicar ao mestrado com mais serenidade. Obrigada!

Às minhas irmãs Lais e Larissa que também se disponibilizaram e ficaram com minha filha quando precisei ir às aulas ou participar de eventos do programa. Muito obrigada!

À minha família, que sempre acreditou em mim e me apoia incondicionalmente, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos colegas e amigos do Programa Pós-graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus Pantanal, com quem compartilhei ideias, dúvidas e risadas. Vocês tornaram esse caminho mais leve e mais rico.

Aos professores do programa, por suas contribuições valiosas e por despertarem em mim o desejo constante de aprender cada vez mais.

A todos os que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

“Nuestro enemigo principal es el miedo y lo llevamos  
adentro”

Domitila Barrios de Chungara

## RESUMO

A literatura de testemunho, especificamente, a literatura feminina, é preponderante para recorrer à história e entender a realidade de autoras que ganharam espaço e democratização discursiva através de suas narrativas com base em teorias e posicionamentos feministas. A presente dissertação discorre acerca da literatura de testemunho a partir da obra “*Si me permiten hablar*” *Testimonio de DOMITILA una mujer de las minas de Bolivia*, obra que serve como meio de expressão/denúncia e superação na região de fronteira. Para referenciar este trabalho, buscamos reflexões a partir das obras de Judith Butler (2003), Julieta Paredes (2010), Silvia Federici (2019) e Lucilene Arf (2022) como principais aportes teóricos para a reflexão a respeito do papel da mulher na literatura, movimento feminista, impasses e desafios. Ademais, para tratar do gênero testemunho, contamos com o suporte dos estudos de Márcio Seligmann (1989) e Wilberth Salgueiro (2012). Utilizamos ainda Glória Anzaldúa (1987), Marco Aurélio Machado (2016) e Edgar Aparecido da Costa (2013) para corroborar com reflexões sobre o ambiente fronteiriço e suas realidades. A pesquisa teve como objetivo compreender o impacto da obra na literatura de testemunho de fronteira, destacando sua relevância para a representatividade e visibilidade de mulheres fronteiriças na sociedade. A metodologia foi desenvolvida por estudo bibliográfico e análise do livro sobre a ativista Domitila Barrios de Chungara a fim de mostrar sua transição de dona de casa, cônjuge e mãe para líder Ativista do Comité de Amas de Casa do Siglo XX.

**Palavras-chave:** testemunho; Domitila Barrios de Chungara; gênero; feminismo.

## RESUMEN

La literatura testimonial, específicamente la de mujeres, es fundamental para nutrirse de la historia y comprender la realidad de autoras que ganaron espacio y democratización discursiva a través de sus narrativas basadas en teorías y posicionamientos feministas. Esta tesis aborda la literatura testimonial a partir de la obra “Si me permiten hablar” Testimonio de DOMITILA, mujer minera de Bolivia, obra que sirve como medio de expresión/denuncia y superación en la región fronteriza. Para referenciar este trabajo, buscamos reflexiones en las obras de Judith Butler (2003), Julieta Paredes (2010), Silvia Federici (2019) y Lucilene Arf (2022) como principales aportes teóricos para la reflexión sobre el papel de la mujer en la literatura, el movimiento feminista, impasses y desafíos. Además, para abordar el género del testimonio, nos apoyamos en los estudios de Márcio Seligmann (1989) y Wilberth Salgueiro (2012). También utilizamos a Glória Anzaldúa (1987), Marco Aurélio Machado (2016) y Edgar Aparecido da Costa (2013) para corroborar reflexiones sobre el entorno fronterizo y sus realidades. La investigación tuvo como objetivo comprender el impacto del trabajo sobre la literatura de testimonios fronterizos, destacando su relevancia para la representación y visibilidad de las mujeres fronterizas en la sociedad. La metodología se desarrolló a través del estudio bibliográfico y análisis del libro sobre la activista Domitila Barrios de Chungara con el fin de mostrar su transición de ama de casa, esposa y madre a líder activista del Comité de Amas de Casa del Siglo XX.

**Palabras clave:** testimonio; Domitila Barrios de Chungara; género; feminismo.



## LISTA DE IMAGENS

|                                                                                             |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Imagem 1 – Capa do livro.....                                                               | 34 |
| Imagem 2 – Domitila com seus filhos.....                                                    | 39 |
| Imagem 3 – União das esposas de mineiros. Família Chungara/Los Tiempos.....                 | 41 |
| Imagem 4 – Representando o Comité de Amas de Casa Siglo XX.....                             | 41 |
| Imagem 5 – Movimento sindical mineiro.....                                                  | 43 |
| Imagem 6 – Conferência Internacional da Mulher, 1975.....                                   | 44 |
| Imagem 7 – Entrevista na conferência internacional da mulher.....                           | 45 |
| Imagem 8 – Participação em evento paralelo a conferência internacional da mulher, 1975..... | 45 |
| Imagem 9 – Participação na greve de fome.....                                               | 46 |
| Imagem 10 – Massacre de San Juan, em 1967.....                                              | 48 |
| Imagem 11 – Recebendo homenagem na Bolívia, 2011.....                                       | 60 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                             |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                      | <b>11</b>  |
| <b>1. O ESPAÇO FRONTEIRIÇO.....</b>                                                                                                         | <b>18</b>  |
| 1.1 A mulher imigrante pendular: a experiência da mobilidade entre países e a construção de novos espaços de vida.....                      | 22         |
| 1.2 A Literatura de testemunho: narrativas de resistência e memória em tempos de conflito.....                                              | 29         |
| <b>2. A TRAJETÓRIA DE DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA: DE DONA DE CASA A ATIVISTA SOCIAL.....</b>                                              | <b>34</b>  |
| 2.1 As mulheres como chefe de família .....                                                                                                 | 50         |
| 2.2 Entre as memórias e a denúncia.....                                                                                                     | 55         |
| 2.2.1 A subjetivação feminista no testemunho de Domitila Barrios de Chungara.....                                                           | 60         |
| 2.2.2 A resistência feminista de Domitila na Bolívia: enfrentando a opressão social e patriarcal.....                                       | 66         |
| 2.3 Mulheres imigrantes na construção de novas narrativas culturais na fronteira.....                                                       | 75         |
| <b>3. MULHERES NA FRONTEIRA BRASIL–BOLÍVIA: VOZES E LUTAS NO CONTEXTO CORUMBÁ–PUERTO QUIJARRO.....</b>                                      | <b>78</b>  |
| 3.1 Como as mulheres nas fronteiras se organizam para reivindicar seus direitos.....                                                        | 85         |
| 3.1.2 Existem movimentos feministas ou organizações de mulheres atuando na região fronteiriça Corumbá/Brasil– Puerto Quijarro/Bolívia?..... | 88         |
| 3.2 Análise conclusivo do capítulo.....                                                                                                     | 97         |
| 3.3 Procedimentos metodológicos / Materiais e Métodos.....                                                                                  | 103        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                            | <b>105</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>                                                                                                      | <b>109</b> |

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, as mulheres latino-americanas enfrentaram diversos obstáculos para alcançar protagonismo, a exemplo do meio literário e por muito tempo elas foram privadas do acesso a papéis sociais, a direitos e à educação formal, incluindo a alfabetização e o estudo universitário. Por vezes foram subestimadas e desencorajadas a se envolver com atividades intelectuais, como um reflexo do machismo e de estereótipos de gênero que contribuíram para a marginalização das vozes femininas na literatura. As instituições literárias foram praticamente dominadas por homens, o que dificultava o reconhecimento e a publicação do trabalho das mulheres, além disso, elas enfrentaram preconceitos e resistência ao tentar entrar no meio literário e em muitos casos, as escritoras eram forçadas a publicar sob pseudônimos masculinos, resultando no silenciamento de suas vozes na expressão de opiniões públicas, especialmente em temas considerados "inapropriados" para o sexo feminino. Apesar desses obstáculos, ao longo da história, elas têm lutado para superar barreiras e conquistar espaços para os seus discursos.

As mulheres, historicamente, foram socialmente minimizadas, e hoje, muitas dessas experiências de opressão são denunciadas por meio da literatura. Nesse contexto, a literatura de testemunho se apresenta como um recurso poderoso para refletirmos sobre a desigualdade no tratamento destinado às mulheres. Por gerações, posicionamentos machistas provocaram inquietação e resistência entre as mulheres. Os obstáculos enfrentados para que elas ocupassem espaços de protagonismo inclusive no campo literário foram inúmeros. Entre o final do século XVII e o início do século XIX, as mulheres não conseguiram autonomia para manifestar seus próprios posicionamentos intelectuais e discursivos. Contudo, ao longo do século XIX, e à custa de muita luta, alguns dos limites impostos começaram a ser rompidos. Iniciava-se, assim, uma verdadeira revolução em busca da igualdade de direitos, deveres e, sobretudo, do desenvolvimento intelectual feminino.

Conforme Marina Romanelli,

Por séculos, as mulheres não só foram privadas de direitos básicos como propriedade e liberdade de escolha de matrimônio, como também de alfabetização e estudo universitário. Mesmo as mulheres pertencentes às elites que eram ensinadas a ler e escrever, ainda lutavam contra muitos

entraves para conseguir produzir literatura, quanto mais publicar seus textos (Romanelli, 2014, p. 43).

Romanelli (2014) revela como ao longo da história, as mulheres foram excluídas de direitos básicos, como a posse de bens e a liberdade de escolher com quem se casar, além de terem o acesso à alfabetização e à educação superior restringido. Mesmo entre aquelas pertencentes às elites sociais, que conseguiam aprender a ler e escrever, havia inúmeros entraves para a produção e a publicação de obras literárias. Essa exclusão não se limitava à falta de acesso à educação, mas também envolvia a negação de reconhecimento intelectual e autoral, evidenciando um sistema que historicamente silenciou as vozes femininas e restringiu sua atuação no campo literário.

Assim, as mulheres passaram a buscar conquistas significativas, sobretudo no sentido de assumir sua identidade e romper com as expectativas impostas pela sociedade. Nesse processo, a linguagem emerge como uma forma de representação simbólica capaz de promover a visibilidade social e política das mulheres, ao mesmo tempo em que questiona, por meio do discurso, as estruturas de dominação e subordinação (Butler, 2003). É nesse contexto que se destaca a importância da representatividade promovida pelo movimento feminista na luta por igualdade de direitos. Para Judith Butler (2018), o feminismo é uma luta pelos direitos das mulheres, mas também um movimento que busca desconstruir a própria noção essencialista do que se entende por mulheres.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente parecendo necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada (Butler, 2003, p. 18).

Butler (2003), destaca um dos pilares da teoria feminista, a centralidade da linguagem na construção da realidade social, para ela o desenvolvimento de uma linguagem que represente adequadamente as mulheres é fundamental não apenas como um exercício intelectual, mas como uma ferramenta de ação política. Nesse sentido, criar uma linguagem que visibilize as experiências e subjetividades das mulheres é um passo crucial para transformar estruturas sociais e dar legitimidade às suas vozes no espaço público.

Vale ressaltar a importância de estudos sobre o discurso da mulher na literatura e pontuar o poder que a escrita feminina tem para reproduzir ou transformar relações de direitos, a fim de expandir o movimento feminista para os trabalhos científicos.

Esta pesquisa investiga a obra “*Si me permiten hablar...*” *Testimonio de DOMITILA, una mujer de las minas de Bolivia*<sup>1</sup>, escrito pela docente Moema Viezzer, em 1977, um testemunho de Domitila Barrios de Chungara, que oferece uma rica representação do papel da mulher boliviana. Através de sua narrativa, é possível analisar como seu discurso impacta e se relaciona com a sociedade na região fronteiriça. Trata-se de uma temática ainda pouco explorada nos estudos de fronteira, especialmente no que diz respeito às formas como as experiências femininas são minimizadas ou silenciadas. Ao trazer esse testemunho para o centro da análise, busca-se abrir espaço para que as mulheres da fronteira sejam ouvidas de forma autêntica e direta.

Quiero hablar de mi pueblo. Quiero dejar testimonio de toda la experiencia que hemos adquirido a través de tantos años de lucha en Bolivia, y aportar un granito de arena con la esperanza de que nuestra experiencia sirva de alguna manera para la generación nueva, para la gente nueva (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p. 9).<sup>2</sup>

Pode-se observar que a fala de Domitila expressa a urgência em compartilhar as vivências e lutas de seu povo, evidenciando o papel da memória coletiva na construção de identidades e da continuidade da resistência social, seu testemunho não se limita à preservação da história da comunidade boliviana, mas também é um gesto político e pedagógico, um legado que pretende inspirar as novas gerações. Essa intenção nos leva a refletir sobre a forma como as experiências das mulheres, especialmente as das regiões periféricas, são narradas, escutadas e legitimadas. Em um contexto onde essas vozes são frequentemente silenciadas ou distorcidas pelas estruturas de poder, torna-se essencial valorizá-las como produtoras de saber.

Nesse sentido, a reflexão da ativista boliviana Julieta Paredes, defensora do feminismo comunitário, contribui significativamente para o debate. Paredes afirma que,

---

<sup>1</sup> “Se me permitem falar...” Testemunho de DOMITILA, uma mulher das minas da Bolívia (Viezzer, 2005, tradução nossa).

<sup>2</sup> Quero falar sobre meu povo. Quero testemunhar toda a experiência que adquirimos ao longo de tantos anos de luta na Bolívia e contribuir com um grão de areia com a esperança de que nossa experiência sirva de alguma forma para a nova geração, para a nova gente (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p. 9, tradução nossa).

embora cada mulher viva uma realidade única, todas compartilham a opressão de um mesmo sistema patriarcal. Seu pensamento reforça a necessidade de compreender a luta das mulheres periféricas como uma forma de resistência contra esse sistema que naturaliza as desigualdades. Analisar como a mulher latino-americana vê, aborda e divulga sua realidade fronteiriça é, portanto, essencial não apenas para os estudos científicos, mas também para a vida das mulheres de fronteira, para a resistência.

A chamada “literatura de testemunho” tem ganhado destaque nos estudos literários contemporâneos, fomentando discussões e reflexões em torno de temas diversos, especialmente aqueles relacionados às experiências de marginalização, violência e resistência. Como afirma Wilberth Salgueiro (2012), é importante diferenciar os conceitos de testemunho e testemunha. Enquanto a testemunha é quem presenciou diretamente um evento, a verdadeira sobrevivente da experiência, o testemunho diz respeito ao relato ou registro dessa vivência, o qual pode ser produzido por meio de diferentes formas narrativas, como textos escritos, relatos orais, imagens ou até histórias em quadrinhos. Salgueiro ainda amplia a discussão ao introduzir a figura do testis, a testemunha que observa como terceira parte, oferecendo outro tipo de perspectiva sobre os acontecimentos (Salgueiro, 2012, p.284-285).

Refletir sobre o testemunho na literatura exige não apenas uma abordagem teórica e crítica, mas também uma sensibilidade estética e ética. Essas narrativas são, muitas vezes, atravessadas por experiências-limite, traumas e silenciamentos, o que as torna complexas e potentes. Por isso, o testemunho assume um papel essencial na literatura contemporânea, ele é um veículo de saberes plurais, uma forma de expressão que articula memória, identidade e resistência, abrindo espaço para diálogos interculturais e novas formas de criação.

Dentro desse contexto, é preciso considerar a representação da fronteira, não apenas como um espaço geográfico, mas como um território simbólico marcado por contradições. A fronteira é comumente associada a imagens de barbárie, ilegalidade e abandono institucional. Marco Aurélio Oliveira (2016), observa que ao longo do século XX, consolidaram-se discursos que opõem civilização e barbárie, cristalizando uma visão estigmatizada da fronteira como lugar de ausência do Estado e terreno fértil para práticas ilícitas (Oliveira, 2016, p. 13).

É justamente nesse cenário que o estudo da literatura feminina de fronteira se mostra relevante. Ao investigar relatos testemunhais produzidos por mulheres nesse espaço marginalizado, buscamos recuperar histórias silenciadas e compreender as estratégias narrativas utilizadas para resistir e reexistir. Essa literatura torna-se uma ferramenta de democratização discursiva, onde a denúncia se entrelaça à criação artística, revelando as formas como essas autoras enfrentam o sistema de opressões que as circunda.

De acordo com Lucilene Arf (2020, p. 12), “a literatura de determinados lugares é um meio relevante de interação entre as pessoas e a realidade, especialmente quando os eixos se atêm a elementos do quadro humano, de fatores culturais e históricos.” Estudar a literatura de testemunho na fronteira, portanto, é também refletir sobre as histórias e culturas que emergem desses espaços liminares, afinal, todo texto literário é um produto discursivo, no qual se manifestam registros de práticas, memórias e pertencimentos culturais específicos de uma determinada região. Nesse sentido, Arf salienta que,

A literatura expõe esses sujeitos arraigados aos seus espaços, pressupõe muitos tipos de discursos contemporâneos ou anteriores, diferentes formas de expressão de uma sociedade, bem como suas diferentes linguagens, sejam elas positivas ou negativas. É quase impossível pensar em construção sociocultural sem a ajuda da literatura. O que também constitui um desafio para as ciências sociais e estudos históricos que utilizam esse aporte em suas especificidades. (Arf, 2020, p. 12)

Convém destacar que democratizar o discurso literário significa torná-lo popular e garantir o acesso igualitário. As mulheres têm ainda o estímulo de narrarem suas vivências, desafios e lutas, contribuindo para a conscientização e reflexão sobre as desigualdades e injustiças que enfrentam, essas narrativas pessoais e testemunhos podem revelar as realidades vividas por elas. Devido à natureza da pesquisa, a zona fronteiriça será explorada e entendida a partir de normas sociais e culturais vigentes em região de fronteira. Sendo assim, o estudo tratará em análise a relações sociais, políticas e culturais.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é compreender o impacto da obra “*Si me permiten hablar...*” Testimonio de DOMITILA, una mujer de las minas de Bolivia, no contexto da literatura de testemunho, destacando sua importância para a representatividade e visibilidade das mulheres tanto na sociedade quanto na região de

fronteira. Para alcançar esse propósito, propõem-se os seguintes objetivos específicos: analisar as estratégias discursivas utilizadas por Domitila Barrios para desafiar as normas sociais e culturais vigentes na fronteira; investigar os obstáculos enfrentados ao longo de sua trajetória e as formas como ela os superou, contribuindo para o fortalecimento do protagonismo feminino; e discutir as contribuições da autora para a consolidação da literatura de testemunho, enfatizando seu papel na promoção da igualdade de gênero e na denúncia das injustiças sociais.

O primeiro capítulo aborda de forma conceitual e teórica a noção de fronteira, destacando sua complexidade como espaço de trocas, tensões e relações socioculturais, indo além de um simples limite territorial. Explora também a figura da mulher imigrante pendular, evidenciando sua mobilidade, desafios de pertencimento e resistência. Em seguida, discute-se a literatura de testemunho como meio de articulação entre memória e resistência, enfatizando a narrativa de Domitila Barrios como exemplo de voz feminina que confronta estruturas opressoras, ressignifica vivências e promove a inclusão.

Já o segundo capítulo da dissertação analisa a trajetória de Domitila Barrios de Chungara, destacando sua trajetória de dona de casa a ativista social. A partir do livro *“Si me permiten hablar...” Testimonio de DOMITILA una mujer de las minas de Bolivia* (1977), organizado pela escritora Moema Viezzer, explora-se um breve percurso de sua história e a construção de sua identidade como ativista e a militância marcada pela resistência à repressão política e pela defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras. Sua atuação no Comitê de Amas de Casa, em greves de fome e em eventos internacionais como a Conferência da ONU de 1975, que consolidou seu papel como símbolo de empoderamento feminino na América Latina. Assim, mostramos que sua história evidencia a potência política das mulheres marginalizadas e contribui para o debate sobre um feminismo mais inclusivo e conectado às realidades populares.

Por fim, o terceiro capítulo discorre sobre a experiência de mulheres migrantes na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, com ênfase nas cidades de Corumbá e Puerto Quijarro, destacando como essas mulheres enfrentam políticas migratórias excludentes, violência de gênero e exploração no trabalho informal, a análise ressalta as fronteiras como espaços simbólicos e políticos onde se entrelaçam múltiplas opressões, mas também possibilidades de resistência e transformação. Ao abordar a exclusão política e a reconfiguração das identidades femininas migrantes, o capítulo dialoga com



autoras como Judith Butler, Julieta Paredes e Gloria Anzaldúa. Explora-se ainda o papel de organizações de base, ONGs e instituições internacionais, como a OIM e o ACNUR, no suporte a essas mulheres. A trajetória de Domitila Barrios de Chungara é retomada como exemplo emblemático de resistência fronteiriça e articulação entre lutas locais e transnacionais. O capítulo evidencia como as mulheres migrantes ampliam os sentidos de cidadania e pertencimento por meio de práticas políticas enraizadas em suas vivências cotidianas. Ademais, são apresentados os procedimentos metodológicos, os materiais e os métodos utilizados para a realização da pesquisa.

## Capítulo1: O ESPAÇO FRONTEIRIÇO

A noção de fronteira está relacionada ao ambiente e apresenta diferentes conceitos e diferenças significativas de acordo com os teóricos e as visões que abarcam por meio de seus estudos e pesquisas. Os conceitos norteadores sobre a concepção de fronteira estão caracterizados de acordo com o local da fronteira, pois cada espaço geográfico tem suas especificidades e atendem a heterogêneos públicos.

Frontera es un concepto que ofrece ciertas dificultades operativas: porque se usa en reemplazo de esas otras categorías; porque muchas veces se lo usa como rótulo pero para estudiar relaciones sociales que nada tienen que ver con el espacio o donde las fronteras estrictamente no son problematizadas; porque, con frecuencia, se lo emplea de maneras metafóricas. Esto lleva a muchos autores a optar por expresiones como transfronterizo o espacio/región/zona fronteriza (Benedetti, 2018, p. 310).<sup>3</sup>

Conceituar a fronteira vai depender da área de conhecimento em que a fronteira é caracterizada, pois cada uma tem utilizações específicas. Em diferentes áreas do conhecimento o uso da categoria fronteira tornou-se expandido para desempenhar uma pluralidade de hábitos e diferentes formas de constituição, diferenciação e relacionamento de entidades espaço temporais (Benedetti, 2018). A respeito da fronteira no sistema conceitual da geografia, Benedetti preconiza que,

En términos genéricos, puede considerarse que la categoría frontera da cuenta de una variedad de entidades socialmente construidas, espacial y temporalmente localizadas. En términos específicos suelen recibir nombres como muros, límites, periferias y bordes, entre otras, además de frontera. Esas entidades pueden expresar, simultáneamente o no tres propiedades espaciales fundamentales: (1) la configuración o cohesión de entidades mayores (que de manera genérica se pueden denominar regiones, pero que en términos específicos suelen designarse como territorios, lugares, paisajes o ambientes); (2) la separación o disyunción, y luego, (3) la relación o conjunción entre diferentes regiones (Benedetti, 2018, p. 310-311).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Fronteira é um conceito que oferece certas dificuldades operacionais: porque é usado para substituir essas outras categorias; porque é frequentemente usado como um rótulo, mas para estudar relações sociais que nada têm a ver com espaço ou onde as fronteiras não são estritamente problematizadas; porque é frequentemente usado de forma metafórica. Isso leva muitos autores a optarem por expressões como espaço/região/zona transfronteiriça ou fronteira (Benedetti, 2018, p. 310, tradução nossa).

<sup>4</sup> Em termos genéricos, a categoria de fronteira pode ser considerada como responsável por uma variedade de entidades socialmente construídas que são localizadas espacial e temporalmente. Em termos específicos, eles são frequentemente chamados de muros, limites, periferias e bordas, entre outros, além de fronteiras. Estas entidades podem expressar, simultaneamente ou não, três propriedades espaciais fundamentais: (1) a configuração ou coesão de entidades maiores (que podem ser genericamente chamadas de regiões, mas que em termos específicos são geralmente designadas como territórios, lugares,

Essas categorias de fronteira podem criar, manter, desfazer e criar diferentes tipos de interações espaciais em diversas dimensões e escalas. Os espaços tiveram múltiplas mudanças, visíveis ou não, em diferentes escalas e com inúmeras pretensões. A vista disso, os estudos voltados aos espaços fronteiriços podem considerar a fronteira em vários âmbitos e abordagens específicas.

A fronteira e o limite são conceitos estritamente diferentes. Sendo assim, Machado (2010, p.17) descreve que “a noção de fronteira como limite estabelecido vai além da demarcação geográfica”. Condições culturais, históricas, religiosas, sociais e econômicas estão inseridas no conceito de fronteira, e devem ser consideradas no estudo da escola da fronteira.

As fronteiras, para Machado (2000), pertencem ao povo, ao mesmo tempo que os limites jurídicos de um território são abstratos, realizados e mantidos por ações institucionais que desempenham um controle efetivo sobre a base territorial do Estado onde estão as franjas fronteiriças. Os limites são instrumentos de separação entre unidades políticas nacionais soberanas, e ao mesmo tempo, são lugares de comunicação e troca.

A respeito de território e territorialidade, a fronteira é aquela que fica em frente ao território e é pensada como uma construção social, a concepção tradicional de território está desconfigurada, a autora entende que,

[...]o território é também produto de processos concomitantes de dominação ou apropriação do espaço físico por agentes não-estatais. Nota-se que os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos (Machado, 2005, p.55).

Entende-se que o território não é mais reduzido a dimensão jurídico-administrativa controlada pelo Estado. Aborda sobre o conceito de territorialidade que está relacionado ao poder de controle do espaço físico social sobre o território, assim

Ao contrário do território, que de alguma forma define “nós” e os “outros”, “próprio” e o “não-próprio”, ou seja, carrega um sentido de exclusividade, a territorialidade é um processo de caráter ‘inclusivo’, incorporando velhos e novos espaços de forma oportunista e/ou seletiva, não separando quem está ‘dentro’ de quem está ‘fora’. Por isso mesmo, a territorialidade de algum elemento geográfico dificilmente coincide com os limites de um território,

embora possa justificar a formação de novos territórios (Machado, 2005, p.55).

Na contemporaneidade, as tendências e visões sobre a fronteira estão em um sentido mais humanizado e tem objetivos de estabelecer políticas migratórias que garantam o respeito integral aos direitos humanos dos imigrantes e um pleno acesso à justiça, à educação e à saúde. Pois cada região possui características e especificidades que são influenciadas pela disposição geográfica, pelo grau de desenvolvimento social e econômico, pela viabilidade de acesso e relação com o país vizinho.

Sobre a noção de identidade no ambiente fronteiriço tende a ocorrer a partir da regionalização das áreas de fronteira. A caracterização de identidades pode ser concedida ou dificultada, dependendo dos contextos sociais. Nesse sentido, a presença de marcos ou referenciais históricos e geográficos pode ser um elemento decisivo na construção e reconstrução de identidades (Machado, 2005). Esses marcos não apenas influenciam a forma como os indivíduos e grupos se percebem, mas também moldam suas interações sociais e a maneira como se posicionam em relação ao mundo.

Os diversos fatores dinâmicos territoriais impulsionados pelos agentes internos estabelecem a fronteira como uma rede enigmática de interações, com tempos de estabilidade e instabilidade. Esse ambiente tem a capacidade de construir e desconstruir com variadas possibilidades e flexibilidades (Oliveira, 2015).

Costa (2014, p. 17) agrega que a fronteira influencia o contato e a aproximação entre os sujeitos, abrindo oportunidades e possibilidades que somam para o dinamismo do território, ao mesmo tempo que são (re)construídas pelas tensões internas e externas ao território.

Em cada uma das bandas fronteiriças, o território é sentido e respeitado, cujas motivações se devem às diferentes ações que lhe são impressas, ao jogo de forças, aos fluxos e às normas que o atravessam. São modelados e desenhados pelos distintos atores que atuam sobre ele, tal como um campo de forças, cuja regulamentação ocorre pelo arranjo de poder entre seus componentes (Costa, 2014, p.16).

Esses atores são sujeitos que transitam e muitas das vezes dependem da mobilidade que caracteriza o espaço fronteiriço. Benedetti (2011, p.36) caracteriza mobilidade como “un tipo particular de relación social ligada al cambio de localización

de las personas y/o de los bienes; es una estrategia de reproducción social a partir de la relación entre lugares, definiendo trayectorias espaciotemporales complejas”.<sup>5</sup>

A partir dessa compreensão, infere-se que, na região de fronteira, ocorrem interações sociais caracterizadas por mobilidades territoriais em ambos os lados do limite internacional. A fronteira é dinâmica, marcada por uma fluidez de passagem contínua, que influencia o contato entre as comunidades. Essa mobilidade reflete a vivência cotidiana das pessoas que transitam entre os dois lados, promovendo uma inter-relação cultural e social significativa. Costa (2014, p.17) acrescenta que “O encontro/confronto de territórios na fronteira não inibe os fluxos para um e outro lado. A mobilidade humana acena para escolhas territoriais que tragam algum tipo de benefício ao indivíduo e/ou ao seu grupo”.

Portanto, a partir de todas as concepções pontuadas vemos que o imigrante é o ator principal nestes contextos descritos. O imigrante é o ser de transformação, seja na sociedade que ele deixa ou na qual ele almeja morar. Machado (2005) afirma que “A vida das cidades da faixa de fronteira, por exemplo, não importa se situada ou não na divisória internacional, com frequência depende mais de interações com espaços não-contíguos do que com o espaço adjacente”. Por outro lado, existe a cultura regional que se mantém através da mobilidade, Machado afirma que,

A cultura regional está sujeita à mobilidade espacial e ao híbrido cultural resultante da conectividade com outros lugares, seja através da imigração, da mídia, do consumo e da internet. No caso específico da fronteira, o híbrido cultural resultante das conexões e convivência com o “estrangeiro” exige o reconhecimento por parte do poder público de uma sociedade com características peculiares à situação de fronteira (Machado, 2005, p. 65).

Os espaços de fluxos interagem com os lugares, mas não é determinado pelos lugares que ocupam, sujeitando-se a dinâmicas concebidas em outras escalas e com constância movida por processos que fogem ao entendimento da população local. Neste sentido, Santos (2018, p. 96) afirma que “A fronteira é o local que permite variados convívios de grupos de migrantes, impulsionados por diferentes motivos, em momentos históricos particulares, com interesses também particulares. É palco de união e

---

<sup>5</sup> um tipo particular de relação social ligada à mudança de localização de pessoas e/ou bens; É uma estratégia de reprodução social baseada na relação entre lugares, definindo trajetórias espaço-temporais complexas (Benedetti, 2011, p.36, tradução nossa).

crescimento mútuos, mas também, de legalidades e ilegalidades”. Dessa maneira, pode-se compreender que a concepção de fronteira é diversa. As reflexões acerca do vocábulo foram ganhando novos conceitos, de acordo com o contexto histórico e com as definições dos sujeitos que a qualifica.

Diante dessas transformações na compreensão de fronteira, ora como limite geográfico, ora como espaço de múltiplas interações e tensões, é possível perceber que a mobilidade humana adquire contornos cada vez mais complexos. Entre os sujeitos que vivenciam essas dinâmicas fronteiriças, destaca-se a figura da mulher imigrante pendular, sua experiência, marcada por deslocamentos constantes entre países, revela não apenas os desafios impostos por esse trânsito, mas também as estratégias de adaptação, resistência e reinvenção de espaços cotidianos. Assim, a seguir, será abordada a vivência dessas mulheres e a maneira como constroem novos territórios de pertencimento a partir de suas trajetórias migratórias.

### **1.1 A mulher imigrante pendular: a experiência da mobilidade entre países e a construção de novos espaços de vida**

O termo mulher imigrante refere-se àquela que se desloca de um país para outro com o objetivo de estabelecer residência permanente ou temporária no local escolhido. As mulheres participaram de imigração em um número cada vez mais significativo, nas últimas décadas. Estudos apontam que as mulheres imigrantes não são reproduções das imigrantes do passado onde não podiam expressar suas opiniões e lutar pelos seus direitos. Atualmente, essas mulheres são protagonistas de suas histórias, muitas vezes se organizando em comunidades para defender suas necessidades e interesses. No entanto, ainda enfrentam discriminação, opressão e desigualdades em razão do gênero.

Domitila afirmava, em seu discurso, que, caso a opressão continuasse, a alternativa seria emigrar para um país onde pudesse ser tratada com dignidade e tivesse acesso a melhores oportunidades.

Los gobernantes se olvidan que ya no estamos en la época de la Colonia española y que no podemos trabajar bala en boca; nosotros somos obreros y no esclavos y no vamos a permitir que los mercenarios hagan sus fechorías, mientras nosotros no podemos ni abrir la boca... Si el gobierno persiste en su actitud, nosotros nos veremos obligados a emigrar a otros países, donde nos traten como seres humanos y nosotros prometemos trabajar y hacer

engrandecer a los países que nos abran sus puertas (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.185).<sup>6</sup>

Podemos observar a insatisfação em face da opressão e da exploração. Domitila utiliza uma linguagem forte para enfatizar que os governantes estão agindo de maneira autocrática, ignorando os direitos e a dignidade dos trabalhadores. Ao mencionar a "época de la Colonia española", Domitila faz uma alusão ao passado colonial, onde a opressão era comum, e sugere que essa mentalidade ainda persiste em algumas práticas contemporâneas.

Além disso, o trecho expressa uma ameaça de emigração como uma forma de resistência. Isso indica que, se a situação não melhorar, os trabalhadores estão dispostos a buscar oportunidades em outros países, onde possam ser tratados com dignidade e respeito.

Ahora más me doy cuenta de que muchas personas, incluso entre los revolucionarios y hasta los que tuvieron que salir del país por problemas políticos, tienen la idea totalmente errada de que la liberación de nuestro país se va a hacer solamente a partir de la clase obrera (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.185).<sup>7</sup>

No século XXI as mulheres imigrantes chegam com níveis educacionais e qualificações superiores. A inserção do gênero é fundamental no estudo do fenômeno migratório, ampliando as pesquisas feministas que questionam a imagem categorizada de mulheres imigrantes como dependentes passivas de seus cônjuges.

Com isso, vemos que as categorias de imigrante e fronteira compartilham diversos aspectos e têm sido estudadas por diferentes grupos de pesquisa, tanto no Brasil quanto em outros países. A combinação dessas categorias implica, metodologicamente, na análise dos conceitos que as englobam, visando destacar como a

---

<sup>6</sup> Os governantes esquecem que não estamos mais na era da Colônia Espanhola e que não podemos trabalhar com uma bala na boca; Somos trabalhadores e não escravos e não permitiremos que mercenários cometam seus delitos enquanto não podemos nem abrir a boca... Se o governo persistir em sua atitude, seremos forçados a emigrar para outros países, onde seremos tratados como seres humanos e prometemos trabalhar e fazer grandes os países que nos abrirem suas portas (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.185, tradução nossa).

<sup>7</sup> Agora percebo que muitas pessoas, mesmo entre os revolucionários e até mesmo aqueles que tiveram que deixar o país devido a problemas políticos, têm a ideia totalmente errada de que a libertação do nosso país só será alcançada pela classe trabalhadora (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.185, tradução nossa).

presença desses indivíduos provoca transformações no espaço em questão, especialmente no que diz respeito aos imigrantes pendulares.

Tratamos aqui por imigrantes pendulares aqueles que habitam em região de fronteira, em um dos países que a compõem, e trabalham e/ou estudam no outro país, retornando para seus lares, dando a esse movimento sentido cotidiano. Desta forma, importante observar que o imigrante pendular possui o privilégio de retornar por completo ao seu país de origem na medida em que suas capacidades laborais ou o enfretamento de crises inviabilizam sua permanência no país hospedeiro (Oliveira, Correia, Oliveira, 2017, p. 95).

Nesta perspectiva a citação apresenta um exemplo do conceito de “imigrantes pendulares”, pessoas que residem em locais fronteiros de dois países. O termo “pendular” implica que a migração ocorre em um movimento cíclico diário no qual as pessoas partem de um país para outro, mas regularmente retornam ao seu de origem. Essa dinâmica significa que o imigrante pendular sempre está conectado mais facilmente com seu país, porque ele sempre pode retornar em sua totalidade. A referência considera a dualidade das experiências, pois o imigrante pendular está explorando oportunidades em outro país, mas sempre tem a opção de retornar, o que pode desafiar sua identidade e pertencimento (Oliveira, Correia, Oliveira, 2017).

Sendo assim, percebemos que as mulheres imigrantes pendulares desempenham papel significativo nas dinâmicas social e econômica, tanto nas nações de origem quanto ao de destino. Elas frequentemente equilibram a responsabilidade pela família e desafios profissionais e são caracterizadas pela mobilidade. Esses processos de circularidade aparentam a complexidade da vida, mas também demonstram como a migração influencia a identidade e as conexões sociais. Muitas dessas mulheres enfrentam múltiplas formas de racismo e sexismo, que se manifestam, por exemplo, no tratamento desigual que recebem na vida profissional em comparação com os homens, mesmo quando estão ativamente no mercado de trabalho.

Assim, é crucial reconhecer que os problemas que as mulheres migrantes enfrentam não só são um eco da complexidade de suas histórias de migração, mas também formam suas identidades. Portanto, as dificuldades existentes são interligadas e revelam a face da migração como um sistema complexo: o fenômeno da migração é permeado por diversos problemas, ao mesmo tempo em que pode envolver o surgimento de novas oportunidades e mudanças pessoais.

A vida das mulheres imigrantes não pode ser vivida da mesma maneira que em seus lugares de origem. As experiências e os desafios enfrentados em um novo contexto



cultural, social e econômico moldam suas trajetórias de forma única. Essa transição pode exigir adaptações significativas, impactando suas identidades, relações e modos de vida. Viver na fronteira exige persistência, principalmente de mulheres, pois elas tendem a enfrentar uma série de obstáculos, pois deixar seu país de origem e reconstruir a vida em lugar desconhecido é uma experiência, por muitas vezes, assustadora e requer enfrentamento por oportunidades e busca de novas condições de vida e mudança.

As condições de vida e possibilidades de mudança de realidade social são responsáveis pela migração das mulheres em regiões de fronteira, seja pela oportunidade de estudos, trabalho e saúde desde tempos remotos, sendo demonstrados pelos censos internacionais realizados a partir da identificação de países de origem, serem maiores os fluxos migratórios para o Brasil... (Lima, 2018, p. 96).

A mulher migrante, frequentemente, acredita que possui conhecimento sobre seus direitos, tanto em âmbito nacional quanto internacional, e que dispõe de habilidades diferenciadas. No entanto, essa percepção nem sempre se reflete na realidade dos espaços territoriais onde vivem, em que a vida pode se revelar mais desafiadora e complexa do que inicialmente imaginavam. A mulher pendular que vive na fronteira é um símbolo não apenas de resistência, mas também de adaptação a um ambiente cheio de complexidades. No entanto, ela é uma pessoa que precisa lidar com a necessidade de se mover quase constantemente por causa da barreira cultural, bem como entre as diferentes camadas da sociedade em seu contexto, experimentando a si mesma entre a mulher e a mercadoria. A realidade dessa mulher está além da grelha da vida cotidiana, caracterizada pela discriminação e instabilidade. O espaço limiar transforma seu mundo, não apenas restringindo, mas também fortalecendo sua natureza. Como resultado, essas mulheres são frequentemente transformadas em agentes da mudança necessária na sociedade onde estão inseridas. Elas acabam se unindo, criando redes de suporte que informam sobre sua posição com mais ousadia e heroísmo, reivindicando dignidade e reconhecimento.

Nas fronteiras não existem unicamente mulheres em situação de vulnerabilidade, mas estudos apontam que elas são a maioria. A diversidade na formação social e compreensão de mundo são significativos para a busca de rumos e direitos. Pois, o processo migratório muitas vezes desestabiliza os comportamentos tradicionais do gênero, levando a um contexto enraizado em experiências antigas. No entanto, no século XXI os fluxos contemporâneos são plurais e isso reforça que há diversos

caminhos para a imigração. As redes de contato têm fortalecido os processos de chegada de mulheres de forma individual.

De modo geral, percebe-se que as redes de proteção à mulher buscam ser atuantes na proteção das mulheres nos limites das fronteiras brasileiras, mas essa rede de proteção torna-se fragilizada quando esbarra em pouca infraestrutura, como a ausência de delegacias especializadas, da falta das Defensorias Públicas, das Casas Abrigos para Mulheres vítimas de violência, de espaços próprios e humanizados para atendimento geral. Peres (2015) em seus estudos sobre migração feminina em região de fronteira ratifica que,

Fenômenos migratórios nas fronteiras dos países latino-americanos são ainda mais complexos e de difícil captação. A dinâmica da fronteira exige um olhar específico sobre os fluxos migratórios que abarca, uma vez que se trata de um espaço migratório em constante transformação. O estudo da ocupação desses espaços, associado a dados censitários sobre o país de nascimento permite captar a presença estrangeira, mas não os fluxos migratórios que compõem esta dinâmica (Peres, 2015 p. 123).

Para as mulheres imigrantes, o impacto no fluxo migratório tem sido imenso, pois projetos migratórios de alguns países possuem medidas restritivas de controle interrompendo ou dificultando os fluxos, principalmente na movimentação de mulheres imigrantes.

As mulheres ao decidirem migrar já perpassaram por muitos conflitos, muitas vezes, eventos traumáticos, como por exemplo o empobrecimento, expulsão de casa, todos os tipos de violência, abandono entre outros. Essa migração também pode ser vista como uma luta por maior autonomia e autodeterminação, por meio da saída do lar, como a busca por relações de poder mais favoráveis (Federici, 2018).

É difícil quantificar o aumento da violência contra as mulheres, e seu significado é mais bem apreciado quando consideramos a violência em termos qualitativos, a partir do ponto de vista das novas formas que ela tem tomado. Em vários países, sob o impacto do ajuste estrutural, toda a estrutura familiar tem se desintegrado. Isso ocorre frequentemente por consentimento mútuo — quando um ou ambos os parceiros migram, ou ambos se separam na busca de alguma forma de renda (Federici, 2018, p.228).

Em uma era multifacetada e contemporânea, a imigração se torna sistemática e contínua, neste sentido, o aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios tem evidenciado demandas significativas para teorias sobre o papel desempenhado pela mulher contemporânea nesse contexto, mas isso não omite o que as mulheres passaram e passam por conta da imigração.

Imagens de mulheres agarrando os filhos entre os escombros do que antes era sua casa, ou lutando para recriar uma vida sob barracas de campos de refugiados, ou trabalhando em sweatshops em bordéis ou como trabalhadoras domésticas em países estrangeiros são veiculadas há anos na imprensa (Federici, 2018, p. 182).

Estudiosas feministas concordam que mulheres em todo o mundo carregam um “custo desproporcional” pela integração econômica global de seu país.

Os tradicionais papéis sexuais também contribuíram para determinar os níveis e os padrões da migração. As imigrantes, uma vez estabelecidas, mantiveram relações com a sociedade de origem e teceram conexões com a sociedade de destino, construindo redes de migração que estimularam novas migrações (Assis, 2007, p. 749).

A explicação para o aumento significativo das mulheres nas imigrações está relacionada às mudanças na política migratória. Assis 2007 transparece que essa interconexão revela a complexidade das identidades femininas em movimento, onde as mulheres desempenham um papel ativo na construção de suas trajetórias, desafiando as expectativas impostas por seus papéis tradicionais determinados pelo sistema. No entanto, a construção de redes não é isenta de desafios, pois imigrantes enfrentam barreiras de gênero e preconceitos que podem limitar suas oportunidades e direitos nas sociedades de destino.

Na perspectiva de Anzaldúa (1987), as mulheres da fronteira enfrentam uma dualidade desafiadora: além dos obstáculos da migração, elas são confrontadas com questões de gênero, cultura e pertencimento. O testemunho literário, nesse sentido, é uma forma de vocabulário através do qual as mulheres da fronteira podem falar. E como Anzaldúa (1987) aponta, em suas próprias palavras, suas histórias não apenas contam as experiências dolorosas e as lutas, elas também contam histórias de resistência e resiliência. Portanto, ao compartilhar ao invés de ser, essas mulheres contestam a autenticidade e a constituem de uma forma rica, que poderia encapsular as complexidades de sua existência.

O testemunho literário, portanto, dá voz e uma face visível às mulheres imigrantes. Essa concepção também pode ser associada à opinião de que testemunhar é um ato político, proposto por Patricia Hill Collins (2019) “Se o ato de testemunhar é uma ferramenta de resistência política, então é algo a ser aprendido e celebrado. Do ler quem testemunha e quem sofre testemunho, o pensamento negro constrói novos repertórios de representação do conhecimento da comunidade” (Collins, 2019). A

experiência especificamente compartilhada por mulheres na fronteira com o México, por exemplo, revela a multidimensionalidade e a profundidade da realidade da migração e, além disso, os problemas que infligem tanto em suas vidas migratórias quanto em seus esforços de mudança de última geração.

Na perspectiva de Martha Palacios (2020) em sua obra *Gloría Anzaldúa: Poscolonialidad y feminismo*, ela documenta o pensamento político pós-fundacional como “as noções estabilizadoras de identidade e pertencimento”, que nos permite refletir sobre as narrativas de mulheres migrantes como mulheres da fronteira, onde a fluidez das identidades e experiências individuais são formas de resistência. A autora argumenta que reconhecendo a multiplicidade do sujeito, podemos começar a entender melhor como as mulheres da fronteira utilizam a literatura de testemunho para abordar questões de afirmação e, portanto, desestabilizar narrativas hegemônicas de identidade (Palacios, 2020).

É importante considerar como as experiências vividas pelas mulheres da fronteira refletem as complexidades das identidades em movimento. Essas narrativas não apenas desafiam as categorizações fixas, mas também revelam como a transgressão de limites geográficos e culturais enriquece o diálogo sobre a identidade.

No estoy en condiciones de verme como una más, sino como una otra. Por eso me cuesta escribir, hacerme con el lenguaje, tomar la palabra. Pero ahí hemos estado por años, sí, en eso que podría caracterizar ahora como un «ethos de la no pertenencia» por el que no alcanzo a reconocerme como sujeto ético y político. Por no pertenecer, ya no me pertenezco ni a mí misma (Palacios, 2020, p.82).<sup>8</sup>

Esta perspectiva destaca como a escolha de palavras e a capacidade de contar histórias podem desafiar as construções hegemônicas e encorajar as mulheres a reimaginar suas próprias narrativas e seu direito de lutar por espaço. Ao articular suas experiências por meio de sua arte literária, elas validam não apenas suas identidades múltiplas, mas uma tradição de questões de identidade e pertencimento. A interseção entre linguagem, narrativa e identidade ilustra a profunda extensão do ativismo compartilhado de poder das mulheres literárias da fronteira, que surgiram como vozes

---

<sup>8</sup> Não estou em posição de me ver como mais um, mas como outro. É por isso que acho difícil escrever, dominar a língua, falar. Mas estamos lá há anos, sim, no que eu poderia agora caracterizar como um "ethos de não pertencimento", pelo qual sou incapaz de me reconhecer como sujeito ético e político. Ao não pertencer, deixo de pertencer a mim mesmo (Palacios, 2020, p.82, tradução nossa).

proeminentes na luta pelo reconhecimento e pela equidade.

Portanto, ao vincular a migração à literatura de testemunho nos termos de Anzaldúa, podemos afirmar que essas narrativas são fundamentais para a formação da memória coletiva que celebra a experiência das mulheres da fronteira. Elas atuam como ponte entre gerações, permitindo que vozes frequentemente silenciadas encontrem espaço para se expressar e, assim, contribuam para uma compreensão mais profunda da identidade cultural. Além disso, essas narrativas nos convidam a refletir sobre as intersecções de gênero, raça e classe, ampliando nossa percepção sobre as complexidades das migrações contemporâneas e o impacto que elas têm na formação de uma identidade coletiva rica e diversificada.

### **1.2 A Literatura de testemunho: narrativas de resistência e memória em tempos de conflito**

A partir dos avanços na literatura, a “literatura de testemunho” ganhou ênfase nos estudos literários, gerando discussões e reflexões sobre diversos temas. Assim, como afirma Wilberth Salgueiro, há diferença entre testemunho e testemunha,

Testemunha é a pessoa. Testemunho é o relato, o depoimento, o documento, o registro (escrito, oral, pictórico, filmico, em quadrinhos etc.). A testemunha, por excelência, é aquela que viveu a experiência, é um *superstite* (*superstes*) – sobrevivente. Há, naturalmente, outros graus de testemunha: há o *testis*, que se põe como *terstis* (terceiro) – que presenciou, que viu, que “testemunhou” [...] (Salgueiro, 2012, p.284-285).

Os debates em torno do testemunho na literatura envolvem estudos literários, filosóficos e sensibilidade poética, pois há narrativas que abrangem muitas discussões. “As considerações acerca da ‘literatura de testemunho’ envolvem questões de gênero, de valor, de saberes, que, mais uma vez, tensionam os limites entre estética e ética, entre verdade e ficção, entre realidade e representação” (Salgueiro, 2012). Percebe-se que o testemunho é importante para a literatura contemporânea e deve ser estudado, pois é uma manifestação de saberes que se constroem de maneira diversificada, podem dialogar e dar margem a novas criações.

A noção fundadora de testemunho vem da chamada “literatura do Holocausto”, emblemática pelos relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, como as citadas narrativas de Primo Levi e a poesia de Paul Celan. O alargamento desta noção inclui também sua utilização em direção

ao passado, como, por exemplo, em relação aos genocídios e massacres contra índios e negros; ou em relação a misérias e opressões, desigualdades econômicas, preconceitos étnicos e sexuais do cotidiano em todo o mundo (Salgueiro, 2012, p.291).

O autor ainda deixa claro que o conceito fundador de testemunho não deve ser levado como único para pontuar relatos de discurso testemunhal. Salgueiro deixa evidente que o termo fundador que se refere ao Holocausto implica a fatos passados de dor e trauma que ainda ecoam, mas que não é um fato singular para remeter as modalidades de testemunho, como bem afirma:

Há, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.) (Salgueiro, 2012, p.286).

Para Márcio Seligmann (2003) a literatura de testemunho possibilita uma aproximação com o passado para examinar eventos e situações mais complexas da história contemporânea, pois os contextos dos sujeitos que testemunham influenciam em suas escolhas e visão de realidade histórica.

Na literatura de testemunho não se trata mais de imitação da realidade, mas sim de uma espécie de “manifestação” do “real”. É verdade que não existe uma transposição imediata do “real” para a literatura: mas a passagem para o literário, o trabalho do estilo e com a delicada trama de som e sentido das palavras que constitui a literatura é marcada pelo “real” que resiste à simbolização (Seligmann, 2003, p. 386-387).

Diante disso, discutir e discorrer acerca da literatura de testemunho, especificamente, a literatura feminina de fronteira, é recorrer à história e entender a realidade de autoras que buscam ganhar espaço e democratização discursiva através de suas narrativas com base em teorias e posicionamentos feministas. E a obra “*Si me permiten hablar...*” é um testemunho em que Domitila Barrios de Chungara narra com riqueza de detalhes sua vida nos acampamentos mineiros da Bolívia, nas participações em eventos e conferências onde pode relatar sua luta em favor de seu povo.

El testimonio latinoamericano contemporáneo denuncia y celebra, pues su deseo es la verdad. Narra en paralelo no para identificar sino para confrontar, distingue y no asimila. Su deseo es desmontar una historia hegemónica, a la vez que desea construir otra historia que llegue a ser hegemónica (Achugar, 2002, p. 62).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> O testemunho latino-americano contemporâneo denuncia e celebra, porque seu desejo é a verdade. Ele narra em paralelo não para identificar, mas para confrontar, ele distingue e não assimila. Seu desejo é

O testemunho é considerado um gênero literário e vem ganhando notoriedade com origens e narrativas distintas após sujeitos assumirem posição de atores sociais ativos relatando e problematizando experiências vividas a fim de lutar pelos seus direitos. Dessa maneira, falar da literatura como meio de expressão/denúncia e superação é mostrar a importância dessa literatura na região de fronteira a partir do momento em que a leitura pode estimular a consciência da desigualdade e a superação por meio da literatura.

De acordo com a escritora contemporânea Lucilene Arf (2020, p.12) “a literatura de determinados lugares é um meio relevante de interação entre as pessoas e a realidade, especialmente quando os eixos se atêm a elementos do quadro humano, de fatores culturais e históricos”. De modo que, estudar a literatura de testemunho de fronteira, é discutir sobre histórias e cultura, já que todo texto literário é um produto discursivo do qual emergem os registros de diversas práticas e pertencimentos culturais de uma determinada região. Arf, salienta que “É quase impossível pensar em construção sociocultural sem a ajuda da literatura. O que também constitui um desafio para as ciências sociais e estudos históricos que utilizam esse aporte em suas especificidades” (Arf, 2020, p. 12).

Os discursos e temas defendidos pela ativista alavancou sua voz e mostra sua influência e contribuição para estudos e debates na região de fronteira:

(...) todo texto literário é um espaço discursivo no qual aflora os registros das diversas práticas e pertencimentos culturais de uma determinada região, e que, portanto, devemos considerar a região como elemento constitutivo do discurso do texto literário, onde se abarcam as vozes e registros de uma geografia regional (Arf, 2020, p. 14).

Partindo dessa contribuição, verifica-se que o texto literário é um produto que mostra a identidade cultural de uma região. Neste sentido, tem-se que a literatura na região de fronteira é evidenciada a partir de discussões relevantes abordadas na obra da autora.

A literatura feminina de fronteira é uma área que requer maior atenção, pois ela tem uma herança impulsionadora de identidade do povo local e que não é muito explorada em estudos científicos. Arf ainda reitera que,

---

desmantelar uma história hegemônica, ao mesmo tempo em que deseja construir outra história que se torne hegemônica (Achugar, 2002, p. 62, tradução nossa).

A literatura é como um ouvido que pode escutar além da linguagem que a política entende, é como um olho que pode ver além da escada cromática que a política percebe. Ao escritor, pode ocorrer de explorar regiões que ninguém explorou antes, dentro de si ou fora, fazer descobertas que cedo ou tarde resultarão em campos essenciais para consciência coletiva (Arf, 2020, p. 20).

Domitila expressa em seu testemunho e experiências, um posicionamento feminino, como mãe, dona de casa e ativista social, a fim de mostrar que uma mulher pode sair de um lugar de opressão e se tornar resistência e símbolo de superação. Ratifica que são escassos documentos que contêm experiência vividas por uma comunidade específica.

Es bastante escasa la documentación escrita a partir de experiencias vividas por gente del pueblo. En este sentido, este relato puede llenar un vacío y constituir un instrumento de reflexión y orientación, útil a otras mujeres y hombres entregados a la causa del pueblo en Bolivia y en otros países, particularmente de América Latina (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p. 3).<sup>10</sup>

Nota-se que a boliviana compreendia que a sua narrativa testemunhal poderia contribuir para fatos ignorados pelo Sistema. O testemunho feminino latino-americano teve êxito, principalmente, depois de “*Si me permiten hablar...*”, pois a narrativa de Domitila desafia as normas tradicionais da literatura, que muitas vezes privilegiam perspectivas masculinas e urbanas. Sua voz autêntica oferece uma janela para a vida nas comunidades de fronteira, revelando as complexidades das identidades indígenas e as dificuldades enfrentadas por mulheres em uma sociedade que frequentemente as marginaliza. Essa autenticidade é essencial, pois promove uma maior inclusão e diversidade na literatura, inspirando novas autoras a explorarem suas próprias histórias e realidades.

Dessa forma, ao compreender a importância do testemunho de Domitila como instrumento de resistência e representação de vozes historicamente silenciadas, torna-se fundamental aprofundar sua trajetória individual. A força de sua narrativa não reside apenas nos eventos que relata, mas na maneira como constrói uma identidade combativa a partir de papéis tradicionalmente associados à submissão feminina. É, portanto, a partir desse ponto que se propõe uma análise mais detalhada de sua caminhada do cotidiano doméstico à militância política, destacando os marcos que a transformaram

---

<sup>10</sup> Há muito pouca documentação escrita baseada em experiências vividas pelas pessoas na cidade. Nesse sentido, esta história pode preencher uma lacuna e constituir um instrumento de reflexão e orientação, útil para outras mulheres e homens dedicados à causa do povo na Bolívia e em outros países, particularmente na América Latina (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p. 3, tradução nossa).

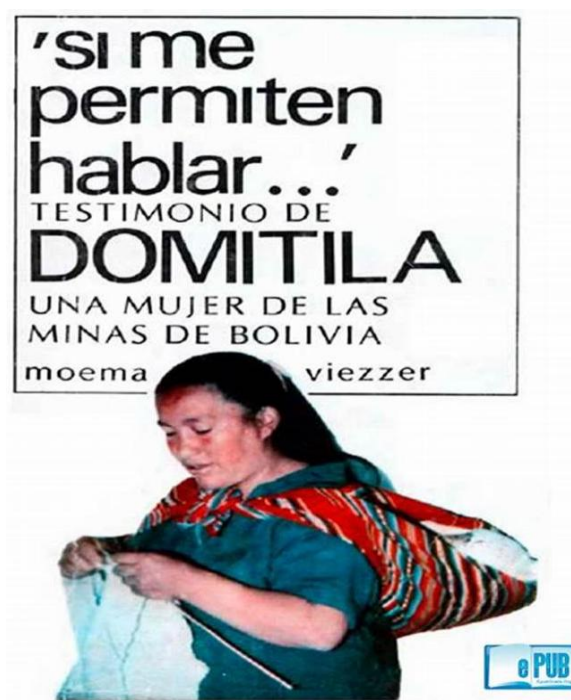


em uma das figuras mais expressivas da luta social na Bolívia, assim, próximo capítulo dedica-se, assim, a explorar essa trajetória singular.

## Capítulo 2: A TRAJETÓRIA DE DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA: DE DONA DE CASA A ATIVISTA SOCIAL

Domitila Barrios de Chungara foi conhecida mundialmente quando a docente brasileira Moema Viezzer publicou o livro intitulado “*Si me permiten hablar...*” *Testimonio de DOMITILA, una mujer de las minas de Bolivia* (1977), obra na qual a boliviana narra de forma didática sua longa trajetória. Domitila detalha a vida nos acampamentos de mineração da Bolívia, as lutas dos sindicatos de mineiros e a organização das mulheres, especialmente no acampamento Siglo XX, onde ela morava. Viezzer a conheceu durante a Tribuna Mexicana do Ano Internacional da Mulher, que ocorreu em 1975, em razão da Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na Cidade do México, onde iniciou a coleta de seu depoimento. O livro, publicado com ampla circulação internacional, é fruto da transcrição e sistematização de entrevistas formais e diálogos entre a boliviana Domitila Barrios de Chungara e a brasileira Moema Viezzer.

Imagem 1: Capa do livro



Fonte: Edição digital, 2005

O livro é uma das obras mais evidenciadas no testemunho feminino latino-americano. Nela a ativista Domitila Barrios mostra a sua transição como dona de casa,

cônjuge e mãe para líder Ativista do Comité de Amas de Casa del Siglo XX. Embora tenha ganhado notoriedade, Domitila não deixou de ocupar o papel de mãe e esposa. Conciliou seus hábitos domésticos com a luta por melhores condições de vida para os funcionários das minas. Conforme Yasmin Silva (2022), Domitila teve êxito por lutar de forma pacífica contra as ditaduras de René Barrientos Ortuño e de Hugo Banzer Suárez, pois na época eles enviaram um contingente militar às comunidades de Catavi e Llallagua, para reprimir as reivindicações dos mineiros contra a exploração e os abusos dos grandes empresários.

A organização da obra é estruturada em três seções que trazem uma abordagem clara e aprofundada sobre a trajetória de Domitila nas minas bolivianas. Cada seção é constituída de capítulos que envolvem a vida familiar e pessoal da boliviana, mesclando eventos sociais e políticos que influenciam a narrativa e promovem detalhamento das lutas, das opressões e das resistências do povo boliviano, especialmente, das mulheres de las minas.

A primeira seção intitulada “Su Pueblo” é dedicada ao povo da Bolívia, particularmente o “pueblo minero”, neste capítulo, Domitila narra as condições gerais da classe trabalhadora boliviana com foco na exploração do trabalhador das minas Siglo XX e Catavi. Ela inicia através de dois aspectos, suas raízes e a realidade das comunidades mineradoras explorando as desigualdades sociais e os efeitos das condições de trabalho do homem e da mulher na mineração. E esse capítulo surge como uma análise do contexto social e econômico em que o povo minero vive, uma população extremamente empobrecida, oprimida e degradada, sem acesso a direitos básicos como saúde, educação e moradia, mas pujante numa unidade organizativa pela luta contra a opressão e a exploração. A segunda parte com o título “Su Vida” é uma descrição que podemos considerar como autobiográfica que abarca aspectos de sua própria vida. Esse capítulo reconta sua história de infância, sua formação educacional e sua consciência política, que a fez uma figura central em sua comunidade. Domitila narra a experiência de vida nas minas e sua tomada de consciência da exploração a que era submetida, não só como mulher, mas como operária. A última seção com o título “1976”, está totalmente anexada aos eventos políticos e sociais críticos vividos na Bolívia no regime de René Barrientos e a vitória de sua ditadura militar. Nesse ano, Domitila foi a

principal líder das lutas dos trabalhadores contra as condições de Siglo XX e Catavi e a ditadura e repressão do governo (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005).

Domitila Barrios de Chungara nasceu em 7 de maio de 1937, na comunidade Catavi na Bolívia dentro da mina Siglo XX que era um campo de mineração e todas as casas eram da empresa prestadora de serviços, ao lado ficava a cidade de Llallagua, onde muitos também viviam, assim como outras populações civis próximas. Sua terra natal constituía “o maior centro mineiro da Bolívia, com mais experiência revolucionária e onde havia acontecido mais massacres por parte dos governos” (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p.19). Com cerca de três anos de idade mudou para Pulacayo que está localizada no departamento de Potosí, na província de Quijarro, a uma altitude de cerca de 4.000 metros e lá viveu até os vinte anos. Domitila perdeu sua mãe quando tinha dez anos por durezas da vida do povo mineiro, com isso, teve que cuidar de seus irmãos menores. O pai de Domitila, desde solteiro, trabalhava como dirigente sindical e fazia parte do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), partido de esquerda da Bolívia. Por esse motivo, sofreu durante toda a vida com as represálias dos militares e do governo. Foi preso, deportado e torturado. Apesar disso, Domitila teve o pai como referência de ativismo por melhores condições de vida e trabalho, aspirando pelo poder popular boliviano (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 34).

Até os dez anos de idade Domitila não foi à escola porque a família não tinha condições financeiras e com a morte de sua mãe, o pai assumiu o compromisso de não se envolver mais com política para cuidar das filhas. Mas, na verdade, foi a primogênita que assumiu os cuidados das irmãs mais novas e da casa em condições extremamente vulneráveis de vida: moradias precárias sem acesso à saneamento básico e água, falta de comida e frio. Às vezes chegavam a pedir esmola nas ruas (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 35).

O acesso à educação era limitado e concluir os estudos tornou-se uma tarefa árdua diante das adversidades relacionadas à discriminação e à pobreza, durante sua trajetória escolar, Domitila precisou levar suas irmãs mais novas consigo e a mais nova ficava em uma gaveta e, quando chorava, ela a amamentava com a mamadeira. As outras irmãs andavam pela sala de aula, porém, após dois anos, a escola proibiu que ela

continuasse a levar as irmãs e mesmo com a oposição do pai, Domitila não desistia de estudar, e por não ter com quem deixar os filhos, corria para a escola e quando voltava se dedicava às atividades domésticas e às irmãs. Todavia, acabou acontecendo um acidente doméstico e a irmã caçula de apenas três anos morreu, então, Domitila ficou completamente abalada com a culpa pela morte de sua irmã (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 39). Domitila compartilha a influência fundamental de seu pai em sua formação e como essa educação a levou a se ver não como uma mulher submissa, mas como alguém capaz de conquistar seu próprio destino.

Sí, mi papá siempre se preocupó por nuestra formación. Cuando murió mi mamá, la gente nos miraba y decía: “Ay, pobrecitas, cinco mujeres, ningún varón... ¿para qué sirven?... Mejor si se mueren”. Pero mi papá muy orgulloso, decía: “No, déjenme a mis hijas, ellas van a vivir”. Y cuando la gente trataba de acomplexarnos porque éramos mujeres y no servíamos para gran cosa, él nos decía que todas las mujeres tienen los mismos derechos que los hombres. Y decía que nosotras podíamos hacer las hazañas que hacen los hombres. Nos crió siempre con esas ideas. Sí, fue una disciplina muy especial. Y todo eso fue muy positivo para nuestro futuro. Y de ahí que nunca nos consideramos mujeres inútiles (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p.41-42).<sup>11</sup>

A narrativa de Domitila mostra a influência de seu pai em sua educação e formação, ela mesma declara que ele a levou a acreditar em sua igualdade e capacidade em comparação aos homens, apesar de na época a sociedade rotular as mulheres como menos valiosas ou como pessoas que sequer deveriam ter as mesmas qualidades ou pontos de vista dos homens. A sociedade, nesse sentido, tentou atrelar as mulheres a papéis de forma invisível e subordinada, pois a época estava marcada por significativas tensões sociais e políticas na Bolívia, com um ambiente de profundas desigualdades e discriminação, especialmente contra as mulheres. A sociedade na Bolívia de 1937 até a década de 1950, estava imersa em questões de exclusão social, pobreza extrema e um sistema patriarcal que limitava drasticamente as oportunidades de vida das mulheres. No entanto, o pai de Domitila ultrapassou esses limites, criando suas filhas com valores

---

<sup>11</sup> Sim, meu pai sempre se importou com nossa educação. Quando minha mãe morreu, as pessoas olhavam para nós e diziam: “Ah, coitadinhos, cinco mulheres, nenhum homem... para que servem?... É melhor que morram.” Mas meu pai, muito orgulhoso, disse: “Não, deixem minhas filhas comigo, elas viverão.” E quando as pessoas tentaram nos fazer sentir inferiores porque éramos mulheres e não servíamos para muita coisa, ele nos disse que todas as mulheres têm os mesmos direitos que os homens. E ela disse que poderíamos fazer os feitos que os homens fazem. Ele sempre nos criou com essas ideias. Sim, era uma disciplina muito especial. E tudo isso foi muito positivo para o nosso futuro. E é por isso que nunca nos consideramos mulheres inúteis (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p.41-42, tradução nossa).

masculinos de igualdade e afirmação, esses valores, portanto, a ajudaram a almejar a possibilidade de um futuro em que ela e suas irmãs não seriam “inúteis”, mas em vez disso, subjetivas e totais em suas posições (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005).

Ainda jovem, por volta dos 13 anos Domitila começou a trabalhar nas minas de Pulacayo, ela trabalhou junto com sua família em condições extremamente difíceis e precárias. Pulacayo era a principal mina de prata da Bolívia e a segunda maior do mundo no final do século XIX e início do século XX, suas riquezas possibilitaram um desenvolvimento econômico e social que proporcionou estabilidade até meados do século passado, quando sua produção começou a declinar após a promulgação do decreto de nacionalização da mineração em 1952 em um contexto de revolução social que muitos historiadores descrevem como o mais importante da América Latina depois do ocorrido no México no período 1910-1917 (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 40-41).

Pulacayo era um local onde os trabalhadores, em sua maioria indígenas e de classes mais baixas, enfrentavam jornadas exaustivas, baixos salários e condições de vida extremamente insalubres. A experiência de Domitila nas minas não apenas a inseriu no mundo do laboral, mas também foi fundamental para o seu ativismo social e sindical.

No ano de 1957, Domitila Barrios de Chungara se casou com o mineiro chamado Juan José Rocha. Após conhecer seu marido, Domitila mudou para o Siglo XX, cidade onde nasceu. Juntos, eles tiveram sete filhos, entretanto, Domitila enfrentou o desafio de conciliar as responsabilidades de vida familiar com o ativismo político e social, ela viveu em uma sociedade onde o casamento era caracterizado como uma das ações patriarcais, mas não deixou de lutar pelo direito dos trabalhadores e das mulheres. Neste período a sociedade boliviana impunha expectativas rígidas para as mulheres, que eram frequentemente destinadas ao casamento e à vida doméstica.

Imagem 2: Domitila com seus filhos.



Fonte: Biblioteca del Bicentenario de Bolivia, 2019.

Durante esta fase, ela experimentou a luta pela sobrevivência devido às dificuldades da instituição matrimonial em face da opressão de gênero, ao mesmo tempo em que lutava dentro do relacionamento para manter o equilíbrio entre o tradicional e o moderno em sua vida. No entanto, a experiência de casamento de Domitila não a definiu passivamente ou a tornou uma submissa, com o passar do tempo, ela descobriu maneiras de integrar seus maiores deveres como esposa e mãe de dois lados e seu ativismo político e social que hoje é central para seu legado. Além disso, a instituição do casamento não prejudicou a intenção de Domitila associada aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero. Enquanto era uma esposa e mãe tradicional, ela nunca adotou uma abordagem passiva conscientemente, como mulher de sua geração, ela optou por não viver sua vida segundo os papéis estabelecidos, escolhendo um caminho diferente, mesmo quando estava à margem da sociedade. Suas liberdades eram eliminadas, sua atividade e seu trabalho não reconheciam as contribuições das mulheres para a transformação das realidades prescritas pela sociedade e pela instituição matrimonial.

Com o passar dos anos Domitila viu nas minas grandes problemas, pois as condições de trabalho dos mineiros não eram boas e foi com ela que as coisas começaram a mudar, pois Domitila não se intimidava com assuntos que na época pertenciam somente aos homens, ela estava sempre atenta aos acontecimentos da época,

Desde que llegué a Siglo XX, siempre procuraba estar atenta a todo. Por la radio escuchaba las noticias. Asistía a las manifestaciones y procuraba saber cómo estaban los asuntos. Porque todo era nuevo para mí. No quiero decir con eso que en Pulacayo no se hacía esa labor. ¿Será porque en Pulacayo yo vivía en un mundo aparte y por eso no me daba cuenta de la situación? Pero en Siglo XX, sí, comencé a interesarme, a darme cuenta de la pelea y de los sufrimientos que tenía la gente. Y eso fue despertando en mí un gran respeto por mi padre y por la causa a la cual él se había entregado (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 53).<sup>12</sup>

Domitila descreve uma mudança importante em sua percepção e engajamento com a realidade social e política. Quando ela chega ao Siglo XX começa a se conscientizar das lutas e dos sofrimentos das pessoas ao seu redor, algo que, em Pulacayo, onde ela havia vivido anteriormente, parecia estar mais distante ou obscurecido pela sua vida mais isolada e focada nas tarefas cotidianas. O Siglo XX, ao contrário de Pulacayo, se torna um ambiente onde ela passa a se envolver mais ativamente, participando de manifestações e se informando sobre os acontecimentos por meio do rádio. Percebe-se a mudança de perspectiva que Domitila experimenta em seu novo local, ela menciona o respeito que desenvolveu por seu pai, que havia se dedicado à causa dos trabalhadores, e isso evidencia como passou a valorizar ainda mais o ativismo que ele representava. Nota-se, também, que a boliviana passa por uma fase de autodescoberta e fortalecimento do seu engajamento em causas que visavam a justiça social, e o contraste entre a vivência em Pulacayo, mais distante das questões políticas e em Siglo XX onde se envolveu mais diretamente.

---

<sup>12</sup> Desde que cheguei ao Siglo XX, sempre tentei estar atento a tudo. Ouvi as notícias no rádio. Ele compareceu a manifestações e tentou descobrir como as coisas estavam indo. Porque tudo era novo para mim. Não quero dizer que esse trabalho não tenha sido feito em Pulacayo. Será que em Pulacayo eu vivia em um mundo separado e por isso não percebi a situação? Mas no século XX, sim, comecei a me interessar, a perceber a luta e o sofrimento que as pessoas estavam passando. E isso foi despertando em mim um grande respeito pelo meu pai e pela causa à qual ele se dedicou (Barrios De Chungara; Viezzer, 2005, p. 53, tradução nossa).



Imagem 3: União das esposas de mineiros. Família Chungara/Los Tiempos



Fonte: Monthly Review, 2024.

Por volta de 1960 ela inicia sua participação em reuniões sindicais e se envolve mais ativamente nas lutas trabalhistas e sociais, especialmente relacionadas às condições de trabalho nas minas de Pulacayo. Sua motivação para se envolver nesse movimento foi a busca por melhores condições de vida para os trabalhadores e a defesa dos direitos das mulheres que, muitas vezes, eram negligenciadas até dentro do próprio movimento sindical.

Imagem 4: Representando o Comité de Amas de Casa Siglo XX



Fonte: cobas.es, 2016.

A boliviana passou a se envolver nos encontros sindicais com o intuito de unir os trabalhadores e exigir melhorias nas condições de trabalho que eram muito precárias. Ela se sobressaiu no movimento operário não apenas como uma liderança nas questões

de classe, mas também como uma ativista pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres dentro do contexto sindical, uma postura incomum para a época, especialmente em uma sociedade tão marcada pelo patriarcado. Domitila analisa seu percurso no movimento sindical e na defesa dos direitos dos trabalhadores e mostra interesse em participar do Comitê de Amas de Casa, uma organização que lutava pelos direitos das esposas de trabalhadores, que por vezes também estavam envolvidos nas questões sociais e políticas. Inicialmente, Domitila não fez parte do comitê desde seu início, mas sentia admiração nas ações e reivindicações das mulheres que integravam a organização, ela começou a participar da organização apenas em 1963, após acompanhar os avanços do grupo, como a libertação dos presos políticos em 1961 (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005).

Ya mis compañeras del Comité de Amas de Casa habían elegido su directorio. Pero yo seguía como secretaria general. Me volvieron a posicionar. Entonces participé en el Congreso. Pero después de eso, mi compañero me dijo terminantemente que no iba a permitir que yo siga participando. Y que, si no estaba de acuerdo, que me fuera. Así, ¿no? (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 134-135).<sup>13</sup>

Domitila foi designada para a posição de secretária geral no Comité de Amas de Casa, o que lhe permitiu participar ativamente em eventos importantes, como o Congreso Minero de Siglo XX. No entanto, seu envolvimento político gerou um conflito com seu parceiro, que, aparentemente, não concordava com sua participação nas atividades políticas e sociais. Ele a pressionou a escolher entre o movimento e a vida doméstica, impondo-lhe a condição de deixar o Comitê se quisesse continuar com o relacionamento.

---

<sup>13</sup> Minhas colegas do Comitê de Donas de Casa já haviam elegido seu conselho de administração. Mas continuei como secretário-geral. Eles me reposicionaram. Depois participei do Congresso. Mas depois disso, meu parceiro me disse categoricamente que não me deixaria continuar participando. E se eu não concordasse, eu deveria ir embora. Assim, certo? (Barrios De Chungara; Viezzer, 2005, p. 134-135, tradução nossa).

Imagem 5 – Movimento sindical mineiro



Fonte: Biblioteca del Bicentenario de Bolivia, 2019.

Domitila explica que sua participação no Comitê era uma forma de contribuir para o bem-estar de sua família, já que o trabalho de seu parceiro na mina não era suficiente para atender às necessidades da casa. Ela ressaltou que seu engajamento político não era apenas uma questão de prazer pessoal, mas uma busca por uma vida mais justa e feliz para todos. Entende-se que esse episódio ilustra não apenas os desafios de Domitila para equilibrar sua vida pessoal e sua militância, mas também a forma como ela se posicionava na busca por uma vida mais igualitária, tanto em seu lar quanto em sua sociedade. A luta pela emancipação feminina e pelos direitos sociais estava presente em todas as esferas de sua vida, e esse momento mostra sua habilidade em dialogar sobre as necessidades da casa, do movimento e de sua própria liberdade. Em 1975, ela participou do Año Internacional de la Mujer, realizado no México, como representante do Siglo XX.

Imagem 6 - Conferência Internacional da Mulher, 1975.



Fonte: el universal.com

A Conferência Mundial sobre a Mulher, o presidente mexicano Luis Echeverría escolheu o então procurador-geral Pedro Ojeda Paullada como responsável para organização da conferência. Foi estranho que um evento global sobre mulheres tenha sido deixado nas mãos de um homem, mas o governo federal justificou sua decisão com a personalidade do procurador-geral, eles o consideravam “um funcionário consciente da importância da integração das mulheres”. A Conferência Mundial sobre a Mulher foi aberta em 19 de junho de 1975, no Ginásio Juan de la Barrera, em Río Churubusco, foi liderado por Echeverría, o então Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim e Pedro Ojeda. Houve também o Tribuna del Año Internacional de la Mujer, um fórum de discussão público para representantes de todo o mundo. A reunião analisou o Plano de Ação Global, uma carta de abordagens generalizadas para o bem-estar das mulheres. Este acordo foi redigido em 1974, passou por uma primeira revisão regional no início de 1975 e foi finalmente discutido na Conferência Mundial (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005).

Imagem 7 - Entrevista na conferência mundial da mulher



Fonte: El universal.com

Domitila e outras ativistas do lado do Terceiro Mundo expressaram seu protesto contra o colonialismo remanescente e a dominação política das grandes potências enquanto figuras feministas criticavam a “politização” da Tribuna, Domitila defendia os direitos dos trabalhadores e o apoio ao sustento familiar, além disso, ela expressou que nem todas as mulheres no mundo são iguais, pois algumas viajam em limusines, enquanto outras sofriam diariamente com a falta de comida e segurança no emprego (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005).

Imagem 8 - Participação em evento paralelo a conferência Internacional da mulher



Fonte: mujeresbacanas.com



A boliviana se tornou conhecida e sua participação teve repercussão internacional, pois ela levantou a voz, denunciando os donos das minas bolivianas e afirmando que, por meio da luta e da participação das mulheres, a Bolívia alcançaria a libertação.

Imagem 9 - Participação na greve de fome.



Fonte: latfem.org

Ela estava sempre disposta a revolucionar os lugares que via as injustiças acontecerem e, foi a partir de sua luta e ideais que essa operária se tornou um ícone para as mulheres latino-americanas. Uma mulher boliviana de família humilde, com descendência indígena, foi considerada uma das grandes heroínas do país, porque lutou contra a ditadura de seu país.

Um dos atos de resistência do movimento de Amas foi uma greve de fome de dez dias quando um grupo de mulheres se uniu para exigir a libertação de seus maridos e líderes sindicais, que haviam sido presos por lutar por melhores condições de trabalho e aumento de salário.

[...] un grupo de sesenta mujeres se organizaron para conseguir la libertad de sus compañeros, que eran dirigentes y que habían sido apresados por reclamar mejores condiciones de salario. Ellas consiguieron todo lo que pedían, después de someterse a una huelga de hambre durante diez días. Y a partir de esto decidieron organizarse en un frente que llamaron “Comité de Amas de Casa de Siglo XX”. Desde entonces, este Comité siempre estuvo a la par de los sindicatos y otras organizaciones de la clase trabajadora, luchando por las mismas causas. Y por estos motivos, también a las mujeres nos han atacado. Varias de nosotras hemos sido apresadas, interrogadas, encarceladas, y hasta perdimos a nuestros hijos por estar en la lucha con nuestros compañeros. Pero el Comité no ha muerto. Y en esos últimos años, a

un llamado de sus dirigentes, hasta cuatro mil, cinco mil mujeres han salido en manifestación (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 29).<sup>14</sup>

A huelga de hambre (greve de fome), que durou dez dias, representa uma forma extrema de resistência e comprometimento, evidenciando a determinação dessas mulheres em alcançar seus objetivos, mesmo diante de adversidades tão duras. A citação ainda evidencia o quanto o regime era brutal com essas mulheres, elas foram presas, questionadas, encarceradas e algumas tiveram filhos assassinados quando estavam presas. Apesar disso, Domitila ainda afirma que o Comitê se manteve e nunca parou, fazendo grandes manifestações, o que mostra sua resiliência e continuidade. Entende-se que este testemunho não só serve para destacar o papel fundamental que as mulheres desempenham na tentativa de provocar uma mudança social, mas também fornece evidências condenatórias das formas brutais como essas mulheres foram tratadas e silenciadas.

Outro ato de resistência que Domitila viveu foram os massacres nos quais os mineiros foram atacados e que expõe a brutalidade e a repressão sofrida pelos trabalhadores na Bolívia, especialmente nas minas, durante o governo de René Barrientos. Um desses massacres foi o Massacre de San Juan, ocorrido em 24 de junho de 1967, um exemplo claro dessa violência. As forças armadas bolivianas sob o comando do general e presidente Barrientos, atacaram os acampamentos mineiros de Siglo XX entre Catavi. Os trabalhadores estavam de greve lutando pelos seus direitos e melhores condições de trabalho e salário justo, Domitila foi detida e acusada de ser a responsável pela morte de um tenente do exército, nesta ocasião os soldados mataram dezenas de homens, mulheres e crianças, Domitila foi presa e a tortura que sofreu na prisão fez com que ela sofresse um aborto espontâneo. Mesmo assim, ela continuou seu ativismo (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 94-95).

---

<sup>14</sup> Um grupo de sessenta mulheres se organizou para garantir a libertação de suas colegas, que eram líderes e haviam sido presas por exigir melhores salários. Eles conseguiram tudo o que pediram depois de uma greve de fome de dez dias. E a partir disso, elas decidiram se organizar em uma frente que chamaram de “Comitê de Donas de Casa do Século XX”. Desde então, este Comitê sempre esteve ao lado dos sindicatos e outras organizações da classe trabalhadora, lutando pelas mesmas causas. E por essas razões, as mulheres também foram atacadas. Vários de nós fomos presos, interrogados, encarcerados e até perdemos nossos filhos por brigar com nossos camaradas. Mas o Comitê não está morto. E nos últimos anos, a pedido de seus líderes, até quatro mil, cinco mil mulheres saíram em manifestações (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, P. 29, tradução nossa).

Imagem 10 -Massacre de San Juan, em 1967.



Fonte: educabolivia.com

A partir do relato de Domitila, entende-se que esse evento representa uma expressão da opressão política e econômica que os trabalhadores bolivianos, especialmente os mineiros, enfrentavam. A violência do Estado e o uso coercitivo da força militar para conseguir conter os trabalhadores grevistas não são apenas um testemunho das questões laborais nas minas, mas sim uma evidência de que o governo temia pelo movimento popular desenvolvido. De acordo com Domitila, esse massacre aponta para violação de direitos humanos fundamentais, tais como o direito à vida, à liberdade de expressão e ao sindicalismo, portanto, não é apenas violência física. San Juan não é apenas uma página escura da história boliviana, é um aviso claro de que a solidariedade e a luta coletiva podem e devem conter os esforços dos poderes estabelecidos que tentam oprimir os mais vulneráveis (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p.93).

A obra *“Si me permiten hablar...”* denunciou diferentes abusos nas minas da Bolívia, com isso enfrentou muitos obstáculos a fim de defender e lutar pelo seu povo. O feminismo, a partir da liderança de Domitila, teve relativo êxito, visto que a ativista foi a voz discursiva da mulher de fronteira, representante que desafiou a ditadura militar de seu país e revolucionou com sua força, no sentido de desvendar a situação da mulher, tanto em termos de subordinação milenar ao homem, como em termos de sua contribuição essencial para a vida. A construção de Viezzer a partir do testemunho de Domitila permite delinear o papel da mulher como voz literária na fronteira e



transparece qual a influência de seu discurso e contribuição para a sociedade na região fronteiriça.

A partir das experiências pessoais e as do povo mineiro boliviano que Domitila narra sua trajetória pela luta de seu povo. Percebe-se que o espaço fronteiriço a partir do relato de Domitila, é evidenciado de várias formas, pois tem o interstício homem/mulher que podemos chamar de fronteira; a fronteira profissional de dona de casa e proletarizada nas minas; a geográfica; a fronteira da comunicação em que ela tem um lugar de fala que também não é o dela, é o lugar do homem, que ela se apropria. Ela explana de um lócus singular, a Bolívia, mas é a partir desse lugar que as ações são levadas à tona e refletidas em outros limites, inclusive quando a boliviana lutou bravamente a favor das mulheres bolivianas que tinham de trabalhar em trabalhos domésticos e operários.

Domitila viveu em um ambiente em que a cultura valoriza provedores e líderes masculinos, e as mulheres não tinham chance de adquirir conhecimentos ou competências. No entanto, ela dominou várias formas de resistência após o envolvimento ativo na organização comunitária e lutar por novos direitos. Ela acreditava que a educação era um dos meios mais potentes de mudança social e, por isso, inspira outras mulheres a buscar conhecimentos e independência.

No livro *“Si me permiten hablar...”*, Viezzer converte o idioma em uma ferramenta crítica e subversiva, dando voz e respeito às mulheres e comunidades indígenas. Por meio do relato de vida de Domitila, a autora leva seu leitor a repensar a identidade, o gênero e o poder, subvertendo as normas socialmente aceitas que perpetuam a desigualdade. Assim, o texto não é apenas uma narrativa sobre a luta pessoal e coletiva, mas se torna um manifesto de resistência e empoderamento.

Domitila organizou movimentos, greves, denunciou a injustiça que as mulheres enfrentavam. Seu ativismo foi marcado por sua forte defesa da justiça social e da igualdade de gênero. Além disso, o seu trabalho não só permitiu desafiar as estruturas patriarcais da sociedade boliviana e a promover uma maior consciencialização sobre os direitos das mulheres e a necessidade de incluí-las em todas as esferas da vida pública.

Acompanhada dos filhos, Domitila Chungara faleceu aos 74 anos, em 13 de março de 2012 vítima de câncer terminal, seu corpo foi velado no Gabinete do

Governador de Cochabamba e em sua homenagem, o Governo declarou três dias de luto nacional. Domitila recebeu homenagem póstuma da Ordem Nacional do Condor dos Andes, o prêmio foi entregue pelo presidente Evo Morales, que chegou ao vale para prestar homenagem à líder das mulheres mineiras. A condecoração foi criada por Decreto Supremo de 18 de abril de 1925, elevada à categoria de lei da República em 10 de outubro de 1941. Essa homenagem é a mais alta distinção outorgada pelo Estado boliviano a cidadãos e instituições nacionais ou estrangeiras, por serviços eminentes que tenham prestado à nação. “Prestar homenagem à minha irmã é sempre lembrar de suas grandes lutas pela pátria, pela Bolívia”, afirmou o presidente, lembrando depois que conheceu o trabalho sindical de Chungara por meio de seu livro, *Si me permiten hablar* (Nosieski, 2012).

Ao ser reconhecida com a mais alta condecoração da Bolívia, Domitila não apenas teve sua luta pessoal eternizada, como também se tornou emblema da força coletiva das mulheres latino-americanas na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Sua trajetória evidencia a potência do protagonismo feminino nas lutas populares e operárias, demonstrando que a voz das mulheres, quando articulada à justiça e à dignidade, é capaz de romper barreiras estruturais profundamente enraizadas.

Domitila Barrios reflete um movimento amplo de resistência feminina, que ultrapassa os limites das organizações políticas e se manifesta no cotidiano de inúmeras mulheres que assumem responsabilidades fundamentais dentro de suas famílias e comunidades. Nesse contexto, o papel das mulheres como chefes de família ganha destaque não apenas como consequência de transformações sociais e econômicas, mas como expressão de um protagonismo que ressignifica a estrutura tradicional da família. Dessa forma, assumir a chefia do lar representa não apenas garantir a subsistência, mas também enfrentar desafios impostos por desigualdades históricas de gênero, reafirmando a capacidade das mulheres de liderar, sustentar e transformar realidades individuais e coletivas.

## **2.1 As mulheres como chefe de famílias**

O processo de separação de mulheres não está relacionado a uma única razão, mas sim a uma conjugação de acontecimentos. Esse fenômeno se dá por fatores

relativos à violência doméstica, não colaboração de despesas, uso de bebidas alcoólicas, entre outros. Estudos científicos estão discutindo mais sobre esse assunto e concluem que esse campo está atribuído ao viés patriarcal das políticas públicas, pois mesmo em tempos contemporâneos os direitos de mulheres ainda são limitados e catastróficos.

Falar em chefia feminina significa entender que, atualmente, essa é uma situação vivenciada por mulheres pertencentes a diferentes classes sociais e rotulá-las significa negligenciar camadas que precisam de um olhar mais atento. O fenômeno da chefia de domicílios por mulheres constitui uma nova realidade no mundo contemporâneo e isso faz com que mulheres se enquadrem em condições de pobreza mais do que os homens.

O índice de mulheres como chefe de família tem aumentado progressivamente no século XXI. Para mulheres imigrantes as dificuldades aumentam e o índice de chefia aumenta substancialmente, no entanto, essas mulheres são empobrecidas, em vários aspectos, e estão mais expostas a terem seus direitos violados. A chefia feminina acarreta a “feminização da pobreza”, termo que Silvia Federici (2018) utiliza para ratificar sobre o índice de mulheres chefes de família. Segundo a filósofa, a globalização provocou o aumento da “feminização da pobreza” e transpareceu os fatores que motivam a dramática condição de vida das mulheres, pois a tarefa reprodutiva, afetiva e doméstica está predominantemente associada à mulher e o fenômeno é global.

As mulheres ao redor do mundo são afetadas por tal caracterização. Dessa maneira, Federici (2018) retoma debates realizados por Karl Marx e Friedrich Engels com teorias feministas sobre a relação de gênero, capitalismo e emancipação feminina. Essas ideias influenciam debates contemporâneos sobre a igualdade de gênero e justiça social. Com isso, Federici (2018) ratifica que a globalização tem provocado o crescimento da “feminização da pobreza”,

Ainda que estudos comprovem o empobrecimento das mulheres pelo mundo, poucas feministas admitem que a globalização não só provocou uma “feminização da pobreza” como contribuiu para o surgimento de uma nova ordem colonial, criando novas divisões entre as mulheres — o que o feminismo deve combater (Federici, 2018, p. 137).

É evidente que a filósofa critica a relação direta da globalização e o aumento da chefia familiar. Preconiza que tal efeito acarreta as desigualdades econômicas e sociais enfrentadas por mulheres e isso deve ser combatido por feministas que lutam por

direitos igualitários sem discriminação social. Pois, alguns movimentos equivocam em suas lutas e acabam direcionando suas ações para um grupo específico e não englobam todo o gênero em si. Neste contexto, umas das questões emergentes nos estudos sobre mulheres imigrantes se dá na sua dupla depreciação, por serem imigrantes e trabalhadoras chefes de família. Com isso, a desvalorização social e política das imigrantes possibilita usá-las como produto da globalização. Assim, organizações feministas propõem marchas por lutas contra violência, desigualdade, fome, entre outros, porém Federici (2018) pontua que,

Diante desse cenário, fica explícito que qualquer projeto feminista exclusivamente implicado com a discriminação sexual, sem situar a “feminização da pobreza” no contexto do avanço das relações capitalistas, estará condenado à irrelevância e à cooptação. Além do mais, deve-se levar em conta que a NDIT introduz uma redistribuição internacional do trabalho reprodutivo que fortalece as hierarquias inerentes à divisão sexual do trabalho e cria novas divisões entre as mulheres (Federici, 2018, p.151).

Nessa perspectiva, os movimentos não devem dar ênfase somente nas questões de desigualdades sociais, deve-se levar em pauta a expansão da chefia de domicílio por mulheres, principalmente, imigrantes, pois essas que muitas vezes são invisibilizadas e precisam ganhar espaço e vozes para enfatizar a necessidade de um atendimento humanizado em sua mobilidade.

A responsabilidade de chefiar uma família não altera a dimensão do afeto e cuidado, mas sobrecarrega a mulher nos âmbitos físicos e psicológicos, pois ela sabe que tem que arcar com o sustento do lar e sua vulnerabilidade socioeconômica é o elemento principal no sistema migratório.

Temos hoje, mais do que em qualquer outro momento, uma compreensão mais clara dos problemas enfrentados pelas mulheres imigrantes. Entretanto, se investigarmos as perspectivas que determinam as políticas públicas, verificaremos que não há mudanças sólidas sobre as condições materiais e imateriais dessas mulheres, nem as implicações dessas mudanças nas organizações atuais de auxílio a imigrantes. Há lacunas que precisam ser preenchidas com efeitos sólidos que beneficiam as mulheres chefes de famílias.

A afirmação de que há lacunas que precisam ser preenchidas com efeitos sólidos que beneficiam as mulheres chefes de famílias carrega em si uma urgência legítima, mas também levanta questões que merecem maior aprofundamento. Primeiramente, é

necessário questionar quais lacunas estão sendo referidas, por quem são identificadas e a partir de qual perspectiva. Além disso, o que se entende por "efeitos sólidos"? A ideia de soluções sólidas pode sugerir ações permanentes ou estruturais, mas corre o risco de ignorar a fluidez das condições sociais, culturais e políticas que moldam a vida dessas mulheres. Outro ponto importante é que ao falar em benefícios, pressupõe-se um entendimento homogêneo do que seria benéfico, desconsiderando que essas mulheres vivem realidades diversas, marcadas por raça, classe, nacionalidade e status migratório. Assim, mais do que preencher lacunas, é preciso reformular as próprias estruturas que produzem essas ausências, escutando as vozes das mulheres imigrantes e considerando suas próprias definições de dignidade, autonomia e justiça social.

Nesse sentido, Federici (2017) argumenta que a desvalorização do trabalho reprodutivo e de cuidado, funções tradicionalmente atribuídas às mulheres, é uma das bases do capitalismo contemporâneo e está no centro das desigualdades que afetam, de maneira particular, as mulheres chefes de família. Assim, preencher lacunas não deve significar apenas a implementação de medidas mais brandas, mas sim uma transformação estrutural que reconheça e valorize o papel dessas mulheres, incorporando suas experiências e saberes como ponto de partida para a formulação de políticas verdadeiramente emancipadoras.

Sendo assim, a combinação de fatores objetivos – como a ampliação da entrada da mulher no mercado de trabalho nas três últimas décadas – com as profundas transformações nas subjetividades, num contexto de globalização e avanço de movimentos sociais e de novos protagonistas sociais, como o movimento feminista, vai produzir uma situação de grande complexidade, reafirmando a ideia de que a ampliação dos domicílios com chefia feminina é um processo multideterminado e, por tanto, também, multifacetado. (Macêdo, 2008, p. 394-395).

As mulheres imigrantes chefes de família constituem uma situação paradigmática da equação gênero e família e das possibilidades abertas pelo uso do primeiro termo como explicativo do segundo, pois quando se fala em família tem-se em mente a família tradicional chefiados por homens (Macêdo, 2008). No entanto, o avanço de estudos e pesquisas comprovam a diversidade de arranjos familiares e trazem à tona o aumento de famílias que são chefiadas por mulheres. Fazendo um recorte sobre as mulheres imigrante, a discussão volta-se para a precariedade socioeconômica dessas famílias, que estão vulneráveis a diversos fatores desumanos, principalmente, em sua trajetória a um novo lar.

Assim, as ideologias de gênero são a base para se entender o que vai definir a identidade primeira desse grupo – *mulher*, depois, *chefe de família*. Inclusive, é o principal fator que lhes define um “lugar” no mundo: tornam-se chefes de família porque são *mães*, num contexto social... (Macedo, 2008, p. 396).

Portanto, nota-se que a chefia feminina está entrelaçada ao fato do gênero e é fundamental que estudos em torno da relação chefia feminina e imigração levem em consideração indicadores que resultam na assistência desse grupo específico. Pois, além de discriminação baseada no gênero, as mulheres imigrantes enfrentam situações de exclusão. Essas exclusões se manifestam, por exemplo, na dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, na limitação de acesso a moradias dignas, nos obstáculos linguísticos e culturais, bem como na falta de acesso a políticas públicas de apoio social. A situação se agrava pela sobrecarga de responsabilidades que assumem sozinhas, tanto no sustento financeiro quanto no cuidado com os filhos, o que torna sua trajetória migratória ainda mais vulnerável e marcada por múltiplas camadas de desigualdade.

Notamos que por um lado as imigrantes conseguem se inserir no país desejado e conquistar alguns direitos, ocupando novos espaços na vida social, por outros vemos barreiras e circunstâncias que enfrentam que é a chamada feminização da pobreza, especialmente entre as mulheres em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Pensar o contexto plural das mulheres chefes de família mostrando a diversidade de situações é importante para uma nova visão desse contexto social da mulher.

Para a mulher imigrante, especialmente para a mãe, a circunstância de imigrante representa uma fonte de tristeza, desânimo e ansiedade, pois a dinâmica de mobilidade afeta a mulher em todos os aspectos, inclusive sua prole. Assim, vê-se que o movimento migratório fica estruturado a uma ordem econômica, por isso, ratifica-se a importância de um olhar mais atento as mulheres imigrantes, pois o que percebe é que o sistema a vê de maneira superficial e homogênea.

Domitila, como chefe da família, representa não apenas a resiliência individual, mas também a força coletiva das mulheres em situações de opressão. Nascida numa pequena cidade da Bolívia, ela cresceu numa tradição que muitas vezes relegava as mulheres a papéis secundários. No entanto, mostrou desde cedo um espírito indomável, desafiando as convenções e trabalhando para proporcionar um futuro melhor para seus filhos. Sua determinação a levou a buscar oportunidades educacionais e de trabalho, abrindo portas que antes pareciam fora de alcance.

A trajetória de Domitila evidencia o papel transformador que as mulheres podem exercer em contextos de desigualdade econômica e social em uma sociedade patriarcal e capitalista, onde são constantemente marginalizadas nos espaços de poder, as mulheres bolivianas enfrentam uma dupla carga: cuidar da família e lutar por sobrevivência. No entanto, a condição de chefe de família levou Domitila a ultrapassar os limites impostos, engajando-se ativamente em sindicatos e movimentos políticos, sua atuação não se restringiu à melhoria das condições de vida de sua própria família, mas ampliou-se em direção à luta coletiva, buscando transformar a realidade de outras mulheres de sua comunidade.

Ela enfatizou a importância da solidariedade entre as mulheres e a necessidade de organização coletiva para enfrentar as adversidades sociais da época. Através da sua liderança, ela não só desafiou as normas de gênero, mas tornou-se uma voz poderosa para a classe trabalhadora e as mulheres que procuravam reconhecimento e respeito. Sendo mãe de cinco filhos, Domitila não só cumpre o papel tradicional de cuidadora, mas também se torna uma trabalhadora ativa nas minas, onde as condições de trabalho são extremamente duras. Esta experiência permitiu-lhe testemunhar as injustiças enfrentadas por muitos trabalhadores e suas famílias, levando-a a envolver-se no movimento sindical.

## **2.2 Entre as memórias e a denúncia**

O desejo de mudar a realidade que oprime as mulheres acompanha a força do feminismo. Acima de tudo, o poder feminista é alimentado por uma força de desobediência que rompe com as normas e barreiras impostas pelo patriarcado. Esta não é uma prática ou teoria ingênua, mas uma proposta de transformação social global que não pode esquecer o papel da mulher na sustentação socioeconômica, política e cultural (Viezzler, 2005).

A história de Domitila Barrios nasce de sua experiência de vida, seja desde quando cuidava de seus irmãos até se tornar ativista social na América Latina. A boliviana em seu testemunho relata que lutou por espaços apropriados para se expressar em favor de seu povo, no entanto, ao ficar à frente na marcha contra a ditadura de seu

país e a luta pelas mulheres latino-americanas, Domitila percorreu um longo caminho e com muitas adversidades, mesmo assim a boliviana seguiu com sua ideia e foi a luta.

A autora Silvia Federici, 2018, em seu livro “*O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*”, discorre sobre a teoria feminista e em seu discurso estabelecendo relações com as práticas do feminismo encontradas em países latino-americanos. A autora pontua que os novos movimentos de mulheres é um processo de radicalização política, cada vez mais, as mulheres se conscientizam de que seu ativismo deve não apenas proteger as vidas de suas comunidades contra as atividades das companhias transnacionais, mas deve também transformar o atual desenvolvimento econômico em que respeite o ser humano e a terra. A proposta de um desenvolvimento que respeite o ser humano e a terra se apresenta como urgente e necessária, mas também exige que se considere as contradições do sistema capitalista, que frequentemente cooptam e neutralizam discursos emancipatórios. Assim, é importante pensar se essa transformação pode realmente ser alcançada a partir das margens ou se exige uma ruptura mais radical com a lógica de desenvolvimento imposta historicamente às populações latino-americanas.

Mulheres indígenas/camponesas, em conjunto com as redes feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres, estiveram também no coração da Cumbre de los Pueblos, encontro dos movimentos sociais que se reuniram pela última vez no Rio de Janeiro em junho de 2012, na ocasião do Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada vinte anos após a Cúpula da Terra da ONU de 1992 (Federici, 2020, p.4).

Outro aspecto notório que a autora preconiza é a crescente assimilação pelas mulheres rurais/camponesas/indígenas das questões levantadas pelo feminismo popular, tais como: a desvalorização do trabalho doméstico, o direito das mulheres de controlarem seus corpos e suas capacidades reprodutivas, e a necessidade de resistirem à crescente violência contra a mulher.

A conscientização feminista é uma ideia defendida por Domitila, o surgimento da nova postura crítica entre as mulheres indígenas em referência às estruturas patriarcais que governam as relações de propriedade de suas comunidades teve a boliviana como exemplo de luta, pois seu discurso contribuiu para a propagação de um discurso não hegemônico em seu país, uma vez que ela testemunha não só por si, mas pelo grupo de habitantes e trabalhadores. Logo, seu testemunho não é apenas uma



história individual, mas de todo um grupo.

Corroborando acerca do tema proposto, temos as reflexões da escritora Julieta Paredes (2010) ativista boliviana que defende o feminismo comunitário e afirma que as mulheres lutam contra o sistema patriarcado que é o sistema de todas as opressões, discriminações e violências.

Cada una de nosotras vive realidades distintas, pero todas tenemos un común denominador: este sistema patriarcal, alimentado de normas sociales sembradas en nuestros imaginarios colectivos, nos pone a las mujeres en condiciones desiguales frente a los hombres, dándoles poder sobre nosotras, negándonos el espacio público y político, quitándonos decisiones cada vez más elementales; y cuando una de nosotras se atreve a transgredir, somos presa fácil de violencia y luego somos las que tenemos que pedir disculpas por las agresiones recibidas (Paredes, 2010, p. 31-32).<sup>15</sup>

Convém destacar que a mulher passou por muitas dificuldades e muitas delas já superadas, dessa maneira, democratizar seu discurso literário significa dar acesso, tornar popular, e garantir o acesso igualitário em sua divulgação e estudos históricos. Paredes (2010) ainda pontua que se deve afastar da prática sexista e conservadora e preconiza a inclusão de ações e lutas como categorias políticas para fortalecer as organizações das mulheres. A fim de conter diferenças e diversidades seja política, sexuais, ideológicas, culturais etc.

Assim como Paredes (2010), Judith Butler (2003) pontua que é contra a discriminação às mulheres e todas as formas de desigualdade de gênero, mas também expressa que exige uma política que leve em consideração as restrições que são impostas ao desenvolvimento humano. As falas de Domitila também evidenciam as questões que são debatidas pelas autoras citadas, pois as mulheres não se deixavam abater. Na Tribuna onde reuniu diversas mulheres de todas as partes do mundo foi discutido vários problemas, inclusive, problemas do gênero que por muitas vezes eram excluídas dos debates da época.

---

<sup>15</sup> Cada uma de nós vive realidades diferentes, mas todas temos um denominador comum: esse sistema patriarcal, alimentado por normas sociais plantadas em nosso imaginário coletivo, coloca as mulheres em condições desiguais em relação aos homens, dando-lhes poder sobre nós, negando-nos espaço público e político, tirando-nos decisões cada vez mais básicas; E quando um de nós ousa transgredir, somos presa fácil da violência e então somos nós que temos que nos desculpar pela agressão recebida (Paredes, 2010, p. 31-32, tradução nossa).

Domitila relata que viveu em uma época em que as mulheres não tinham direito à escolaridade, a opinar em reuniões, ao trabalho, tampouco à igualdade de gênero, classe e etnia. Ela expressou, em diversos momentos, que o feminismo precisava dar conta de sua luta, pois o movimento, tal como era formulado nos espaços hegemônicos, não contemplava realidades como a dela. Diante disso, sua trajetória se tornou um esforço consciente de revelar a forma como a mulher latino-americana vivia, especialmente aquelas inseridas em contextos de exploração, pobreza e silenciamento político. A boliviana procurou trazer à luz aspectos de uma sociedade que, para muitos, permanecem invisíveis.

Domitila nos leva a refletir sobre os limites do feminismo universalizante que muitas vezes parte de uma perspectiva eurocêntrica e de classe média, sem considerar as violências vividas por mulheres, latinas, indígenas, pobres e periféricas. Ao expor essas ausências, ela não apenas aponta para uma insuficiência teórica do feminismo tradicional, mas também propõe a urgência de um feminismo enraizado nas realidades concretas das mulheres latino-americanas. É nesse sentido que sua fala não deve ser apenas ouvida, mas incorporada como epistemologia própria, capaz de romper com narrativas que ao tentarem incluir acabam por apagar.

Como bem afirma Alejandra Hidalgo (2021),

Por lo tanto, el rechazo de Barrios hacia el feminismo es el rechazo al privilegio social y económico que tienen las mujeres de clases medias y altas. Así es con las que vienen de los grandes centros, que no ven que, tras su lucha y logros feministas, hay todavía mujeres de clases bajas en situaciones de opresión (Hidalgo, 2021, p.46).<sup>16</sup>

É nítido que Domitila lutou para a ampliação do espaço da mulher, principalmente, para as mulheres menos privilegiadas. Diante de todos os seus posicionamentos, mostrava-se um alto senso crítico que não a limitava em um único tema. Federici (2018) discute sobre a questão da luta das mulheres, no movimento feminista, debate direto com as ideias da boliviana, com as múltiplas opressões que as mulheres sofrem e o desejo de mudanças. Dialogando com Domitila, Federici (2018)

---

<sup>16</sup> Portanto, a rejeição do feminismo por Barrios é uma rejeição do privilégio social e econômico desfrutado pelas mulheres de classe média e alta. É o que acontece com aquelas que vêm dos grandes centros, que não enxergam que, depois da luta e das conquistas feministas, ainda existem mulheres de classes populares em situação de opressão (Hidalgo, 2021, p.46, tradução nossa).

pontua que as mulheres também comandam o esforço de coletivizar o trabalho reprodutivo como uma maneira de economizar no custo da reprodução e de proteger umas às outras da pobreza, da violência de Estado e da violência dos homens.

Federici (2018) caracteriza o trabalho reprodutivo como um assunto central em relação à função das mulheres na sociedade e na economia do capitalismo, a autora retrata como trabalho reprodutivo todas as atividades essenciais para aumentar a força de trabalho. Dessa maneira, ela subdivide em duas categorias: biológicas e sociais/econômicas, na categoria biológica, isto é, como procriação e responsabilidade e cuidado com o filho. No entanto, também pode ser apreendido socialmente e economicamente de forma a cuidar da própria família, da casa, do emprego que fornece seu bem-estar. Levando isso em consideração, o trabalho reprodutivo, sob ponto de vista conservador, é invisível e desvalorizado. Essa invisibilidade do trabalho reprodutivo reflete as dinâmicas de poder que marginalizam as experiências e as contribuições das mulheres, muitas vezes reduzidas a papéis domésticos e familiares sem reconhecimento adequado.

A capacidade de Domitila de articular de maneira única, para a época, as questões relacionadas à dominação e subordinação de classe e gênero tornava sua voz incomum e, muitas vezes, incompreendida. Ela não apenas criticava, mas também esclarecia e denunciava as relações de poder e suas implicações dentro de sua realidade, pois na posição de representante do Comitê de Amas de Casa de Siglo XX ela denunciava não apenas a violência física, mas também a violência simbólica e social que marcava a realidade dos mineiros “entonces elaboramos un manifiesto, explicando la verdadera posición de nuestro Comité. En ese manifiesto repetíamos nuestros planteamientos hechos en el Congreso de Corocoro y denunciábamos lo que estábamos viviendo en las minas...” (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p.185).<sup>17</sup>

Nesse sentido, Domitila não apenas apontava as falhas do sistema, mas ao denunciar tais violências também procurou desestabilizar as narrativas dominantes que silenciavam a classe trabalhadora. Seu ativismo se tornou, assim, um processo de

---

<sup>17</sup> Então, elaboramos um manifesto, explicando a verdadeira posição do nosso Comitê. Nesse manifesto, reiteramos nossos argumentos feitos no Congresso de Corocoro e denunciemos o que estávamos vivenciando nas minas... (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p.185, tradução nossa).

construção de consciência política e não só para os mineiros, mas também para as mulheres, desafiando os estereótipos de gênero e classe que a sociedade impunha.

### 2.2.1 A subjetivação feminista no testemunho de Domitila Barrios de Chungara

A subjetivação feminista no testemunho de Domitila é evidente em sua capacidade de articular uma narrativa que entrelaça as lutas pessoais com as coletivas. Ela desafia as normas patriarcais e a opressão sistêmica ao compartilhar sua história, que é tanto pessoal quanto universal. Ela não se apresenta apenas como uma vítima das circunstâncias, mas como uma agente ativa de mudança.

Imagem 11 - Recebendo homenagem na Bolívia, 2011.



Fonte: jcnosi.blogspot.com

Domitila Barrios é uma figura emblemática na luta pelos direitos das mulheres e dos trabalhadores. Sua vida e testemunho são um poderoso exemplo de subjetivação feminista, em que ela não apenas vivenciou a opressão, mas também se levantou contra, dando voz às preocupações das mulheres em um contexto dominado por homens.

A reflexão sobre os sistemas de opressão e subjugação vivenciados pelos povos da América Latina faz emergir um sujeito denunciador que se revela nos processos de resistência. Resistência mediante a qual esse sujeito denunciador se transforma em um sujeito que através de seu discurso torna possível a recuperação de sua história e sua cultura (Díaz Merino, 2022, p.259).

A subjetivação está relacionada ao modo como os sujeitos, inseridos em contextos sociais específicos, constroem sua identidade e visão de mundo a partir das experiências vividas, exteriorizando essas vivências em forma de opiniões,

posicionamentos e discursos que influenciam e são influenciados pelas estruturas sociais (Foucault, 2016, p. 255).

O conceito de subjetivação em Michel Foucault está profundamente relacionado à forma como os indivíduos internalizam e respondem aos discursos sociais e históricos que os cercam e para Foucault (1982), a subjetividade não é uma essência fixa ou preexistente, mas sim uma construção que se dá ao longo do tempo, moldada pela interação constante do sujeito com os discursos de poder e verdade presentes na sociedade, neste sentido, a subjetivação é entendida como um processo de constituição do sujeito que não se dá de maneira isolada ou espontânea, mas sempre inserido em um campo de relações de poder e saber que influenciam a formação do eu e ao afirmar que não há teoria do sujeito independente da relação com a verdade, Foucault destaca que a subjetividade está indissociavelmente ligada ao discurso dominante, ou melhor, ao que é considerado verdadeiro dentro de um determinado contexto histórico e social (Foucault, 2016, p.12-13). Assim, entende-se que os sujeitos se constituem por meio de discursos que são impostos a eles ou com os quais interagem de maneira complexa e dinâmica e essa concepção de subjetivação ao mesmo tempo que coloca o sujeito como produto das forças sociais também oferece a possibilidade de resistência.

Foucault (1982) sugere que embora os indivíduos sejam formados por discursos e normas de poder há sempre a possibilidade de uma prática de "tecnologias de si" na qual o sujeito se torna capaz de perceber e se transformar à medida que desafia as normas e verdades que lhe são impostas.

Parece-me que nesta análise das tecnologias de si, que vocês talvez tenham achado um pouco emperrada e lenta, mesmo assim podemos detectar um momento historicamente importante nessa história que seria a história da subjetividade - subjetividade entendida como o conjunto de processos de subjetivação aos quais os indivíduos foram submetidos ou que aplicaram com relação a si mesmos (Foucault, 1982, p 255).

Essas tecnologias de si não se limitam à transformação individual, mas envolvem um trabalho coletivo de ressignificação das verdades estabelecidas, questionando a própria estrutura de poder que determina o que é considerado verdadeiro e aceitável. Ao analisar figuras como Domitila Barrios, é possível observar como ela utiliza de sua própria experiência de opressão para se constituir enquanto sujeito político e coletivo, sua narrativa e seu ativismo são formas de resistência que ressignificam a verdade socialmente construída sobre as mulheres da classe trabalhadora, desafiando a

narrativa patriarcal e colonial que as coloca em uma posição subalterna. Nesse processo, Domitila não só se reconstrói, mas também contribui para a formação de uma nova verdade, uma nova subjetividade coletiva que ultrapassa as limitações impostas pela sociedade de sua época.

Não há teoria do sujeito independente da relação com a verdade. A verdade é o que constitui, de modo histórico, a subjetividade e a identidade de um sujeito. A verdade e a subjetividade não se constituem como dados prontos, mas sim como resultados de uma prática constante de construção e transformação (Foucault, 1982, p 13).

Para Foucault o sujeito não é algo estático ou pré-determinado, ele é algo que se forma através dos discursos da verdade e isso implica que a identidade do sujeito está sempre associada a um grupo de normas, conhecimentos e práticas sociais que são historicamente determinados e subjetivamente formados pelo indivíduo. A verdade em Foucault não é mera correspondência com a realidade objetiva, a verdade é algo que é construído e mantido através das práticas e sistemas de poder, ela é sempre formada através de práticas de poder determinadas que definem traços que compõe a sociedade como as instituições, normas, leis, religiões e até as ciências (Foucault, 1982, p.14). No pensamento de Foucault essas verdades não são neutras, elas são convencidas em poderes e relações estruturais, por isso a pessoa de referência não é somente uma pessoa com uma identidade fixa ou algo natural, ela está continuamente sendo formada e remodelada pela negociação. Assim, ao aplicar esse conceito ao contexto de Domitila vemos que ela não é apenas uma vítima passiva, mas alguém que ao resistir a essas verdades dominantes, como relativas ao papel da mulher na sociedade da sua época, começa a reconfigurar sua própria identidade e ao mesmo tempo desafia as normas e as "verdades" estabelecidas.

Através de seu ativismo e testemunho, Domitila contribui para a redefinição do papel das mulheres na sociedade e na luta por justiça social e assim buscou unir as mulheres de sua comunidade “Entonces nos unimos un grupo de latinoamericanas y volcamos todo aquello. Y dimos a conocer nuestros problemas comunes, en qué

consistía nuestra promoción, cómo vive la mayor parte de las mujeres” (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.163).<sup>18</sup>

Sobre a subjetividade e identidade de gênero, Butler ratifica que "A identidade de gênero não é algo que se é, mas algo que se faz, e se faz através de uma série de atos repetidos, comportamentos e performances que são socialmente regulamentados e normatizados" (Butler, 2003, p. 25). A autora discute a subjetividade de gênero como não dado, mas construído e construído por práticas sociais repetidas, questionando as concepções essencialistas e fixas da identidade. Assim, a subjetividade feminista é um campo performativo e dinâmico, constituído de acordo com as normas sociais e culturais com as quais se relaciona e responde.

A tarefa prática que as mulheres enfrentam ao tentarem criar a subjetividade por meio da fala depende de sua capacidade coletiva de descartar as reificações do sexo a elas impostas, e que as deformam como seres parciais ou relativos." (Butler, 2003, p. 170). A autora critica a forma como as mulheres têm suas subjetvidades moldadas pelas normas sociais de gênero e como a tarefa de criar a própria subjetividade envolve a subversão dessas normas que as definem de forma restritiva e reificada. Butler aponta que as mulheres devem, coletivamente, descartar as imposições sociais do sexo que as reduzem a categorias fixas e limitadas, e, assim, desafiar as estruturas que as mantêm em posições subalternas.

Butler enfatiza que a criação da subjetividade feminina é uma tarefa coletiva, a mulher não se define sozinha, mas, ao contrário, constrói sua identidade de gênero por meio de um esforço coletivo que objetiva desconstruir as normas de gênero e sexo e essa caracterização de subjetividade como algo coletivo é diretamente relacionada à ação de Domitila ao liderar o Comité de Amas de Casa de Siglo XX, Domitila demonstrou a importância da união entre as mulheres para desafiar o sistema patriarcal que as oprimia. O grupo de mulheres que ela conduziu foi fundamental para a conquista de direitos e ao se unirem, elas conseguiram reconstituir suas próprias identidades e subjetvidades, desconstruindo as noções de que eram apenas donas de casa e

---

<sup>18</sup> Então, um grupo de mulheres latino-americanas se reuniu e compartilhou tudo isso. Compartilhamos nossos problemas comuns, sobre o que era nossa advocacia e como a maioria das mulheres vive (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.163, tradução nossa).

cuidadoras, assim a luta de Domitila pode ser entendida como um exemplo concreto de como as mulheres podem reconfigurar sua identidade e resistir à opressão por meio da fala, da ação e da coletividade, desconstruindo as reificações de gênero e criando um espaço para si mesmas na sociedade.

Domitila sempre colocou a mulher como protagonista em todas suas colocações, ela sempre buscava inserí-la como sujeitos ativos “Las latinoamericanas hemos sacado un documento respecto a la manera como vemos el papel de la mujer en los países subdesarrollados y todo lo que nos parecía importante decir en aquella ocasión. Y la prensa lo publicó” (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p.167).<sup>19</sup>

À luz de Michael Foucault, pode-se verificar que a articulação entre verdade e subjetividade configura a chave de releitura utilizada por Foucault em 1984, pouco antes de seu falecimento.

Trata-se de saber qual experiência podemos fazer de nós mesmos, qual campo de subjetividade pode abrir-se para o sujeito por ele mesmo, a partir do momento em que existem de fato, historicamente, diante dele, com relação a ele, determinada verdade, determinado discurso de verdade e determinada obrigação de ligar-se a esse discurso de verdade - seja para aceitá-lo com o verdadeiro, seja para ele mesmo produzi-lo como verdadeiro (Foucault, 1982, p.25-26).

Foucault propõe que a subjetividade é uma prática histórica e influencia o que você é e como se percebe influenciado pelas narrativas históricas e culturais que lhe são apresentadas, por exemplo, no contexto de gênero uma pessoa pode ser educada para aceitar o discurso hegemônico sobre o que é ser homem ou mulher, esse discurso de verdade pode ser internalizado, mas também pode ser desafiado e reconfigurado. Foucault não vê os indivíduos como sujeitos isolados, mas sendo formados coletivamente através de práticas e discursos compartilhados, ou seja, a subjetividade não se constrói apenas de maneira individual, mas também coletiva (Foucault, 1982).

Em termos teóricos as ações subjetivas embutidas nos discursos de Domitila, mostra o padrão de dominação produzido em seu território, logo, entendemos também que a voz de uma mulher latino-americana subalternizada consegue alcançar destaque para contar sua história e lutar pelo seu povo. Vemos através do comportamento e

---

<sup>19</sup> Nós, latino-americanos, produzimos um documento sobre como vemos o papel das mulheres nos países subdesenvolvidos e tudo o que achamos importante dizer naquela ocasião. E a imprensa publicou isso (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p.167, tradução nossa).



discursos de Domitila que sua narrativa foi voltada para os objetivos de um feminismo decolonial.

O feminismo decolonial é uma alternativa para a inserção da diversidade de pautas, e isso se dá, exatamente, por vir de grupos latino-americanos que buscam união entre teorias e práticas, divididas até então, e por investir em epistemologias contrárias aos determinantes da lógica colonial como fator de opressão das mulheres (Mendes, Oliveira, Arf, 2023, p.13).

A partir do século XX o tema feminismo tem passado por diversas transformações, necessárias para a evolução de suas pautas, visto que se faz necessário pensar em um feminismo que abarque assuntos de minorias deixadas à margem pelo feminismo ocidental e eurocêntrico. A vivência da boliviana com as situações de desigualdades pertence aos coletivos de sua comunidade e é um fato que a fez lutar pelos seus direitos e combater as formas de opressão, principalmente, com as mulheres com as quais tinha contato.

Los feminismos de política decolonial no tienen como objetivo mejorar el sistema vigente, sino combatir todas las formas de opresión. Justicia para las mujeres significa justicia para todos. No cultivan esperanzas ingenuas, no se alimentan del resentimiento ni de la amargura. Sabemos que el camino es largo y está lleno de obstáculos, pero guardamos en la memoria el coraje y la resistencia de las mujeres racializadas a lo largo de la historia" (Paredes, 2020, p. 42).<sup>20</sup>

Paredes (2020) destaca a perspectiva dos feminismos de política decolonial, enfatizando que seu objetivo não é apenas melhorar as condições dentro de um sistema já opressivo, mas sim lutar contra todas as formas de opressão. A ideia de que "justiça para as mulheres significa justiça para todos" sugere que a luta das mulheres está intrinsecamente ligada à luta por equidade e liberdade para todas as pessoas, independentemente de gênero, raça ou classe social.

### **2.2.2 A resistência feminista de Domitila na Bolívia: enfrentando a opressão social e patriarcal.**

---

<sup>20</sup> Os feminismos de política decolonial não têm por objetivo melhorar o sistema vigente, mas combater todas as formas de opressão. Justiça para as mulheres significa justiça para todos. Eles não cultivam esperanças ingênuas, não se alimentam do ressentimento ou da amargura. Nós sabemos que o caminho é longo e cheio de percalços, porém guardamos na memória a coragem e a resistência das mulheres racializadas ao longo da história (Paredes, 2020, p.42, tradução nossa).

O testemunho de Domitila Barrios de Chungara teve um impacto significativo na luta feminista na Bolívia, assim desafiando os gêneros tradicionais e teve uma relação muito particular com o feminismo da época, resgatando a história das lutas sociais das mulheres bolivianas que eram ignoradas pelos próprios trabalhadores e invisibilizadas pelos ditadores.

Domitila firmou seus ideais feministas no Comité de Amas de Casa, em que participou ativamente e viu suas ideias feministas ganharem forma, esse grupo proporcionou a ela um espaço para dialogar e direcionar suas lutas em prol dos direitos das mulheres na América Latina. Sua participação no Tribunal Internacional do Ano da Mulher organizado pela ONU, em 1975, e sua greve de fome, em 1978, são creditadas por trazerem mudanças significativas no curso da história boliviana, destacando a importância da luta das mulheres na transformação social.

De una y otra forma han tratado de distraer la Tribuna con uno y otro problema que no eran los fundamentales. Así que nosotras tuvimos que dar a conocer a la gente cuál es lo primordial para nosotras, en todo eso. Yo, personalmente, intervino varias veces. Pequeñas intervenciones, porque podíamos utilizar el micrófono solamente durante dos minutos (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.163).<sup>21</sup>

Ela usou o gênero para fortalecer um movimento social baseado na classe, assim como outras ativistas bolivianas como *las Bartolinas*. As Bartolinas são mulheres indígenas e camponesas da Bolívia que fazem parte da “Confederação Nacional de Mulheres Campesinas Indígenas Originárias de Bolívia” e que recebeu o nome da Bartolina Sisa, uma mulher aimará que desempenhou um papel importante na luta contra o colonialismo espanhol no século XVIII (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005).

A luta de Domitila Barrios de Chungara teve um impacto profundo em outras mulheres ativistas. Ela ganhou reconhecimento internacional no “Fórum Internacional da Mulher no México” em 1975, dando voz à luta dos mineiros bolivianos e ao papel crítico das mulheres ativistas, ela inspirou outras mulheres, sua análise do imperialismo dos EUA e sua convicção de que estava lutando por um futuro melhor para seus filhos, traços que ela compartilhava com seus colegas ativistas, trabalhadores e mães. Essas

---

<sup>21</sup> De uma forma ou de outra, eles tentaram distrair o Tribune com um problema ou outro que não era fundamental. Então tivemos que conscientizar as pessoas sobre o que é mais importante para nós em tudo isso. Eu pessoalmente intervim diversas vezes. Pequenas intervenções, porque só conseguimos usar o microfone durante dois minutos (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.163, tradução nossa).

experiências revelam não apenas a força da solidariedade entre mulheres, mas também a importância de representar as vozes latino-americanas em espaços de decisão e visibilidade, como ilustrado na reflexão de Domitila: “Y muchas mujeres vinieron tras de mí... y a la salida del salón, muchas estaban felices y me dijeron que más bien yo debía retornar a la Tribuna y debía representar a las latinoamericanas en la Tribuna” (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.167).<sup>22</sup>

Sua greve de fome em 1977, junto com outras quatro mulheres mineiras contra a ditadura, é um exemplo de resistência e coragem que influenciou outras mulheres a se levantarem contra a opressão e lutarem por seus direitos e pela justiça social. A luta pelo direito ao voto é um exemplo de como as organizações feministas na Bolívia modificaram suas formas de organização, estratégias e prioridades de acordo com as mudanças sociais e políticas ao longo do tempo. Os principais desafios enfrentados pelo movimento feminista boliviano, hoje, incluem a questão de vincular o projeto nacional-descolonizador defendido por organizações de base femininas com o projeto de emancipação patriarcal proposto por posições feministas relativamente isoladas, mas não irrelevantes.

Domitila ratificou sua batalha pela luta dos trabalhadores, no entanto, sua vida sempre foi marcada por questionamentos das desigualdades de gênero, ela pontuou sua luta por mulheres e fazia questão de ressaltar que não era feminista porque, na sua visão, a luta pela empatia às mulheres ultrapassava o conceito que o movimento feminista tradicional representava em seu tempo, pois na época de Domitila, o feminismo era frequentemente considerado um movimento da classe alta ou média com foco em questões individuais das mulheres em um contexto urbano, em vez disso, ela enfatizava que seu ativismo fazia parte de uma luta mais ampla e interconectada por justiça social, com a divisão entre classes, gênero e etnia.

A boliviana declarou que o foco de sua militância era reivindicar o cotidiano dos trabalhadores e que muitos problemas eram dos trabalhadores e não exclusivos da luta feminista, em sua perspectiva, o movimento feminista tradicional, tal como era

---

<sup>22</sup> E muitas mulheres vieram atrás de mim... e quando saímos do salão, muitas ficaram felizes e me disseram que eu deveria voltar para a Tribuna e representar os latino-americanos na Tribuna (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.167, tradução nossa).

compreendido muitas vezes não abrangia inteiramente a luta de classes e não reconhecia a diversidade de realidades das mulheres trabalhadoras. Ademais, Domitila argumentou que o feminismo cerne de sua época muitas vezes não refletia as necessidades e as perspectivas da mulher pobre, da camponesa ou da mulher operária, cujos problemas estavam relacionados à exaustão, saúde e educação ou pobreza (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005). Em muitas dimensões, suas reivindicações e ativismo podem ser considerados feministas, contudo, Domitila nunca gostou de ser chamada de feminista.

Porém de acordo com Judith Butler 2003 através de sua teoria sobre mulheres como sujeito do feminismo, podemos concluir que em sua essência Domitila deflagrava interesses e objetivos feministas no interior de seu discurso.

Por meio de suas participações em eventos políticos, nota-se que Domitila Barrios desenvolvia um discurso profundamente comprometido com a luta das mulheres trabalhadoras, ampliando sua representatividade em espaços tradicionalmente masculinos. Sua fala emergia de um contexto marcado por opressões de classe, gênero e colonialidade, o que a torna especialmente relevante para debates contemporâneos sobre interseccionalidade. Essa perspectiva alinha-se à reflexão de Judith Butler (2003), que afirma:

Quando o feminismo buscou estabelecer uma relação integral com as lutas contra a opressão racial e colonialista, tomou-se cada vez mais importante resistir à estratégia epistemológica colonizadora que subordinava diferentes configurações de dominação à rubrica de uma noção transcultural de patriarcado (Butler, 2003, p. 64).

Sob essa ótica, a atuação de Domitila pode ser lida como uma resistência à universalização das experiências femininas, já que ela articula sua condição de mulher às lutas sociais e políticas de sua comunidade. Como aponta Butler (2003), declarar o patriarcado como uma ordem única e repressiva requer análise crítica, pois tal concepção tende a apagar as múltiplas formas pelas quais o gênero é vivido e enfrentado em diferentes realidades culturais.

Assim, o discurso coletivo defendido por Domitila Barrios encontra semelhanças efetivas nos discursos das teóricas feministas Judith Butler, Françoise Vergès, Julieta Paredes e Lucilene Arf que completam que a luta pelo gênero enfrenta diferentes dimensões e contextos. A boliviana revelava os problemas de maneira transparente e frisava que as mulheres deveriam orientar-se sobre seus direitos, leis trabalhistas e

decretos, para que, pudessem fazer reivindicações com argumentos sólidos a fim de lutar pelas causas da comunidade.

La gran mayoría ignoramos los derechos que tenemos, las leyes que nos amparan, los decretos que están a favor nuestro. Y por eso, incluso, tenemos temor de plantear cosas que son obligaciones que tiene el Estado, el patrón, en relación con nosotros (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.88).<sup>23</sup>

A partir de todas as afirmações, Domitila preconizava que a luta feminista era raramente coletiva, toda crueldade e brutalidade do Estado não eram mostradas de modo explícitos. Por isso a boliviana relatava que era preciso coragem, esforço cotidiano e organização coletiva para vencer as estruturas do sistema. Conforme Vergès (2020) “Para as mulheres racializadas, afirmar o que é, para elas, ser mulher, foi um campo de luta. As mulheres, como eu disse, não constituem em si uma classe política”. É exatamente por esse campo que Domitila perpassou seguindo seus ideais. Opondo-se contra um feminismo seletivo da década de 70.

Y siempre hay posibilidades de hacer algo mientras uno no puede volver a su país. Me refiero a que nosotros, los revolucionarios, no debemos tener fronteras, y donde esté un revolucionario debe transmitir la experiencia de nuestro pueblo a otra gente que se interesa por ella, especialmente a la clase trabajadora y a los campesinos (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.179).<sup>24</sup>

Podemos observar que Domitila destaca a importância da solidariedade e da ação coletiva entre revolucionários, independentemente das fronteiras nacionais. A autora sugere que, mesmo na diáspora, os revolucionários têm a responsabilidade de compartilhar e transmitir as experiências e lutas de seu povo, especialmente para grupos que também enfrentam opressões, como a classe trabalhadora e os camponeses. A ideia reflete uma visão de luta que transcende barreiras geográficas, enfatizando que o combate pela justiça social é uma tarefa coletiva que deve ser cultivada em qualquer lugar.

---

<sup>23</sup> A grande maioria de nós desconhece os direitos que temos, as leis que nos protegem, os decretos que estão a nosso favor. E é por isso que temos até medo de levantar questões que são obrigações que o Estado, o empregador, tem para conosco (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.88, tradução nossa).

<sup>24</sup> E sempre há possibilidades de fazer algo enquanto não se pode retornar ao próprio país. Quero dizer que nós, os revolucionários, não devemos ter fronteiras e, onde quer que esteja um revolucionário, ele deve transmitir a experiência do nosso povo a outras pessoas que se interessem por ela, especialmente à classe trabalhadora e aos camponeses (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p.179, tradução nossa).

No aspecto da denúncia de opressão social pela obra de “*Si me permiten hablar...*” vemos que o relato de Domitila transmite a mensagem de resistência, denúncia e busca por justiça social. Através da obra pode-se observar que no decorrer da Tribuna, mulheres oprimiam outras mulheres, especialmente, por monopolizar os microfones da cerimônia. O evento discutia diálogos em torno da opressão patriarcal e se mostrou distante das necessidades das mulheres de cor, conforme afirma a boliviana.

Domitila expõe os problemas das bandeiras levantadas pelo feminismo ocidental e dialoga com a também boliviana Julieta Paredes Carvajal que afirma que o feminismo no ocidente responde às necessidades das mulheres em suas próprias sociedades, porque elas desenvolvem lutas e construções teóricas que pretendem explicar sua situação de subordinação Paredes (2020).

Mesmo que a narradora seja Domitila ela se torna porta-voz de seu grupo em torno do combate à opressão de quase três décadas de autoritarismo na Bolívia. Dessa forma, percebe-se que a luta da ativista engloba opressões multifacetadas, pois a opressão enfrentada por mulheres se manifesta em diferentes formas, tais como: machismo, sexismo, violência de gênero, violência doméstica, psicológica dentre outros. Todos esses fatores do sistema social dão prosseguimento à dinâmica de poder colonialista que viabiliza a opressão às mulheres, e de modo mais dominador e contínuo, as mulheres latinas, negras e pobres. Federici (2018) pontua que o capitalismo é um dos sistemas que oprimem mulheres, principalmente, por sua condição social.

A WfH apresentava uma perspectiva revolucionária não só por expor as causas profundas da “opressão das mulheres” na sociedade capitalista, como também os principais mecanismos utilizados pelo capitalismo para perpetuar seu poder e manter a classe trabalhadora dividida. São eles a desvalorização de campos inteiros da atividade humana, a começar por aqueles que asseguram a reprodução da vida humana, e a capacidade de usar o salário para extrair o trabalho de uma grande parte da população de trabalhadores que parece estar fora da relação salarial: escravos, colonizados, prisioneiros, donas de casa e estudantes (Federici, 2018, p.26).

Nos testemunhos de Domitila fica evidente que sua proposta era unir as mulheres contra o sistema capitalista, pois em seu país era nítido a subordinação da mulher ao homem. A partir de seu posicionamento e ideias, a boliviana sofreu com críticas, opressão, preconceitos e repressão das forças militares que resultaram em uma vida de exílio de seu país por um tempo.

Além de defender e lutar pelos direitos das mulheres na tentativa contínua de dar a elas perspectivas de conhecimento, posicionamento, leituras críticas e de voz, Domitila afirmava que os problemas de opressão social não deixariam de existir enquanto o país não investisse na educação moral dos povos.

Através de todas as entrevistas dadas em que a boliviana fala de sua trajetória de luta e busca de conquistas, vemos que ela se refere à potência que a voz das intelectuais brancas tinha sobre determinadas bandeiras de cunho feminista. Domitila afirmava que essas mulheres proferiam assuntos que beneficiavam somente a classe colonialista. Dessa forma, a ativista teceu críticas ao feminismo hegemônico surgido na Europa e nos Estados Unidos que tinha como preocupação a libertação da mulher da opressão patriarcal e que tratava todas as mulheres como se fossem iguais, sem levar em conta sua localização geográfica, etnia e classe social.

A partir disso, vemos que as marcas do pensamento da ativista se direcionaram para as pautas vivenciadas pelas mulheres latinas, trabalhadoras, pobres que sofrem com intersecções de gênero, raça, classe e busca resgatar sua invisibilidade como categoria, passando a denunciar as opressões sofridas por elas.

Nosotras, las mujeres, fuimos criadas desde la cuna con la idea de que la mujer ha sido hecha solamente para la cocina y para cuidar de las wawas, que es incapaz de llevar tareas importantes y que no hay que permitirle meterse en política. Pero la necesidad nos hizo cambiar de vida. Hace quince años, una época de muchos problemas para la clase trabajadora, un grupo de sesenta mujeres se organizaron para conseguir la libertad de sus compañeros, que eran dirigentes y que habían sido apresados por reclamar mejores condiciones de salario. Ellas consiguieron todo lo que pedían, después de someterse a una huelga de hambre durante diez días. Y a partir de esto decidieron organizarse en un frente que llamaron “Comité de Amas de Casa de Siglo XX” (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p. 29).<sup>25</sup>

Domitila presenciou uma expressão muito direta do patriarcado em 1970, pois ele estava entrelaçado com a colonização e com o racismo estrutural, nesta época, a Bolívia, como muitos países da América Latina, era marcada por uma estrutura social

---

<sup>25</sup> Nós, mulheres, fomos levantados do berço com a ideia de que as mulheres são feitas apenas para cozinhar e cuidar de crianças, de que são incapazes de realizar tarefas importantes e que não deveriam se envolver na política. Mas a necessidade nos fez mudar de vida. Quinze anos atrás, um tempo de muitos problemas para a classe trabalhadora, um grupo de sessenta mulheres se organizou para obter a liberdade de seus colegas, que eram líderes e foram presos por exigir melhores condições de pagamento. Eles receberam tudo o que pediram, depois de fazer uma greve de fome por dez dias. E, a partir disso, eles decidiram se organizar em uma frente que chamaram de "Comitê de Donas de Casa do século XX" (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005, p. 29, tradução nossa).

desigual. A mulher era subordinada ao homem e não tinha direito aos estudos, manifestavam-se na crença de que as mulheres deveriam fazer apenas o trabalho doméstico, como cozinhar, cuidar de bebês "wawas", sem poder se considerar capazes de atividades intelectuais e organizacionais. O patriarcado no contexto histórico da época de Domitila concebia a ilusão de que a mulher não podia abordar os problemas e questões políticas e sociais. Essa visão foi a ideia da tradição cultural e social do país, o que impedia que as mulheres participassem de atividades sociais e coletivas que estavam sujeitas a decisões, incluindo aquelas relacionadas a problemas de classe e a questões de trabalho e justiça social. (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005).

Na contemporaneidade o patriarcado é definido por várias autoras feministas, cada uma trazendo perspectivas específicas baseadas em suas áreas de estudo e contextos históricos, assim trago o que ratifica Bell Hooks (2004),

O patriarcado é um sistema político-social que insiste na ideologia da superioridade e dominância dos "homens" sobre tudo e todos que são considerados inferiores e frágeis, especialmente às mulheres, dando-lhes o direito de dominar estes "fracos" e manter o domínio através de várias formas de violência e terrorismo psicológico (Hooks, 2004, p.1)

Hooks (2004) apresenta uma definição do patriarcado centrada em uma estrutura de poder e dominância masculina, esse sistema é descrito como sendo violento e baseado na ideia de superioridade dos homens, sendo as mulheres o alvo principal dessa hierarquia, assim essa definição está estruturada com as teorias feministas que entendem o patriarcado como uma estrutura de opressão que organiza as relações sociais de maneira desigual, com os homens ocupando posições de privilégio, enquanto as mulheres são constantemente subjugadas.

O conceito de patriarcado de Paredes (2020) está relacionado à forma como a opressão das mulheres e das pessoas marginalizadas é estruturada e naturalizada nas sociedades, especialmente nas sociedades latino-americanas.

El sistema de todas las opresiones, todas las explotaciones, todas las violencias y discriminaciones que vive, toda la humanidad (mujeres, hombres y personas intersexuales) y la naturaliza, historicamente construídas, sobre el cuerpo sexuado de las mujeres (Paredes, 2014, p. 77).<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> O sistema de todas as opressões, todas as explorações, todas as violências e discriminações que toda a humanidade (mulheres, homens e pessoas intersexo) vivência e naturaliza, historicamente construído, no corpo sexuado das mulheres (Paredes, 2014, p. 77, tradução nossa).



Paredes (2014) propõe uma compreensão do patriarcado que vai além da simples relação de dominação entre os sexos, configurando-o como um sistema de opressões estruturais que afeta e organiza as sociedades. A autora define o patriarcado como um sistema que engendra múltiplas formas de exploração, violência e discriminação que não afetam exclusivamente as mulheres, mas também os homens e as pessoas intersexuais, com implicações diretas sobre os corpos sexuados e suas respectivas subjetividades, ela ainda sublinha que essas opressões não são fenômenos isolados ou contingentes, mas sim construções históricas que foram ao longo do tempo naturalizadas dentro das estruturas sociais. Além disso, ao afirmar que as opressões patriarcais estão "historicamente construídas" sobre os corpos sexuados das mulheres, Paredes faz uma alusão à interseção entre poder e corporalidade, ou seja, ao modo como o corpo feminino é o principal território de disputa no patriarcado, essa construção histórica da opressão está vinculada a um sistema de controle sobre os corpos das mulheres que se manifesta tanto na objetificação e exploração sexual quanto nas normativas sociais e culturais que determinam o que é considerado adequado ou legítimo para mulheres e outros corpos não normativos.

A crítica de Paredes também implica uma análise interseccional, em que as opressões patriarcais não se limitam a uma dicotomia entre homens e mulheres, mas se entrelaçam com outras formas de opressão, como o racismo, o colonialismo e o capitalismo. Assim, a análise interseccional é uma abordagem teórica e metodológica que busca compreender como diferentes formas de opressão e discriminação se interconectam e se sobrepõem, afetando indivíduos de maneiras complexas, a ideia central da interseccionalidade é que as identidades sociais, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, etnia, deficiência, entre outras, não devem ser analisadas de maneira isolada, mas sim como fatores que se entrelaçam e interagem, criando experiências únicas de opressão ou privilégio (Paredes, 2014). Desse modo, a autora ratifica que as opressões de gênero, raça e classe não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser analisadas de forma interconectada, uma vez que formam uma rede de dominação que afeta diferentes grupos sociais de maneiras variadas. Através da perspectiva de Paredes podemos pensar o patriarcado como um sistema de poder e opressão que não se restringe às relações individuais ou familiares, mas que se inscreve em esferas mais amplas da sociedade, como as instituições políticas, religiosas

e econômicas, dessa maneira, o patriarcado é entendido como um mecanismo de sustentação de desigualdades estruturais que perpassam todos os aspectos da vida social e cultural.

Paredes (2014) ratifica, também, que as opressões sofridas pelas mulheres se dão principalmente pelo gênero, pois as relações de subordinação social estão voltadas somente para as mulheres porque o sistema político é patriarcal e demandam ações que as inferiorizam para benefício do próprio sistema.

El género desde nuestra reconceptualización teórica es una categoría política relacional de denuncia, de una injusta, opresora y explotadora relación, que los hombres establecen con las mujeres para beneficio del sistema de opresiones que es el patriarcado, en la actualidad es patriarcado colonial-neoliberal. El género devela la valoración inferior que el patriarcado asigna a los cuerpos de las mujeres desde que nacemos hasta que morimos... (Paredes, 2014, p. 63).<sup>27</sup>

Neste sentido, as denúncias buscam avanço na tentativa de provar porque as mulheres são oprimidas e silenciadas pelo sistema capitalista.

Ironicamente, eles traduziram esse desconhecimento sobre as relações específicas das mulheres com o capital para uma teoria do atraso da política das mulheres, cuja defasagem só será superada ao passarmos pelos portões de entrada das fábricas. Portanto, a lógica de uma análise que vê a causa da opressão das mulheres como a sua exclusão das relações capitalistas resulta inevitavelmente em uma estratégia para que adentremos nessas relações, em vez de destruí-las (Federici, 2018, p.61-62).

A bandeira levantada por Domitila é voltada para o feminismo decolonial que ganha cada vez mais força no século XXI pelo seu ativismo, pois é originado por mulheres negras que leva em consideração as particularidades dos sujeitos. A mulher latino-americana e imigrante ao não se ver representada nos meios de comunicação, na escola, no meio político, na sociedade e nos debates que envolvem mulheres, ela desenvolve uma imagem depreciativa de si ao constatar o rechaço a sua nacionalidade e etnia, produzindo negação de sua identidade.

Cada uma tem uma história, mas a colonialidade do poder/ser/saber as insere numa história única, a história das mulheres subalternizadas que vivenciam situações de opressão duplas ou triplas e têm suas identidades

---

<sup>27</sup> O gênero, a partir de nossa reconceitualização teórica, é uma categoria política relacional de denúncia de uma relação injusta, opressiva e exploradora que os homens estabelecem com as mulheres em benefício do sistema de opressão que é o patriarcado, atualmente o patriarcado colonial-neoliberal. O gênero revela o valor inferior que o patriarcado atribui aos corpos das mulheres desde o momento em que nascemos até a nossa morte... (Paredes, 2014, p. 63, tradução nossa).

patriarcalizadas pelos que operam o sistema colonial, e o patriarcado como ferramenta deste (Mendes, Oliveira, Arf, p.28).

A narrativa testemunhal da boliviana transparece uma consciência histórica, abordando as particularidades que cada comunidade possui e assim constrói elementos específicos que caracterizam e evidenciam uma das finalidades do feminismo decolonial. Domitila destaca a busca de empoderamento das mulheres na América Latina e a todos os indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão a fim de uma libertação social.

### **2.3 Mulheres imigrantes na construção de novas narrativas culturais na fronteira**

Ao analisar a historicidade, percebemos que, por muito tempo, as mulheres foram minimizadas socialmente. As denúncias dessas ações têm sido feitas por meio da literatura, que se mostra um importante recurso para refletir sobre diversos fatores relacionados a essa questão. As experiências das mulheres nos fluxos migratórios são continuamente negligenciadas, porém atualmente pesquisas acerca do gênero estão se tornando mais visíveis e elucidam as desigualdades que acontecem com as mulheres imigrantes e servem como material de dados para a defesa do gênero.

No final do século XVII e início do século XIX a mulher não tinha autonomia para assumir seu próprio posicionamento intelectual e discursivo, a partir daí, houve uma revolução de movimentos feministas em busca de igualdade intelectual, de deveres e, principalmente, de direitos. “Movimento de mulheres, que equiparavam a libertação da mulher à igualdade de direitos e à “igualdade de oportunidades” no sistema econômico existente, revelou a possibilidade de usar o movimento para apoiar o desenvolvimento” (Federici, 2018).

A representação feminina cresceu e apesar da ascensão, o nível de igualdade não era reconhecido socialmente, dessa maneira, a voz feminina era silenciada. Sendo assim, as mulheres foram em busca de conquistas, principalmente, para assumirem sua identidade, ignorando expectativas alheias. Nesse processo, o discurso vai surgir como representação com o fim de promover a visibilidade social e política de mulheres, questionando, através do discurso, as concepções de dominação e subordinação Butler (2003). Viés em que se percebe a grande importância da representatividade do

movimento feminista em busca de igualdade de direitos. Para Judith Butler (2003) o feminismo é uma luta pelos direitos das mulheres, como sempre foi, mas é também uma desmontagem do que chamam de mulheres. “O sujeito do feminismo não deve ser definido previamente por critérios estáveis, pois o próprio movimento feminista é responsável por contestar e reformular as categorias pelas quais as mulheres são entendidas e representadas” (Butler, 2003, p. 55).

É visível a importância de estudos sobre o protagonismo feminino na contemporaneidade, pela possibilidade de uma linguagem capaz de representá-las e, por consequência ocasionar mudanças de paradigmas tão necessários para construir uma sociedade igualitária entre os gêneros, independente do lugar geográfico. Pois quando a mulher decide imigrar ela migra na expectativa de um recomeço com dignidade e apropriação de direitos sociais, políticos e econômicos para que possam se integrar e participar ativamente no país de destino, diferente de onde viviam.

A perspectiva de uma integração de bem-estar e familiar se enquadram nos critérios de busca e êxodo que muitas vezes ficam rendidos a decisões custosas. São escolhas relevantes entre pessoas e realidade, especialmente quando os eixos se atêm a elementos do quadro humano, que englobam fatores políticos, econômicos, sociais e culturais. Os principais fatores que levam mulheres a querer imigrar é a busca de trabalho e boa renda para sustento familiar e pessoal, exploração laboral, violência doméstica, guerras, perseguições ideológicas e culturais (Assis, 2007).

A trajetória de mulheres imigrantes para encontrar um novo começo não é simples, pois estão particularmente vulneráveis à discriminação e ao abuso e tem menos oportunidades de emprego, ganham menos que os homens e mulheres nativos. Martes (2009), ratifica para uma compreensão mais ampla dos fluxos migratórios, considerando não apenas fatores econômicos, mas também as dinâmicas familiares e de gênero que influenciam as decisões de imigrar, pois a mulher que decide imigrar veste uma armadura se assegurando em uma decisão de coragem concatenada ao desejo de melhor condição de vida. À vista disso, Federici (2018), em seu livro “*O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*”, narra debates a respeito da luta de mulheres no combate ao sistema capitalista e colonialista, indaga sobre as imposições do trabalho doméstico às mulheres, assim como as implicações de

subordinação e exploração às vidas sociais. Assegura que, falar das lutas como meio de expressão/denúncia e superação é mostrar a importância dos movimentos feministas que defrontam direitos e serviços essenciais às mulheres.

Na contemporaneidade o fenômeno social adquire novos traços e complexidades e a participação das mulheres no contexto migratório se torna mais efetivo e plural, com isso novas formas de enfrentamentos ganham diversas tendências de movimentação. Martes (2009) destaca que as mulheres imigrantes não são meras espectadoras no processo migratório, pelo contrário elas participam ativamente, integrando e articulando redes de migração. Ademais, salienta que a migração provoca mudanças nas relações familiares e de gênero ao longo do processo e fica evidente que a migração é um fenômeno social antigo, motivado por diversos fatores e que o gênero feminino está inserido e de grande proporção. Os temas defendidos pela ativista alavancam movimentos, discursos, e sua voz mostra influência, além de contribuir para estudos e debates a respeito da mulher como imigrante em região de fronteira e mostrar que uma mulher pode sair de um lugar de opressão e se tornar resistência e símbolo de superação onde seus direitos são garantidos.

### **Capítulo 3: MULHERES NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: VOZES E LUTAS NO CONTEXTO CORUMBÁ E PUERTO QUIJARRO**

Discorrer acerca das vozes femininas na fronteira requer sensibilidade, análise crítica e compreensão de realidades sociais, culturais e políticas que moldam as experiências dessas mulheres. Elas se posicionam como defensoras de seus direitos e de suas famílias, enfrentando, por exemplo, os impactos de políticas migratórias, as dinâmicas de comércio informal e até os efeitos de conflitos transnacionais.

Ao se colocarem como defensoras, não somente de si próprias, mas também dos direitos de suas famílias, essas mulheres relatam, por exemplo, as consequências de políticas migratórias, dinâmicas de mercado de trabalho informal e até mesmo os reflexos de conflitos transnacionais. Dessa forma, percebe-se também que seus discursos configuram uma relação de denúncia, ao falar das privações do acesso à educação, saúde, segurança e promoção da vida digna, e de resistência e sobrevivência ao falar das situações cotidianas que enfrentam.

Em relação ao enfrentamento dos impactos de políticas migratórias, as fronteiras têm sido cada vez mais locais de resistência e resistência em resposta às políticas migrantes, em particular em casos em que uma mulher e suas expectativas de vida digna são negadas. Essa resistência é exacerbada quando as políticas migratórias hostis são justapostas com as precárias condições das regiões de fronteira.

A vulnerabilidade das mulheres migrantes não é resultado apenas da crescente criminalização da migração em escala global, mas também das desigualdades estruturais ligadas ao gênero, à violência e à pobreza. As políticas migratórias como o fechamento de fronteiras e as estratégias de repressão raramente consideram as especificidades de gênero ou a complexidade das vulnerabilidades enfrentadas por essas mulheres, como consequência, elas enfrentam restrições significativas no acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, além de estarem mais expostas à violência de gênero e a suas formas mais extremas, como o tráfico sexual e outros tipos de exploração e discriminação. Em outras palavras, as mulheres são marginalizadas, não só porque são migrantes, mas também porque são mulheres.

Nas regiões de fronteira, as mulheres costumam se organizar, estabelecendo espaços de refúgio, apoio mútuo e combate à violência de gênero, sendo líderes em suas

comunidades, assim, a resistência feminina não se dá apenas em torno das dificuldades impostas pelas políticas migratórias, mas na construção de um novo espaço de pertencimento e identidade, capaz de questionar as estruturas de poder que subjazem à lógica da exclusão na migração contemporânea. Com efeito, essa resistência não é limitada ao enquadramento da busca de direitos individuais, constituindo uma luta coletiva em escala transnacional por uma transformação de políticas públicas e pela afirmação da singularidade das mulheres migrantes.

As vozes femininas nas fronteiras não servem apenas de denunciar injustiças e violação de direitos humanos cometidas por estas políticas, mas de oferecer visões alternativas, transformadoras, para uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária, elas são cruciais para a reconfiguração das políticas migratórias ao requererem seu direito à voz, à visibilidade e à autonomia contra as narrativas hegemônicas que relegam a migração à questão secundária. Um exemplo possível de lugar de fala de Domitila foi a participação na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*<sup>28</sup>, assumindo o microfone como representante do Comité de Amas de Casa de Siglo XX, lhe foi concedido o espaço de fala, momento oportuno e importante, considerado um avanço, já que uma mulher subalterna não conseguiria expor seus pensamentos e ter esse espaço de discussão disponível para trocas de experiências e informações, sendo ali a única representante boliviana.

A mulher imigrante deixa evidente que quando elas ingressam no mercado de trabalho, deparam-se com diversos desafios. Um dos principais é a barreira linguística, já que a língua é o principal meio de comunicação utilizado nas interações dentro de estabelecimentos comerciais. Assim, para que possam desempenhar suas funções de forma mais eficaz e participar plenamente das atividades laborais, torna-se essencial o conhecimento dos aspectos comunicativos, particularmente aqueles relacionados ao cotidiano profissional e às práticas comunicativas no ambiente de trabalho.

No contexto das fronteiras Brasil/Bolívia, especificamente nas cidades de Corumbá/ Puerto Quijarro, os tipos de trabalhos podem ser classificados em diversas categorias, muitas vezes precárias e fora do escopo dos direitos trabalhistas formais,

---

<sup>28</sup> Tribuna do Ano Internacional da Mulher (tradução nossa).

assim, percebe-se que o mercado laboral da linha de base é caracterizado por uma alta parcela de informalidade e tarefas segregadas por gênero em várias ocupações, com maior prevalência de exploração das mulheres migrantes. Muitas mulheres migrantes nas fronteiras tendem a buscar emprego em setores que necessitam de mão-de-obra mal regulamentadas, isto é, comércio informal, agricultura e vida doméstica, todos esses setores de emprego são femininos, mas também ocupacionais, uma vez que são altamente informais, ou seja, os trabalhadores não têm acesso a benefícios e direitos formais como licença, segurança social, férias regulares. No comércio informal, há muitas mulheres que desempenham a função de vender produtos de baixo custo (alimento, vestuário, utensílios domésticos, entre outros) nas ruas e feiras.

Além disso, destaca-se mais uma vez, que o acesso ao mercado de trabalho não se dá de maneira igual para todas as mulheres, fatores como a raça, a classe e a própria nacionalidade podem incidir tanto sobre o acesso ao mercado, quanto nas questões relativas à remuneração e condições de trabalho. Outro ponto que se mostra relevante para essa análise no contexto da migração feminina é a associação histórica entre a mulher e seu papel no cuidado e em ocupações voltadas para esse campo.

Além do empobrecimento, do desemprego, do excesso de trabalho, do número de pessoas sem-teto e da dívida, houve uma crescente criminalização da classe trabalhadora, por meio de uma política de encarceramento em massa, recordando o Grande Confinamento do século XVII, e a formação de um proletariado ex-lege [por força da lei], composto por trabalhadores imigrantes sem documentação, estudantes inadimplentes em seus empréstimos, produtores ou vendedores de produtos ilícitos, profissionais do sexo. É uma multidão de proletários, existindo e trabalhando na sombra, lembrando-nos de que a produção de populações sem direitos — escravizados, serventes sem contrato, peões, condenados, sans papiers [sem documentos] — continua sendo uma necessidade estrutural da acumulação do capital (Federici, 2019, p. 220).

Federici (2019), postula a documentação e qualificação como aspectos importantes, que se vinculam, até mesmo, a discussões ligadas a questões de classe, já que migrar tendo toda a documentação regularizada no país de destino não é algo corrente para mulheres com escassos recursos materiais e pouca qualificação formal. Nesse sentido, a impossibilidade de trabalhar de forma regular coloca a mulher em maiores condições de vulnerabilidade e precariedade no mercado de trabalho, o que afeta outros âmbitos de sua vivência no país de destino.



As mulheres nas fronteiras Brasil/Bolívia, em sua maioria, ocupam empregos informais, precários e de baixa remuneração, onde enfrentam desafios de exploração, discriminação e invisibilidade, ao mesmo tempo em que desenvolvem redes de solidariedade e resistência para lutar pela dignidade e pelos direitos trabalhistas. Essas experiências de trabalho revelam não apenas as dificuldades, mas também as formas de resistência e resiliência dessas mulheres, que, apesar de estarem em uma posição de vulnerabilidade, continuam a buscar formas de inclusão e autonomia em um contexto adverso.

A percepção da vivência nas fronteiras está intrinsecamente ligada às trajetórias de vida de mulheres migrantes, àquilo que experienciaram no indevido da sua vida e ao processo de migração em si. Esta percepção não se refere apenas ao físico, mas ainda ao que é simbólico, o que é possível ou não falar. De acordo com Gómez (2024), embora elas se abram para o exterior, compartilhando suas experiências e enfrentando as barreiras externas, dentro do espaço doméstico as fronteiras se mantêm, muitas vezes, reforçadas pelas tradições culturais que buscam preservar. Esse movimento de transgressão externa e de preservação interna das fronteiras culturais revela a complexidade da adaptação e resistência das mulheres no contexto migratório.

Essa dicotomia entre oposição com o exterior e reforço das fronteiras internas ao lar observada nas histórias de vida das mulheres migrantes apresenta um paradoxo, por um lado, essas mulheres transpõem as fronteiras geográficas, sociais e culturais impostas pelo processo migratório em busca de melhores condições de vida e sobrevivência. Por outro, ao se refugiarem em seus lares, muitas vezes mantêm as “fronteiras” simbólicas reforçadas pela tradição cultural que buscam preservar, contudo, esse movimento de adaptação e resistência pode ser interpretado como uma estratégia de enfrentamento, mas também como um reflexo das limitações impostas por uma sociedade que ao mesmo tempo exige a integração e impõe a exclusão.

Ainda sobre as vozes das mulheres fronteiriças, Vergès (2018) chama a atenção para o duplo silêncio das mulheres imigrantes: primeiro sempre são confrontadas pelo país de acolhida, porque elas normalmente são consideradas vítimas ou peças numa ação trabalhista de números e rebaixadas por parte da estrutura patriarcal da sua própria cultura, que por vezes pode ter menosprezado ou ignorar as suas experiências e

resistências. Por sua vez, a ativista Paredes (2018) afirma que as mulheres imigrantes são frequentemente silenciadas em suas narrativas, pois elas se opõem à visão redutora que as configura meramente como vítimas da migração ou da compressão e afirma a necessidade de percebê-las como sujeitos políticos ativos, cuja experiência e resistência merecem ser sabidas e valorizadas. A autora destaca que as mulheres imigrantes se defrontam com uma pluralidade de fronteiras, não somente as físicas, ou seja, aquelas relacionadas às travessias de limites territoriais, mas também com as simbólicas, sociais e culturais, as quais são geneticamente controladas pela violência e discriminação estrutural, especialmente dentro do contexto de racismo e patriarcado.

Sob a lente crítica de Butler (2019), a autora argumenta que as identidades de gênero e a condição política dos corpos são socialmente construídas e que essas construções afetam as condições de vida e as possibilidades de resistência, pois ela argumenta que os corpos das mulheres imigrantes, especialmente as fronteiriças, são frequentemente sujeitos a um tipo de não reconhecimento ou desidentificação e fica evidente que, nesse contexto, muitas mulheres são silenciadas e tornadas invisíveis, sendo relegadas a marginalizações físicas e discursivas dentro da esfera pública e política.

Uma das principais propostas de Butler (2019) é a noção de “grupos precários”, os quais se encontram aquelas que estão na periferia da vulnerabilidade. Seus direitos humanos e sua dignidade correm um risco extremo de serem negligenciados ou descartados, dessa forma, a política do reconhecimento deve ser expandida para incluir tais vozes, e isso é algo que Butler propõe diretamente para as fronteiriças. Para ela, o reconhecimento não pode ser limitado formalmente, mas deve ser alocado a um espaço discursivo onde tais vozes possam povoar o debate e serem legitimadas. Butler (2019) observa como as fronteiras políticas, inicialmente, restringem, mas, efetivamente, objetificam à população, retratando certas populações como eventualmente descartáveis ou inferiores. Nesse sentido, a mulher fronteiriça é duplamente vulnerável, baseada em gênero e status com base em categorias precárias, resultando em uma sensação de extrema fragilidade com a exclusão da justiça e da segurança.

Percebe-se que o silenciamento das mulheres imigrantes e fronteiriças é, portanto, um fenômeno duplo e complexo de invisibilidade, que não se refere apenas à

negação da consideração social e política, mas à recusa de sua própria agência e resistência. Conforme descrito por Vergès (2018) essas mulheres são silenciadas de duas maneiras e o duplo silenciamento é, então, um ato de invisibilidade que não apenas apaga essas mulheres de um lugar de destaque público, mas também de atenção política e social ativa. A crítica feita por Paredes (2018) ao afirmar que as mulheres migrantes são frequentemente silenciadas em suas narrativas é central para entender como a construção social de suas identidades limita a percepção de sua agência política. Afinal, tais narrativas reduzem as lutas dessas mulheres à vitimização unidimensional e, portanto, desconsideram ativamente sua capacidade de resistir.

Nesse sentido, a teoria do “grupo precário” de Butler (2019) oferece uma importante proposta conceitual, apesar de ter limitações consideráveis. A autora utiliza a noção do grupo para designar os sujeitos cuja dignidade e direitos humanos são tão precários que estão sempre em risco de serem negligenciados ou descartados, uma situação que certamente se aplica às mulheres imigrantes e fronteiriças. No entanto, a descrição proposta por ela não é suficiente para resolver a situação, e sua proposta de expandir a política do reconhecimento para incluir essas vozes é limitada por qualquer articulação direta de como as condições estruturais e a exclusão social são perpetuadas. Afinal, mesmo um direito formal de ser ouvido no espaço público não é um convite se as condições sociais impedem uma pessoa de aceitá-lo. O esforço para o reconhecimento não pode ser simplesmente abstrato e formal e deve ser acoplado para uma demanda positiva e para um espaço de escuta, onde sua voz é não apenas permitida como legitimada. Portanto o silenciamento da mulher imigrante e fronteiriça não se trata apenas de visibilidade, mas sim em uma questão de poder.

As fronteiras, sejam elas físicas, sociais ou simbólicas não apenas delimitam território, elas também constroem subjetividades que alinham essas mulheres fora do público e do político. A inclusão real dessas mulheres na sociedade, portanto, demanda um compromisso profundo com a reconfiguração das estruturas de poder que as mantêm à margem.

A participação de Domitila na Tribuna e suas falas são compreendidas e abraçadas por outras mulheres latino-americanas presentes, que passavam por situações parecidas de exploração, além de aprisionamentos, torturas e ditaduras na Bolívia,

Argentina, Uruguai e Chile, que juntas elaboraram um documento a respeito do papel das mulheres nos países subdesenvolvidos, publicado pela imprensa (Barrios de Chungara, Viezzer, 2005).

Otra cosa que me sirvió bastante en la Tribuna fue el encontrarme con compañeras de otros países, particularmente con bolivianas, argentinas, uruguayas, chilenas que habían estado en situaciones similares a las que he pasado yo de apresamientos, cárceles y todos esos problemas. Aprendí mucho de ellas. Yo pienso que he cumplido la misión que me confiaron las compañeras y compañeros de Siglo XX. En la Tribuna hemos estado con muchas otras mujeres del mundo, y hemos hecho que el mundo entero allí representado se ocupe de nuestro país (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 167).<sup>29</sup>

Um dos momentos mais significativos de sua jornada política ocorreu quando teve a oportunidade de se encontrar com mulheres de diversos países como mencionado anteriormente, essa troca de experiências foi fundamental para a formação de uma rede de solidariedade e para a amplificação das vozes femininas em uma luta global por justiça e liberdade. Domitila expressa sua experiência na Tribuna como um momento de espaço político internacional transformador, pois ao se reunir com mulheres de diversas partes da América Latina, ela encontrou exemplos de sua própria luta e descobriu a importância de compartilhar vivências, dificuldades e vitórias. Entende-se que as mulheres com quem teve contato estavam em situações semelhantes enfrentando perseguições, prisões e outras formas de repressão, esse encontro não só fortaleceu sua compreensão da luta de classe, mas também lhe ofereceu um novo campo de aprendizagem e empoderamento.

A participação de Domitila na Tribuna das mulheres não apenas ampliou sua visão sobre a luta de classes, mas também a inseriu em uma rede latino-americana de resistência feminina, onde o compartilhamento de experiências se tornou um instrumento político e pedagógico. Essa vivência coletiva evidenciou que mesmo separadas por fronteiras nacionais, as mulheres enfrentavam opressões comuns e buscavam estratégias similares de enfrentamento. Com base nessa perspectiva, é possível refletir sobre como ainda hoje, mulheres em territórios de fronteira constroem

---

<sup>29</sup>Outra coisa que me ajudou muito na Tribuna foi conhecer colegas de outros países, principalmente bolivianos, argentinos, uruguaios e chilenos, que passaram por situações parecidas com a que eu passei: prisões, cadeias e todos esses problemas. Aprendi muito com eles. Acredito ter cumprido a missão que me foi confiada pelos meus companheiros do Siglo XX. Estivemos no Tribune com muitas outras mulheres do mundo todo e fazer com que o mundo inteiro ali representado cuidasse do nosso país (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005, p. 167, tradução nossa).

formas próprias de organização e luta, articulando suas vozes para reivindicar direitos e enfrentar múltiplas formas de violência e exclusão.

### **3.1 Como as mulheres nas fronteiras se organizam para reivindicar seus direitos.**

Mulheres que vivem nas regiões de fronteira enfrentam desafios específicos que vão desde a precariedade de políticas públicas até a violência de gênero e a organização dessas mulheres para a reivindicação de seus direitos tem sido um processo difícil que envolve tanto a mobilização local quanto a articulação transnacional, aproveitando as particularidades das culturas locais e as redes de solidariedade que cruzam as fronteiras.

O acesso aos direitos e a participação política são temas que estão presentes nas narrativas de mulheres migrantes. Sobre esses pontos, entendemos que eles contemplam a seguinte trilogia: 1) a questão do voto e a participação; 2) a relação com órgãos e instituições voltados para a causa migratória e 3) a percepção sobre a Política Municipal para Imigrantes (Rissato; Cardin, 2023).

No que tange aos direitos políticos, as mulheres imigrantes enfrentam uma série de desafios significativos que precisam ser considerados dentro do quadro analítico que busca explicar as dinâmicas de inclusão e exclusão política. A situação das mulheres imigrantes que se deslocam para países com sistemas políticos e culturais diferentes dos seus ressalta a necessidade de redefinir as fronteiras analíticas para abordar as barreiras que as excluem da vida política.

Entre as barreiras mais significativas estão as diferenças linguísticas, o acesso limitado à informação e o medo de serem punidas pelas autoridades ou membros da sociedade anfitriã, além disso, uma causa fundamental da exclusão política dessas mulheres reside em uma questão mais profunda que são as estruturas sociais e políticas inadequadas que limitam sua capacidade de influenciar os processos de tomada de decisão, resultando em sua exclusão enquanto participantes na política. Dessa forma, a exclusão política das mulheres imigrantes dos processos políticos estatais não deve ser apenas entendida como ausência, em vez disso, deve ser interpretado como uma forma de exclusão estrutural.

Como observa Butler "A política da identidade está ligada à visibilidade, mas também à capacidade de agir no espaço público e influenciar as decisões coletivas" (Butler, 2003, p. 123). Este argumento é aplicado para as mulheres imigrantes, que raramente são tratadas como sujeitos participantes da vida política, embora tenham direito formal de votar. A maioria dos estados democráticos contemporâneos garantam o direito de voto a todos os cidadãos, a realidade de vida política das mulheres imigrantes é obscurecida por fatores interligados. Em primeiro lugar, o sistema político em si é marcado pela falta de informação, barreira linguística e, às vezes, desvalorização do voto, em segundo, a vida social em geral.

A socióloga Saskia Sassen (2018) explica que a experiência de uma mulher imigrante é muitas vezes percorrida por um complicado processo de reconfiguração de identidade, que as faz desconfiadas em relação às práticas políticas. Ela argumenta que "as migrações contemporâneas reconfiguram as identidades de forma a incluir novas dinâmicas políticas que exigem uma reinvenção dos conceitos de cidadania e pertencimento" (Sassen, 2018, p. 57). Enquanto há desafios estruturais, há também um aumento nos modos de participação política com que as mulheres imigrantes se envolvem, principalmente por meio de movimentos de base e organizações não governamentais. Estes espaços promovem as mulheres para um tipo de cidadania ativa, pelo qual elas são autorizadas não apenas a votar, mas também a ter um impacto real nas políticas que influenciam suas vidas. A representação política dessas mulheres é um pináculo para seus direitos, pois a única maneira de assegurar que suas necessidades sejam levadas a sério na formulação de políticas é através de suas vozes ouvidas.

A relação entre as mulheres imigrantes e os órgãos e instituições envolvidos na causa de migração desempenha um papel determinante no processo de integração e na proteção de seus direitos na sociedade de destino. Fomentadas por órgãos estatais ou não-governamentais, muitas vezes essas instituições são um suporte crucial ao acesso básico a funcionalidades de saúde e educação, além de orientação judiciária e políticas públicas ao acesso social, apesar disso, a eficácia desse auxílio é determinada por diversas variáveis, incluindo o grau de empatia do corpo institucional por trás dos sofrimentos específicos da mulher imigrante e da união efetiva de esforços. Além disso, a forma como as mulheres imigrantes interagem com os órgãos públicos de migração é principalmente baseada na confiança em seu favor e na possibilidade que lhes é dada de

que seus direitos possam ser respeitados e diferenciados. Ademais, o papel das organizações que a nível internacional formulam protocolos e amparam políticas é essencial, dentre elas estão a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) que sofrem forte influência e relacionamento pautado por pressão com os países para acolhimento e efetiva implantação de tais políticas (Sassen, 2018).

Sandro Mezzadra (2012) postula uma abordagem da “autonomia das migrações” que pressupõe enxergar a migração como um movimento social. Trata-se de focar não apenas nas dimensões e práticas subjetivas, nos desejos e comportamentos dos migrantes que se movem, mas prestar atenção em como dispositivos de exploração e dominação afetam a autonomia de quem se desloca. Para o autor, a abordagem da autonomia das migrações deve,

“ser compreendida como uma nova perspectiva específica de análise das ‘políticas de mobilidade’ – que enfatiza a dimensão subjetiva no interior das lutas e enfrentamentos que constituem materialmente o terreno dessas políticas”. (Mezzadra, 2012, p.73)

Neste sentido, Anzaldúa (1987), escritora chicana, lésbica e “do Terceiro Mundo” mulher, como ela se descreve, usa formas de narrativas diversas para falar sobre a sua experiência de mulher, a sua experiência de exclusão, e inúmeras formas de rejeição. Anzaldúa (1987) retrata o hibridismo de sua identidade e de seu lar, a realidade de se viver na fronteira e a resistência de estar entre lugares. A escritora traduz sua ação, advogando a existência de uma rebeldia em si mesma, que desafia ordens, restrições e questiona hierarquias. Para a autora, sua identidade chicana está inserida na história de resistência da mulher, ela discorre sobre sua experiência de contato com outras culturas, das vivências na fronteira e num local diferente. Para ela, o mexicanismo sempre esteve presente em sua identidade e carregá-lo consigo é resistir.

Para me separar da minha cultura - e da minha família - eu tinha que me sentir competente o suficiente lá fora e segura o suficiente para viver a vida por mim mesma. No entanto, quando saí de casa, não perdi contato com minhas origens, porque o mexicano é parte de mim. Eu sou uma tartaruga, onde quer que eu vá, eu carrego minha "casa" nas minhas costas (Anzaldúa, 1987, p. 78).

Para Anzaldúa (1987), a resistência está nas vivências de fronteira, as lutas migrantes se constroem, também, por práticas de desobediência, defende que não há

como compreender a dominação e as relações de poder que são travadas entre diferentes indivíduos e grupos sem a compreensão das formas de resistência.

Domitila constrói seu argumento com base nas experiências de resistência a partir das práticas vividas por ela e por outros trabalhadores e camponeses na Bolívia. Ela é uma figura chave no movimento operário além da sua participação como representante das mulheres mineiras, nas greves e manifestações contra as condições de trabalho nas minas e pela melhora das condições de vida das classes marginalizadas. A participação, organização e defesa por resistência ao lado das mulheres trabalhadoras das minas de Potosí foi fundamental para o fortalecimento de sua visão política e para o surgimento de movimentos feministas latino-americanas. (Barrios de Chungara; Viezzer, 2005).

A trajetória de Domitila Barrios de Chungara revela como as lutas concretas das mulheres trabalhadoras podem gerar formas próprias de organização política e formulação feminista enraizadas na realidade latino-americana. Inspirada por experiências de base, sua atuação demonstra que a resistência popular pode ser um ponto de partida poderoso para a construção de movimentos que articulam gênero, classe e território. A partir desse referencial histórico e político, torna-se pertinente investigar como essas formas de organização e resistência se manifestam hoje em contextos específicos, como na região fronteira entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia), onde a presença ou ausência de movimentos feministas e organizações de mulheres pode revelar os desafios e potencialidades locais de mobilidade.

### **3.1.2 Existem movimentos feministas ou organizações de mulheres atuando na região fronteira Corumbá/Brasil– Puerto Quijarro/Bolívia?**

As regiões fronteiras, com suas particularidades geográficas, culturais e sociais, representam um cenário desafiador para as mulheres, especialmente aquelas envolvidas em movimentos feministas e organizações de mulheres. As fronteiras são territórios de resistência e transformação para as mulheres, que tentam ultrapassar as dificuldades adversas que as colocam em posição de vítima de desigualdades e discriminação, assim essa perspectiva é essencial, uma vez que esses territórios não se



estabelecem unicamente na promoção dos direitos das mulheres, mas centralmente na formação cidadã e na construção de uma rede de solidariedade transcultural.

No Brasil, uma das conquistas mais importantes na defesa dos direitos das mulheres é a promulgação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), que visa reduzir as desigualdades de gênero, levando em consideração a diversidade racial e étnica que compõe o território do país. O programa se destaca pela articulação e mobilização em torno de ações governamentais que, quando coordenadas, apoiam o desenvolvimento de políticas públicas, buscam o equilíbrio dos direitos humanos e constitucionais das mulheres e focam em todas as regiões brasileiras, o que funciona melhor nas áreas urbanas, especialmente nos grandes centros urbanos (Asbrad, Lima, 2018).

Quando a região de fronteira não alcançou maiores desenvolvimentos, sobretudo econômicos, as políticas para mulheres oferecem menores capacidades, tendo disponíveis em algumas localidades apenas os serviços de assistência social e saúde. Não existe uma priorização para o desenvolvimento pleno dos direitos humanos para as mulheres como ação do Estado brasileiro, e nesse caso, para as regiões que fazem divisa com outros países, o que acaba por expor essas pessoas a condições de vida que as colocam em maior vulnerabilidade para a exploração do trabalho informal, baixa escolarização, dificuldades de acesso ou a ausência de serviços públicos que atendam todas as suas necessidades e por vezes a pobreza e a miséria se apresentando com toda a sua magnitude (Asbrad, Lima, 2018, p.94).

Com base no estudo de Lima (2018), podemos perceber que a autora fala sobre a realidade das mulheres nas áreas fronteiriças do Brasil, destacando a falta de desenvolvimento econômico e a falta de políticas públicas voltadas ao pleno desenvolvimento dos direitos humanos dessas mulheres, ela descreve as realidades específicas das mulheres nas fronteiras do Brasil e fornece um panorama crítico das lacunas nas políticas públicas que impactam diretamente esse gênero, observou que quando as zonas fronteiriças não registam progressos econômicos substanciais, as políticas para as mulheres são limitadas à assistência social básica e aos serviços de saúde e esta limitação está diretamente relacionada com a falta de uma prioridade clara por parte do Estado para promover o pleno desenvolvimento dos direitos humanos das mulheres nas regiões fronteiriças.

O desafio de viver, sendo mulher, em regiões remotas do Brasil, em especial nas fronteiras, faz dessa parcela da população, pessoas que convivem diariamente com os desafios, sendo recipientes. As diferenças na formação social e compreensão de mundo para as mulheres que nascem e vivem na

fronteira, necessitam ser melhor compreendidas, para que, no cotidiano, seja ajustada se necessário, para avançar no entendimento sobre seus direitos, no alcance dos determinantes sociais que possam melhorar sua qualidade de vida. As mulheres da fronteira podem mudar o mundo que as cerca (Asbrad, Lima, 2018, 102-103).

A distância territorial e política influencia o desenvolvimento das cidades fronteiriças em algumas regiões do Brasil e na maioria dos países fronteiriços, as cidades fronteiriças não se tornam prioridade para a implementação de políticas setoriais devido à inacessibilidade ou distância da capital, recebem pouca informação e têm poucas oportunidades de participar em projetos de desenvolvimento social, e a formulação de políticas públicas setoriais é difícil, seja pelo número de profissionais, por questões de responsabilidade fiscal ou pela falta de infraestrutura para implementar esses processos. Este fenômeno afeta diretamente a vida das mulheres de todas as idades e em alguns casos não lhes permite satisfazer as expectativas mínimas na implementação de programas e projetos governamentais, com isso, percebe-se que em algumas zonas fronteiriças, o Estado quase não existe (Asbrad, Lima, 2018).

Compreendemos que as políticas públicas voltadas para as mulheres em regiões de fronteira devem levar em conta ações que produzam seu desenvolvimento corpóreo, econômico e territorial (acesso à terra), a participação feminina nos espaços públicos, o acesso aos direitos de cidadania, a emancipação social e a construção de acordos binacionais que reforcem a rede de proteção à mulher (Asbrad, 2018, p.89).

A partir dos estudos, pode-se perceber que há uma necessidade de políticas públicas abrangentes e sensíveis à especificidade das mulheres nas áreas fronteiriças, enfatizando a importância de ações que promovam o desenvolvimento físico, econômico e territorial, bem como a participação das mulheres nos espaços públicos e a garantia dos direitos civis. Esta perspectiva exige uma análise crítica do papel do Estado e o desenvolvimento de políticas que integrem as dimensões sociais, econômicas e territoriais para abordar as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por estas mulheres, particularmente nas zonas fronteiriças.

A migração e suas consequências para as mulheres tornaram-se foco proeminente das discussões sobre direitos humanos, especialmente nas áreas da fronteira brasileira. Cabe destacar a existência e atuação da Conectas Direitos Humanos, uma organização de direitos humanos com presença marcante nas fronteiras brasileiras, que tem sua sede principal em São Paulo, no estado de São Paulo, atua com afinco em Roraima, pois se tornou um dos principais pontos de chegada de migrantes

venezuelanos. A organização promove ações de advocacia e suporte jurídico para assegurar que as mulheres migrantes e refugiadas tenham garantidos os seus direitos, em especial protegendo-as contra a violência de gênero e garantindo o acesso a serviços públicos, como saúde e educação. No entanto, a Conectas não possui uma unidade específica em Corumbá/Brasil, mas a instituição divulga que a organização realiza atividades e parcerias em diversas outras localidades, incluindo ações em áreas de fronteira.

Existe também a Rede de Apoio ao Migrante (RAMI), composta por várias organizações sociais, que também merece destaque, com sede em Foz do Iguaçu, no estado Paraná, a RAMI trabalha de maneira integrada, oferecendo apoio humanitário e serviços de acolhimento a migrantes, com um foco específico nas mulheres, essa rede oferece assistência jurídica, social e psicológica, e tem sido um pilar de apoio na luta contra o tráfico de mulheres e a exploração sexual, que se intensificam nas regiões de fronteira. Nota-se que o trabalho dessas entidades não se limita apenas ao atendimento direto, mas também à promoção de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades das mulheres em situação de migração.

Na Bolívia existe o movimento *Mujeres Creando*, fundado em 1992 por María Galindo, Mónica Mendoza e Julieta Paredes, um coletivo feminista e indígena criado na Bolívia com a proposta de enfrentar a opressão patriarcal e a desigualdade de gênero especialmente nas comunidades indígenas. O movimento surgiu em La Paz, Bolívia, como uma resposta à falta de representatividade das mulheres indígenas e de classes populares no movimento feminista tradicional, ele é conhecido por sua abordagem de feminismo comunitário e decolonial que desafia tanto as estruturas patriarcais tradicionais quanto as formas de feminismo eurocêntricas (Arte Sur, 2025).

Existe também o CECI Bolívia (Centro de Estudios para el Desarrollo de la Mujer Indígena) que é uma organização boliviana fundada em 1990 com o objetivo de promover o desenvolvimento e os direitos das mulheres indígenas no país. Esta organização busca fortalecer o protagonismo das mulheres indígenas, apoiando-as na luta contra as desigualdades sociais, políticas e econômicas que enfrentam em áreas rurais e nas comunidades indígenas. CECI Bolívia “há trabajado incansablemente para

promover el desarrollo sostenible y la igualdad de género em Bolivia” (Ceci Bolivia, 2025).<sup>30</sup>

Verifica-se que essas duas organizações existentes na Bolívia atuam para atender mulheres fronteiriças e desempenham papel crucial na promoção da igualdade de gênero, na proteção dos direitos humanos e no empoderamento das mulheres nessas áreas específicas. Elas ajudam a atender às necessidades das mulheres que enfrentam as diversas formas de vulnerabilidade ao mesmo tempo em que propõem soluções baseadas no contexto social, político e econômico das regiões de fronteira. No entanto, essas organizações têm como lócus La Paz, Santa Cruz, Cochabamba e outras cidades, deixando regiões como Puerto Quijarro e Puerto Suárez sem uma unidade e presença significativa o que dificulta o acesso dessas mulheres a apoio, direitos e serviços essenciais.

Como assinala Silva (2019), ao tentar aplicar modelos de direitos originados em contextos urbanos ou em outras realidades políticas, muitas dessas organizações podem perder de vista as especificidades das fronteiras, criando um feminismo homogêneo que não dialoga com as realidades locais. Em muitas situações, a importação de estratégias e discursos sem adaptação à cultura local pode resultar na marginalização de vozes femininas que não se reconhecem em modelos uniformes.

A precariedade no cotidiano das fronteiras se traduz nas organizações do movimento feminista como ressalta Federici (2019) a violência institucional enfraquece constantemente o ativismo feminista em suas diversas frentes,

Mas, sobretudo, o que mais aumentou foi a violência institucional. Essa é a violência da pauperização absoluta, das condições de trabalho desumanas, da migração em condições clandestinas. Essa migração também pode ser vista como uma luta por maior autonomia e autodeterminação, por meio da saída do lar, como a busca por relações de poder mais favoráveis. (Federici, 2019, p. 229-230)

A violência institucional pontuada por Federici (2019), refere-se às ações ou omissões do Estado e de suas instituições que dificultam ou impedem o trabalho das organizações feministas, especialmente nas regiões de fronteira. Essa violência não é necessariamente física, mas se manifesta de formas estruturais como a falta de apoio

---

<sup>30</sup> Tem trabalhado incansavelmente para promover o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero na Bolívia (CECI Bolivia, 2025, tradução nossa).

governamental ao ativismo feminista, burocracia excessiva que dificulta o funcionamento das organizações, ausência de políticas públicas eficazes para proteção das mulheres e criminalização de lideranças feministas. Assim, Federici (2019), destaca que esses tipos de violência institucional atuam como uma forma de enfraquecimento sistemático do ativismo feminista arruinando sua capacidade de mobilização e resistência (Federici, 2019, p.248-249).

Frequentemente ativistas contam com voluntariado, parcerias não-formais e são reféns de projetos, o que prejudica ações de média e longa duração e a construção de infraestrutura de apoio, assim, as iniciativas feministas, em muitos casos, são pontuais, combativas, mas não conseguem atingir a estrutura de poder que é imbricado na sociedade. Apesar dessas limitações e contradições, a luta feminista é uma prática fundamental para a transformação social. Federici (2017), Paredes (2018) e Hooks (2020) afirmam que as mulheres têm visibilizado o feminismo onde o patriarcado, o militarismo e a xenofobia são predominantes.

As contribuições dessas autoras trazem à tona uma análise sobre como as mulheres, em suas múltiplas identidades, têm resistido e enfrentado os sistemas de opressão. Federici (2017), em seu livro *Calibã e a Bruxa*, critica o patriarcado estrutural, que está associado aos processos coloniais e à exploração do corpo feminino, ela argumenta que a submissão do corpo da mulher política à reprodução social e à violência sistemática não pode ser desassociada das dinâmicas de arranjo capitalista e colonial que se desenvolveram na história. Como tal, o feminismo deve ser mais visível na luta contra essas formas de violência e na luta para desafiar o poder patriarcal de várias formas de opressão ao se voltar para a xenofobia, especialmente nas sociedades pós-coloniais (Federici, 2017).

Paredes (2018), por sua vez, argumenta a proposta do feminismo comunitário a partir da realidade das mulheres indígenas latino-americanas, sobretudo da Bolívia, ela denuncia que o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo formam uma tríade opressora que atua sobre os corpos e territórios das mulheres. Nesse sentido, o feminismo comunitário se constrói não a partir da academia, mas da vida cotidiana, da resistência nos territórios e da memória ancestral. Sua proposta desafia o feminismo hegemônico e eurocêntrico ao propor uma luta enraizada na coletividade,

espiritualidade e conexão com a terra, tornando visível uma prática feminista que surge das comunidades e se articula com a justiça social, ecológica e cultural.

O feminismo comunitário, conforme delineado por Paredes (2010), é uma prática política que se fundamenta na coletividade e na ancestralidade, como mencionado anteriormente, e ele propõe uma organização social baseada na reciprocidade, na solidariedade e no cuidado mútuo, elementos essenciais para a construção de redes de apoio efetivas para mulheres em situações de vulnerabilidade, como as migrantes. Essa rede de solidariedade também é conhecida como rede de apoio e se constitui como conjunto articulado de pessoas, instituições, serviços e iniciativas que atuam de forma coordenada para oferecer suporte, acolhimento e proteção a indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade e no caso das mulheres imigrantes, esse apoio pode ser emocional, jurídico, social, econômico, psicológico e de segurança.

Em regiões de fronteira, onde as mulheres migrantes enfrentam variadas formas de violência e exclusão, a abordagem comunitária proposta por Paredes (2010), oferece uma alternativa ao modelo assistencialista tradicional. Ao invés de depender exclusivamente de instituições formais, a construção de redes de apoio baseadas na solidariedade comunitária pode proporcionar um suporte mais próximo e sensível às necessidades dessas mulheres além de consolidar práticas feministas concretas e eficazes.

Por outro lado, Hooks (2020) argumenta que o feminismo só será mostrado abertamente e de maneira inclusiva quando as mulheres o fizerem, ela entende que o feminismo terá que lidar com uma crítica à ordem social existente que coloca mulheres brancas e sua feminilidade em perigo. Essas autoras oferecem uma visão crítica do feminismo que demonstra como a visibilidade das mulheres e suas lutas para com todas as formas de violência são jogadas debaixo do sistema global.

Araújo (2019) adverte que as mulheres em regiões de fronteira sofrem violência mais do que nas regiões centrais, culminando da violência doméstica, a violações de direitos civis e políticos, esses contextos, frequentemente marcados pela presença de conflitos armados, migrações forçadas e políticas públicas negligentes impõem desafios adicionais para a organização e mobilização de mulheres, assim mais do que uma ação de enfrentamento do patriarcado, as organizações localizam-se como pontos

fundamentais de resistência, nos quais as mulheres se articulam para a elaboração de ações que desestabilizem as estruturas consolidadas de poder e favoreçam a inclusão social e política. Não obstante, as organizações se situam em posição frágil com pouca quantia de contribuições e a dificuldade de integração ao sistema público, bem como o conservadorismo representam obstáculos à ação política, igualmente, a desestruturação da infraestrutura nas regiões fronteiriças também dificulta a execução de atividades de assistência e apoio a mulheres.

Refletindo acerca da cidade de Corumbá, cidade do estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, podemos dizer que é uma das mais importantes entradas e saídas do Brasil para a Bolívia e vice-versa, por isso é um território estratégico e complexo, esta região se caracteriza pela diversidade cultural e presença de migrantes bolivianos. Caracteriza-se também pela elevada circulação de pessoas e mercadorias e alta concentração de trabalhadores migrantes da Bolívia, nesse caso, a situação desses migrantes é crítica, pois os empregos são instáveis, moram em condições ruins, não têm direitos garantidos. Em se tratando das mulheres, por muitas vezes, sofrem situação de dupla opressão, como migrantes e como mulheres e se veem sujeitas tanto à violência estrutural e doméstica, quanto à violência que se manifesta a partir de padrões racistas e de exclusão social.

Ao verificar a realidade social e política de Corumbá, torna-se evidente a necessidade urgente de abordagens que garantam os direitos das mulheres e combatam as desigualdades de gênero na região, pois apesar dos desafios impostos pela discriminação e vulnerabilidade, a ausência de organizações e movimentos feministas estruturados agrava a situação deixando as mulheres sem o apoio necessário para enfrentar os desafios. Esse contexto revela um cenário de resistência fragmentada onde a falta de uma rede organizada de apoio torna ainda mais difícil a luta pela igualdade.

A cidade de Corumbá é historicamente marcada por cultura conservadora e apresenta um forte sentimento antifeminista o que dificulta a consolidação de movimentos ou organizações feministas na região, esse contexto social e cultural contribui para a resistência às pautas de igualdade de gênero, além de alimentar estigmas que minimizam a importância das lutas femininas. Isso evidencia a ausência de organizações voltadas para as mulheres e movimentos feministas na região. Diante das

situações de desigualdade, discriminação e vulnerabilidade que enfrentam, percebe-se que a dinâmica de resistência e organização feminista em Corumbá é caracterizada por uma lacuna, sem a presença efetiva de iniciativas que possam promover mudanças.

A falta de uma rede organizada de apoio para às mulheres reflete não apenas a ausência de espaços de mobilização, mas também a persistência de atitudes que desvalorizam a participação ativa das mulheres na transformação social. Com isso, movimentos e organizações feministas se veem ausente e incompreendido na dinâmica local, assim limitando o avanço de iniciativas que podem promover mudanças significativas na realidade de muitas mulheres em Corumbá.

A realidade de Puerto Quijarro/Bolívia não é diferente quanto a ausência de organizações e movimentos feministas estruturados e possui uma lacuna no enfrentamento das questões de gênero, limitando a mobilização e a resistência organizada, a falta desses movimentos destaca a importância de pensar em uma abordagem que contemple tanto as particularidades sociais e culturais locais quanto a luta universal pela igualdade de gênero. As mulheres da cidade, muitas vezes, vivem à margem de políticas públicas adequadas e de espaços organizacionais que possam fomentar mudanças substanciais em suas condições de vida.

Julieta Paredes é uma figura de destaque no movimento feminista e indígena na Bolívia, especialmente conhecida por seu trabalho em questões de gênero e os direitos das mulheres indígenas. No entanto, sua notoriedade é mais amplamente reconhecida em nível nacional e internacional e nas esferas acadêmicas e ativistas do que em cidades específicas como Puerto Quijarro. Nesse contexto, as questões de gênero e os direitos das mulheres indígenas, que são temas centrais em seu ativismo, ainda enfrentam resistência e falta de visibilidade local, isso demonstra que embora o trabalho de Paredes seja fundamental para o fortalecimento da luta feminista no país, a aplicação prática e o engajamento nas comunidades fronteiriças ainda são limitadas.

A figura de Domitila Barrios com sua luta no âmbito sindical e popular, ajudou a moldar a visão de Paredes sobre o feminismo, especialmente no que diz respeito à crítica ao patriarcado, ao colonialismo e à exploração econômica que afeta as mulheres da Bolívia e da América Latina de forma interligada. Assim, Domitila com sua capacidade de combinar a luta de classe e de gênero, é uma das figuras que ajudaram a



fundamentar a visão de feminismo comunitário de Julieta Paredes, um feminismo que se distingue por integrar as questões de gênero às lutas sociais e comunitárias, respeitando as realidades e culturas locais das mulheres indígenas e das camadas populares.

Como destaca Oliveira (2015), a aplicação de modelos feministas que tomam conceitos oriundos de realidades urbanas e de ideias eurocêntricas de organização social desconsideram a complexidade do espaço de fronteira. A proposição de um feminismo universal não dialoga com as demandas e com os valores das mulheres da localidade. Assim, a concepção de um feminismo que empreenda a pauta das mulheres em toda a sua diversidade cultural e sociopolítica acaba causando dificuldades de diálogo entre as famílias e feministas de Corumbá.

Corumbá reflete as complexidades e contradições que envolvem a atuação de organizações femininas em um território de fronteira, onde as dinâmicas sociais e culturais moldam a luta das mulheres. A crítica à ausência de movimentos e organizações feministas na região é válida, mas não deve obscurecer as práticas de resistência e solidariedade que, embora informais, têm sido implementadas por mulheres pesquisadoras locais, entende-se que o verdadeiro desafio é construir um feminismo transformador que respeite as particularidades dessa realidade fronteiriça e ao mesmo tempo se alinhe à luta global pela emancipação das mulheres.

Embora a presença de movimentos feministas e organizações formais em Puerto Quijarro e Corumbá seja praticamente inexistente, isso não significa que as mulheres nessas cidades não resistam às dificuldades impostas pelo contexto de fronteira. Em ambas as localidades, é possível observar práticas informais de solidariedade e resistência entre as mulheres, que, muitas vezes, se organizam de maneira autônoma para enfrentar questões como violência doméstica, direitos trabalhistas e acesso a serviços de saúde.

### **3.2 Análise conclusivo do capítulo**

O livro de Domitila Barrios de Chungara fornece uma visão profunda e detalhada da transição de dona de casa à ativista social e essa transição foi gradual, porém decisiva, pois sua consciência política se expandiu à medida que ela aprendia e

se envolvia nas lutas dos sindicatos e movimentos em que participava. A boliviana utilizou sua história e de sua comunidade como um meio para ressignificar o papel da mulher na sociedade, ela denunciou as condições de marginalização que o gênero enfrentou, como a falta de acesso à saúde, educação e direitos fundamentais e ao expor essas violências, ela não só denunciou as práticas excludentes dos Estados nacionais, mas também colocou em evidência a hipocrisia de um discurso de modernização que ignorava as realidades locais.

Seu discurso funciona como uma ferramenta para quebrar a normalização das condições de sofrimento e injustiça, desafiando as normas sociais que invisibilizam as mulheres. Outro aspecto importante do discurso de Domitila é a ênfase no empoderamento feminino, principalmente, em uma região onde o patriarcado se entrelaçava com a dominação colonial, a boliviana se posicionava como uma defensora do papel central das mulheres indígenas na luta por direitos e justiça e ao destacar a importância das mulheres em sua luta política, ela rompeu com as normas culturais patriarcais, desafiando a subordinação feminina tanto nas comunidades indígenas quanto na sociedade em geral. Esse empoderamento se reflete na promoção de ações concretas, como a formação de mulheres líderes e o incentivo à participação política, assim ao integrar no movimento de resistência ela fortalece a ideia de que a mudança social não pode acontecer sem a equidade de gênero, tornando sua luta mais abrangente e transformadora.

Entende-se que as estratégias discursivas de Domitila são eficazes no sentido de desafiar as normas sociais e culturais que perpetuam a exclusão das mulheres, principalmente em região de fronteira, sua prática discursiva é um exemplo de como lideranças femininas podem utilizar a linguagem e as narrativas para reverter o apagamento histórico e reivindicar direitos em um cenário de intensas disputas seja de gênero, social, política, cultural e territorial.

Seu testemunho escrito por Viezzer (2005) foi um grito de resistência, ao reafirmar sua luta e identidade indígena como uma parte importante da história e da cultura latino-americana, além disso, seu discurso promoveu a valorização da mulher como protagonista e agente ativo na construção de novas narrativas, transformando a literatura de testemunho em uma ferramenta de afirmação cultural e resistência, ela

também entendeu que a literatura é uma forma de ação política, pois ao relatar temas como a discriminação, a desigualdade e a resistência, ela conseguiu dar visibilidade às lutas sociais e culturais, ampliando a representatividade de mulheres indígenas na literatura. Nota-se que a obra é um instrumento de empoderamento, tanto para as mulheres indígenas quanto para outros grupos subalternizados, fortalecendo o protagonismo feminino na literatura e na sociedade. A contribuição de Domitila para o fortalecimento do protagonismo feminino é inegável, pois ao permitir que seu testemunho fosse escrito e publicado a partir de sua experiência de vida, ela deu voz a uma parte da sociedade historicamente silenciada e, assim, contribuiu para mudança nas representações da mulher latino-americana.

Fica evidente que os resultados da análise da literatura de testemunho constitui um gênero literário crítico que atua como um ato de resistência, nesse sentido, como destacaram Wilberth Salgueiro e Márcio Seligmann, o testemunho não é uma crônica passiva das experiências e sim é todo o “real” que já não se manifesta como mimesis da realidade, mas como imposição ou resistência à opressão e agente de consciência social. No caso específico de Domitila Barrios de Chungara e sua obra “*Si me permiten hablar...*”, o testemunho feminino se coloca como um instrumento de denúncia e resistência às injustiças vividas pelas comunidades de fronteira na Bolívia.

A boliviana traz uma perspectiva distinta e única em seu testemunho de vida como mulher, mãe, e ativista social, ao descrever a dura realidade dos acampamentos mineiros e as lutas políticas para devolver a dignidade e os direitos de seu povo, seu testemunho preenche uma lacuna na literatura que oferece uma narrativa que frequentemente estava esquecida ou reprimida pelo sistema hegemônico principal além de dar voz à população marginalizada, particularmente às mulheres. A literatura de testemunho neste caso não se limita a retratar a dominação, mas ao mesmo tempo propõe uma via de resistência ao final apontando a possibilidade de construir novas narrativas.

A subjetivação feminista no testemunho de Domitila é um ensaio que trabalha a experiência, tanto pessoal quanto coletiva. Michel Foucault e Judith Butler são referidos neste trabalho para explicar que a identidade e a subjetividade de gênero não são inatas ou imobilizadas, mas sim construídos socialmente. Sua narrativa reunindo mulheres

com base nas lutas comuns, reflete um esforço contínuo para reformular o papel da mulher na sociedade como parte de um movimento de luta contra as normas patriarcais e coloniais. Não é apenas sobre como ela reconhece sua opressão, mas propõe uma nova forma de feminismo, que inclui as lutas das mulheres da classe trabalhadora, das mulheres indígenas e das mulheres marginalizadas. O feminismo comunitário proposto por Paredes não envolve apenas a melhoria das condições de vida das mulheres dentro do sistema opressor, mas luta contra todas as formas de opressão que as mulheres podem sofrer.

Com base na teoria de Judith Butler sobre a identidade de gênero como performance e construção social, um argumento pode ser feito para o fato de que, ao desafiar as normas de gênero e os estereótipos impostos às mulheres, Domitila fomentou a desmontagem das identidades fixas e reificadas, sua liderança no Comitê de Amas serve de ilustração a importância da ação coletiva em redefinir o papel das mulheres em sociedade, quebrando normas que as descrevem em um vórtex de “natureza” de cuidadoras e afazeres domésticos. O ativismo feminista de Domitila exemplifica o processo de subversão das práticas e expectativas sociais e culturais, fomentando um espaço onde as mulheres possam ser entendidas como as protagonistas de sua própria história.

Por meio da aplicação dos conceitos de subjetivação de Foucault e Butler, é possível entender que o testemunho de Domitila pode ser interpretado como um ato de resistência que reimagina as verdades históricas da mulher latino-americana, Foucault argumenta que a subjetividade humana é uma prática inteiramente social que é moldada historicamente por meio do domínio das relações de poder e sua teoria ajuda a perceber como a boliviana é transformada através das interações com os discursos dominantes e assim aprende a questionar a verdade imposta a ela e por meio da resistência reconfigura sua própria identidade e história. A abordagem de Butler sugere que a identidade de gênero de um indivíduo é criada por meio de atos e repetições individualizadas que são reguladas socialmente e isso confirma o ponto de vista de que a subjetivação feminista de Domitila é performativa e dinâmica. O feminismo decolonial, como emergente do caso da ativista, também é um conceito central dessa análise, pois ela não apenas se opôs a uma estrutura existente, oferecendo-se para remodelar construções coloniais que colocavam mulheres latino-americanas em uma

posição marginal, sua subjetividade está em sintonia com as resistências que se opõem à verdade colonial imposta, não procurando melhorar a verdade, mas transformando radicalmente os poderes através dos quais essa verdade foi propagada. Este documento serve como um lembrete de como a subjetivação pode ser um ato prático de transformação histórica, política e cultural e de como as mulheres, especialmente as mulheres marginalizadas, podem reimaginar a si mesmas ao desafiar a existência e os discursos dominantes em uma vida de opressão sistemática.

A análise sobre as organizações e movimentos feministas em regiões fronteiriças, especificamente em Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia), revela um quadro de lacunas significativas no que tange à organização e mobilização das mulheres. Apesar da região ser estratégica e contar com uma população migrante significativa, especialmente de bolivianos, observa-se ausência de movimentos e organizações feministas que atendam adequadamente as necessidades locais e esse vazio organizacional nas zonas de fronteira resulta em um cenário onde as mulheres são privadas de espaços formais de mobilização e apoio institucional.

Em Corumbá, as mulheres enfrentam múltiplas formas de opressão que se intensificam pelo contexto fronteiriço e pela condição de migrantes, muitas delas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Embora o Estado brasileiro tenha implementado políticas públicas, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que visam reduzir desigualdades de gênero, as ações voltadas para as mulheres nas regiões de fronteira são frequentemente limitadas, essa carência de políticas voltadas ao desenvolvimento integral das mulheres, somada à falta de ações governamentais estruturadas, expõe ainda mais as mulheres às condições precárias e à violência doméstica e estrutural.

Na Bolívia, a situação não é diferente, apesar de iniciativas importantes, como o movimento *Mujeres Creando* de Julieta Paredes, que possui grande reconhecimento nacional e internacional, a ausência de organizações feministas específicas em cidades fronteiriças como Puerto Quijarro limita o alcance dessas ações. O movimento, focado no feminismo comunitário e decolonial, tem dificuldades para se implantar de forma efetiva nas zonas de fronteira, onde a resistência cultural e as especificidades locais criam barreiras para a adoção de modelos feministas originados em outras realidades,

como o urbano ou eurocêntrico. Além disso, a pesquisa identificou que algumas mulheres da região de Corumbá embora não organizadas formalmente, desenvolvem práticas de resistência e solidariedade em espaços informais. No entanto, a falta de uma rede organizada de apoio formal limita o impacto dessas ações, tornando o movimento feminista ainda incipiente e fragmentado. Esse cenário aponta para a necessidade de um feminismo transformador que, ao mesmo tempo em que respeite as particularidades culturais e sociais das mulheres dessas regiões de fronteira, se alinhe com a luta global por igualdade de gênero. A criação de redes de apoio, a inclusão das mulheres nos processos de decisão e a promoção de políticas públicas mais sensíveis às especificidades dessas localidades são pontos essenciais para o avanço das condições de vida das mulheres em Corumbá e Puerto Quijarro.

É possível argumentar que a realidade local de Corumbá dificilmente pode ser caracterizada por um movimento feminista, se quer implícito, pois tal perspectiva se deve ao fato de a região ser caracterizada pela resistência e até mesmo pela hostilidade às propostas feministas propriamente ditas. Assim, a falta de políticas públicas efetivas, além da resistência cultural e social à proposta feminista, caracteriza um clima de recusa ao movimento igualitário de gêneros. As mulheres de Corumbá enfrentam não apenas circunstâncias precárias como migrantes, mas também uma resistência significativa à mobilização de solidariedade e direitos, pois qualquer tentativa de organização feminista é caracterizada pela sociedade como uma ameaça à ordem tradicional, sendo vista com desconfiança, deslegitimada ou rotulada como um projeto estrangeiro, dissociado da realidade local. Essa percepção conservadora reforça um estigma em torno do feminismo que passa a ser associado a valores contrários à família, à moral ou à cultura regional, tornando quase impossível sua aceitação e articulação pública, e a retórica antifeminista triunfa sobre qualquer iniciativa de mudança social popular. Dessa forma, longe de um movimento feminista significativo, Corumbá é um campo de contestação dirigido por discursos antifeministas, que basicamente servem para invalidar qualquer questionamento. Em outras palavras, o desafio inclui a resistência não apenas à opressão das mulheres, mas também a um clima em que qualquer articulação de igualdade de gêneros é deslegitimizada diretamente ou subvertida por pessoas opostas ao feminismo.

### 3.3 Procedimentos metodológicos / Materiais e Métodos

A presente pesquisa adotou uma abordagem bibliográfica para análise da obra “*Si me permiten hablar...*” *Testimonio de DOMITILA, una mujer de las minas de Bolivia* (1977) de Moema Viezzer, com o intuito de explorar as estratégias discursivas utilizadas por ela para desafiar normas sociais e culturais, os obstáculos enfrentados em sua trajetória e suas contribuições para a literatura de testemunho. Para Gomes e Santos (2013), o levantamento bibliográfico produz uma visão panorâmica acerca de um objeto de estudo, alicerçando um diálogo entre estudos culturais, identitários e históricos. Para referenciar essa pesquisa, busco a reflexão de Judith Butler, Silvia Federici, Julieta Paredes e Lucilene Arf como principais aportes teóricos para reflexão a respeito do papel da mulher na literatura, movimento feminista, impasses e desafios na literatura de testemunho. Uso ainda Alejandro Benedetti, Marco Aurélio Oliveira e Edgar da Costa para corroborar com reflexões sobre o ambiente fronteiro e suas realidades.

A metodologia foi dividida em três etapas principais: a pré-análise, estudo do material e o procedimento dos resultados, alinhados aos objetivos da pesquisa. Inicialmente, foi realizada uma revisão sistemática da literatura sobre Domitila Barrios, com foco em sua obra, biografia e contexto histórico. Essa etapa incluiu a seleção de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações que abordem a autora e suas contribuições. A pesquisa considerou tanto fontes primárias, como seus escritos, quanto fontes secundárias que discutem sua influência e recepção crítica. Em seguida, foi realizada uma análise qualitativa das estratégias discursivas presente na obra de Viezzer. A pesquisa buscou identificar como a autora utiliza a linguagem para questionar e subverter normas sociais e culturais vigentes na região de fronteira.

A terceira etapa consistiu na investigação dos obstáculos enfrentados por Domitila Barrios em sua trajetória a partir de fontes que documentam sua vida e obra. Foram analisados, documentários, tese, artigos científicos, vídeos e críticas que abordou sobre a trajetória e as dificuldades impostas por um ambiente predominantemente patriarcal e as formas de resistência que ela encontrou. Essa análise permitiu compreender como a ativista contribui para o fortalecimento do protagonismo feminino na literatura.

A pesquisa discutiu as contribuições de Domitila Barrios para a literatura de testemunho. Foram examinados textos críticos que analisam sua obra no contexto da promoção da igualdade de gênero e na denúncia de injustiças sociais. Essa etapa envolveu a identificação de temas recorrentes em sua obra, como luta, resistência e empoderamento feminino. Compreendemos ainda, que a literatura testemunhal é uma importante representação como forma de resistência. Uma compreensão formada a partir de contextos históricos, experiências e escolhas que contribuem para um entendimento mais profundo, explorando impactos na interpretação do passado que moldam nossa compreensão histórica e cultural (Seligmann, 1998).

Para a fase do procedimento dos resultados da pesquisa, a metodologia culminou na síntese das informações coletadas, buscando elaborar uma reflexão crítica sobre a relevância da obra de Domitila Barrios na literatura contemporânea e sua importância na promoção de um discurso de igualdade de gênero e justiça social. Entende-se que pesquisa contribui para a valorização de vozes femininas na literatura, ressaltando a análise aprofundada e contextualizada do objeto de estudo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura de testemunho tem um papel importante na produção da memória e na preservação de histórias que podem ser esquecidas. O testemunho de Domitila além de preencher uma lacuna histórica é um guia e serve como fonte de inspiração para outras mulheres e movimentos feministas, tanto no país de origem da ativista quanto em outros contextos latino-americanos. Como Lucilene Arf lembra, todo texto literário é um espaço discursivo que reflete as práticas culturais e sociais de uma região, assim a literatura de fronteira não só narra experiências pessoais, mas revela uma identidade coletiva fundamentada em uma vivência comum de luta e resistência.

A análise da obra permitiu entender a construção de uma retórica feminista que não só resistiu contra a opressão política como também contra a ditadura do patriarcado que limitava a participação das mulheres nas esferas públicas e políticas e através das ações coletivas das mulheres Domitila não só desafiou a violência da ditadura militar boliviana como lutou para dar voz às mulheres.

O conceito de subjetivação que se fundamenta nas reflexões de Michel Foucault acerca do poder e da verdade, explora como o sujeito é formado por discursos de poder e verdade, mas também como o sujeito adota a capacidade de resistir, subverter e rearticular sua própria identidade. Foucault enxerga a subjetividade não como uma essência imutável, mas sim como um fenômeno em que sempre está sendo moldada e remoldada pelas relações de poder e saber. Em relação a vida de Domitila, este processo de subjetivação é especialmente percebido de forma concreta, uma vez que sua luta não aconteceu exclusivamente através de uma resistência solitária, mas sim fazendo parte de uma comunidade de mulheres cujas ações combinadas subverteram as imposições sociais de gênero e propuseram novas subjetividades construídas a partir das novas identidades.

O conceito de subjetividade de gênero, conforme discutido por Judith Butler, aplica-se ao ativismo de Domitila, pois Butler postula que a identidade não é um fato adquirido e sim feita a partir de práticas sociais reiteradas. Domitila reconfigurou sua identidade de mulher à medida que se entregou à luta política, fortalecendo o movimento de base que sua extensa narrativa afirmou no processo ao retratar a mulher como as heroínas legais de justiça social.

O feminismo decolonial, conforme explorado no contexto de Domitila, representa um movimento que vai além de uma simples melhoria nas condições de vida das mulheres dentro de um sistema opressor. Ao invés disso, propõe a desconstrução das normas e estruturas coloniais que moldam e limitam as experiências das mulheres, especialmente aquelas que como Domitila são provenientes de contextos marginalizados, assim o feminismo decolonial se concentra em uma luta mais ampla e interseccional, que abrange gênero, raça e classe, e busca a justiça para todos, não apenas para um grupo privilegiado.

A trajetória de Domitila Barrios de Chungara, tanto através de sua experiência individual quanto de seu ativismo coletivo, exemplifica de maneira concreta as possibilidades de resistência e transformação da subjetividade feminista, ela demonstrou que a luta pela justiça social e a transformação das identidades de gênero não são tarefas individuais, mas sim coletivas. Seu trabalho continua a inspirar movimentos feministas e de trabalhadores ao redor do mundo, particularmente na América Latina, onde sua resistência é um testemunho do poder da voz coletiva para reconfigurar as realidades sociais e culturais.

A reflexão sobre a subjetividade e a identidade de gênero aliada ao feminismo decolonial permite a compreensão de que a luta de Domitila não foi apenas pela emancipação de um grupo, mas pela construção de um futuro mais justo e equitativo para todos. Sua resistência não se limita à denúncia e se estende à ação política e à criação de novas formas de identidade e subjetividade, ressignificando as "verdades" impostas pela sociedade patriarcal e colonial.

A análise das experiências e das organizações das mulheres nas fronteiras revela não apenas os desafios que elas enfrentam, mas a capacidade dessas mulheres de transformar dificuldades em espaços de resistência e reivindicação por seus direitos. As mulheres imigrantes e aquelas que vivem em regiões fronteiriças são muitas vezes expostas a diversas formas de violência, exclusão e invisibilidade política, contudo, suas ações coletivas, tanto no nível local quanto transnacional demonstram uma força de resistência fundamentada em suas identidades, culturas e solidariedades que transcendem fronteiras.

A exclusão política dessas mulheres baseada em barreiras concretas como falta de acesso à informação, discriminação e dificuldades de adaptação aos sistemas políticos dos países anfitriões, não deve ser vista como um obstáculo insuperável, pelo contrário, a resistência, muitas vezes, promovida por meio de movimentos de base e organizações não governamentais tem proporcionado novas formas de participação política nas quais essas mulheres conseguem influenciar decisões que afetam suas vidas. A construção de uma cidadania ativa e a busca por representação política são pontos essenciais dessa luta, pois garantem que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades incluídas nas políticas públicas.

O conceito de "autonomia das migrações", como proposto por Sandro Mezzadra, reflete a capacidade das mulheres migrantes de agir e resistir aos sistemas de dominação que buscam subordinar suas identidades e destinos. As narrativas de resistência, como as de Gloria Anzaldúa, são exemplo claro de como a luta das mulheres nas fronteiras não se dá apenas por meio da contestação das condições materiais de vida, mas também pela reinvenção de suas identidades e pela desobediência às normas impostas pelas estruturas de poder. Dessa forma, compreende-se que a experiência de Domitila Barrios ilustra a importância de uma militância feminista e operária que desafia as condições estruturais de opressão

A análise das formas de organização e resistência oferece uma visão mais ampla das dinâmicas políticas das migrações contemporâneas, apontando para a necessidade de reconfigurar as políticas públicas de migração e de inclusão, de forma a reconhecer e valorizar a participação das mulheres imigrantes como cidadãs plenas e agentes de transformação social.

Sobre a realidade de mulheres nas regiões fronteiriças de Corumbá/Brasil e Puerto Quijarro/Bolívia revela um cenário complexo, marcado pela escassez de políticas públicas direcionadas à promoção dos direitos das mulheres e pelo desafio da implementação de soluções que contemplem as especificidades dessa região. Embora não se observe presença de movimentos feministas ou organizações formais que atuem de maneira estruturada nessas localidades é evidente que as mulheres dessas regiões não estão alheias às questões de desigualdade e discriminação.

Mulheres de Corumbá e Puerto Quijarro enfrentam condições adversas que são resultado de fatores estruturais, como a precariedade de infraestrutura, a falta de serviços públicos adequados e a violência institucionalizada. Além disso, a realidade de migração e a vulnerabilidade social tornam ainda mais desafiadora a luta por igualdade de gênero. A presença de mulheres migrantes, muitas vezes sujeitas a duplas ou múltiplas opressões, é um reflexo claro das dificuldades vividas nessas regiões de fronteira, que exigem atenção específica para que suas necessidades sejam atendidas de maneira efetiva e sensível ao contexto local.

A crítica à falta de uma rede de apoio estruturada e a presença limitada de políticas públicas específicas para a realidade das mulheres em regiões de fronteira é válida e deve ser levada em conta na formulação de novas políticas. É imperativo que o Estado, tanto no Brasil quanto na Bolívia, reconheça as necessidades e particularidades dessas mulheres e desenvolvam ações concretas para garantir seus direitos e promover a sua emancipação social, política e econômica.

Ademais, a atuação de movimentos feministas como o *Mujeres Creando* e organizações como o *CECI Bolivia* desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos das mulheres indígenas e das camadas populares, mas ainda carecem de uma presença mais forte nas áreas de fronteira. Portanto, há uma urgência em adaptar estratégias de feminismo e de mobilização que dialoguem com as realidades culturais, sociais e econômicas locais, respeitando as especificidades das mulheres fronteiriças e criando um feminismo mais inclusivo e transformador.

A pesquisa aponta para o desafio de promover a igualdade de gênero nas regiões de fronteira que exige um esforço coletivo e que deve integrar as dimensões sociais, culturais e políticas da realidade local. Mulheres de Corumbá e Puerto Quijarro têm mostrado sua força na resistência, mas entendemos que é necessário que ações de apoio a elas sejam mais estruturadas, integradas e sensíveis às suas realidades para que possam avançar na conquista de seus direitos e na superação das desigualdades que ainda persistem nessas regiões de fronteira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUGAR, Hugo. **Histórias paralelas/ejemplares**: la historia y la voz del otro. In: BEVERLEY, J.; ACHUGAR, H. La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa. 2. ed. Guatemala: Ediciones Papiro S. A, 2002. p. 61-83.

ALVES, Ana Carla. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e protagonismo social das mulheres**. In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 29 a 31 de maio de 2013, Fortaleza – CE – UECE – Itaperi. Disponível em: [http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/69-17225-08072013-161937](http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937) . Acesso em: 18 out. 2023.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/la frontera**. San Francisco: aunt lute books, 1987.

ANZALDÚA, Gloria et al. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Estudos feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência**. Revista estudos feministas, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

ARTE SUR. Mujeres Creando. Arte Sur, 2025. Disponível em: <https://www.artesur.org/artists/mujeres-creando/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

ARF, Lucilene M. G. **A crítica literária Feminista, ibero-americana e suas diásporas**. Ed. Mercado de Letras, 2024.

ARF, Lucilene M. G. **O texto literário como constructo de um espaço transcultural e transnacional**. Raído, Dourados, v. 14, n. 34, p. 11-20, jul. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/10543>. Acesso em: 17 out. 2022.

ARAÚJO, Maria de L. **O direito à identidade feminina e ao reconhecimento da equidade de gênero**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR, 2019.

ASBRAD. **Percepções sobre o tráfico de pessoas e outras formas de violência contra a mulher nas fronteiras brasileiras**. Guarulhos, julho 2018. 327 p.

ASSIS, Glaucia. de O. **Mulheres migrantes no passado e no presente**: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*, 15(3), 745–772, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300015>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BARRIOS, Domitila. **Si me permiten hablar**. Edición al cuidado de Eugenia Huerta. Portada de Anheló Fernández. Edição digital, 2005.

BENEDETTI, Alejandro. **Claves para pensar las fronteras desde una perspectiva geográfica**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 2, p. 309-328, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

BENEDETTI, Alejandro. **Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur**

**sudamericano:** uma aproximação multiescalar. In: COSTA, E. A. C.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Orgs.). *Fronteiras em foco*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 33-55.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência** Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 189 p. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRERA, Juan P. C. **Michel Foucault:** ficção, real e representação. A produção de sentidos sociais: desdobramentos teóricos contemporâneos. *Revista Aulas, Dossiê Foucault*, n. 3, dezembro 2006/março 2007.

CÉCI Bolivia. **Centro de Estudios para el Desarrollo de la Mujer Indígena - CECI Bolivia**. Disponível em: <https://cecibolivia.org/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

COLLINS, Patricia H. **Pensamento Feminista Negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COSTA, Edgar A; SABATEL, Vania de O. **Mobilidades humanas e interações sociais entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia**. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 13-35, jan./jun. 2014.

CHUNGARA, Domitila. **Mujeres Políticas en la tierra Prohibida**. 2008. Disponível em: [Mujeres Políticas en la tierra Prohibida \(2008\): Domitila Chungara - YouTube](#). Acesso em: 07 fev 2024.

DÍAZ MERINO, X. **Texto testemunho em doble registro como estratégia discursiva decolonial intercultural no trânsito entre a cultura mapuche e a chilena**. In: FONTES, M. et al. (Org.). *Poéticas em trânsito*. Curitiba: CRV, 2022. p. 255-276.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. Tradução Coletivo SyCora. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

FERRARI, M. **As noções de fronteira em Geografia**. *Unioeste*, v. 9, n. 10, 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/viewFile/10161/7550>. Acesso em: 29 fev. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)**. Edição estabelecida por Frédéric Gros sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Subjectivité et vérité. Cours au Collège de France, 1980-1981.** Inédito. Disponível em fitas-cassete: C 63 (01-07). Arquivos IMEC, Paris, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Subjectivité et vérité. Cours au Collège de France, 1980-1981.** Paris: Seuil/Gallimard, 2014.

GIL, Carmen G. **El estudio de las migraciones internacionales desde una perspectiva del género.** Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones, Madrid, n. 1, p. 145-175, 1997.

GÓMEZ, María. **Desafíos de una mujer inmigrante.** Historias de Mujeres Inmigrantes, 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/6WOEdXdBWmHMOjxoLPZsBQ>. Acesso em: 28 jan. 2025.

GOMES, Carlos M; SANTOS, Maria J. **Violência Doméstica na Literatura Brasileira.** In: *Anais do VI Fórum Identidades e Alteridades e II Congresso Nacional Educação e Diversidade*, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1952/1/ViolenciaDomesticaLiteraturaBrasileira.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

LIMA, Márcia. **A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das ciências sociais.** *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 1, p. 95-102, 2018.

MACHADO, Lia O.; RIBEIRO, Luciana P.; STEIMAN, R.; PEITER, P.; NOVAES, A. **O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica.** In: MACHADO DE OLIVEIRA, Tito Carlos (Org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 51-76. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/pesquisa/limites-e-fronteiras-internacionais/o-desenvolvimento-da-faixa-de-fronteira-uma-proposta-conceitual-metodol%C3%B3gica/#ixzz8bMq8HVSF>.

MACHADO, Lia O. **Limites, Fronteiras, Redes.** In: STROHAECKER, T. M. et al. (Orgs.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

MOGHADAM, Valentine. **Mulheres, trabalho e representação:** O papel da mulher na política e sociedade. Editora UNESP, 2021.

NOSIESKI, José C. **Domitila Barrios “Chungara.”** Disponível em: [DOMITILA BARRIOS "CHUNGARA" | HISTORIAS PARA MEDITAR](#). Acesso em: 18 mar. 2025.

NUSSBAUM, Martha. **Mulheres e desenvolvimento humano:** A abordagem das capacidades. Editora da Unicamp, 2020.

OLIVEIRA, Marco A. M. **O ambiente fronteiriço:** traços intangíveis e realidades sinuosas. *Revista GeoPantanal*, v. 11, n. 21, p. 13-22, 2016. Disponível em: <https://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/2486>. Acesso em: 19 out. 2022.

OLIVEIRA, Marco A. M; CAMPOS, Davi L. **Imigrações e Instituições de Fronteira:** bolivianos em Corumbá, MS. *Revista Científica Direitos Culturais*, v. 10, n. 20, p. 47-58, 2015.

OLIVEIRA, Marco A. M; CORREIA, Jacqueline M; OLIVEIRA, Jéssica C. **Imigrantes pendulares em região de fronteira:** semelhanças conceituais e desafios metodológicos. *Direitos Culturais*, Santo Ângelo, v.12, n.27, p. 91-108, maio/ago. 2017.

PAREDES, Julieta. **Descolonizando o feminismo.** In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2018.

PAREDES, Julieta. **El desafío de la despatrarcalización.** La Paz, Bolivia. *Feminismo Comunitario de Abya Yala*, 2017.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino: desde el feminismo comunitario.** La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PERES, Roberta. **Mulheres na fronteira:** a migração de bolivianas para Corumbá – MS. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015.

RISSATO, Gabriela de M.; CARDIN, Valéria S. G. **Da vulnerabilidade da mulher migrante e refugiada:** entre a invisibilidade e a rejeição. *Revista Videre*, 14(30), 10–23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/videre.v14i30.15483> Acesso em: 23 jan 2025.

ROMANELLI, Marina. **A representatividade feminina na literatura brasileira contemporânea.** Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2014.

SALGUEIRO, Wilberth. **O que é literatura de testemunho** (E considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). *Matraga: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, jul./dez. 2012, p. 284-303.

SANTO, Anderson L do E.; COSTA, Edgar A. da; BENEDETTI, Alejandro. **A feira livre de Corumbá/MS na fronteira Brasil-Bolívia.** *Boletim de Geografia*, Universidade Estadual de Maringá, v. 35, n. 3, p. 93-108, abr. 2018.

SASSEN, Saskia. **A cidade global: Nova York, Londres, Tóquio.** Editora Paz e Terra, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Literatura de testemunho:** os limites entre a construção e a ficção. *Letras: Revista do Mestrado em Letras da UFSM*, Santa Maria, RS, v. 16, jan./jul. 1998, p. 9-37.

SILVA, Gutemberg de V. **A fronteira política:** alguns apontamentos sobre este tema clássico da Geografia Política. *Revista Acta Geográfica*, ano II, n. 4, jul./dez. 2008, p. 7-



15. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/191>. Acesso em: 13 set. 2024

SILVA, Yasmin J da. **Domitila Barrios de Chungara: um olhar decolonial para o testemunho feminino latino-americano**. Niterói, 2022. 93 f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientadora: Livia Maria de Freitas Reis Teixeira; Coorientadora: Ximena Antonia Díaz Merino.

TABUCHI, Mariana G. **Um feminismo decolonial, por Françoise Vergès**. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 11, n. 2, p. 234-240, 2019. ISSN 2177-2886.

THOMPSON, Simon; YAR, Majid (Ed.). **The politics of misrecognition**. Ashgate Publishing, Ltd., 2011.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VERGÈS, Françoise. **O ventre das mulheres: Capitalismo, raça, feminismo**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2018.

VIEZZER, Moema. **Prefácio à 15ª edição revista e ampliada. In: “Se me deixam falar...”: testemunho de Domitila Barrios de Chungara, uma mulher da Bolívia - 25 anos depois**. 15. ed. São Paulo: Global, 2003.

VIEZZER, Moema. **Domitila: uma história de luta**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

VIEZZER, Moema. **Moema Viezzer - Part I**. Disponível em: [Moema Viezzer - Part I](#). Acesso em: 23 fev 2024.

VIEZZER, Moema. **Moema Viezzer - Part II**. Disponível em: [Moema Viezzer - Part II](#). Acesso em: 23 fev 2024.